



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO

**RELATORIO DE GESTAO EXERCICIO 2013**

**Vitória – ES, 31/03/2014**



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO

**RELATORIO DE GESTAO DO EXERCICIO 2013**

*Relatório de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.*

**Vitória – ES, 30/03/2014**

## SUMÁRIO

<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEUDO GERAL</b>		<b>Pag.</b>
<b>1 – PARTE, ITEM 1, D A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
<b>1.1</b>	<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>	<b>08</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Relatório de Gestão Individual</b>	<b>08</b>
<b>1.2</b>	<b>Finalidade e Competências Institucionais da Unidade</b>	<b>09</b>
<b>1.3</b>	<b>Organograma Funcional</b>	<b>10</b>
<b>1.4</b>	<b>Macroprocessos finalístico</b>	<b>10</b>
<b>1.5</b>	<b>Macroprocessos de Apoio</b>	<b>11</b>
<b>1.6</b>	<b>Principais Parceiros</b>	<b>12</b>
<b>2 - PARTE A ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
<b>2.1</b>	<b>Planejamento da Unidade</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados</b>	<b>18</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Ações</b>	<b>18</b>
<b>3 - PARTE A ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
<b>3.1</b>	<b>Estrutura De Governança</b>	<b>64</b>
<b>3.2</b>	<b>Avaliação do Funcionamento Dos Controles Internos</b>	<b>65</b>
<b>3.3</b>	<b>Remuneração Paga a Administradores</b>	<b>66</b>
<b>3.4</b>	<b>Sistema de Correição</b>	<b>66</b>
<b>3.5</b>	<b>Cumprimento pela Instancia de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU</b>	<b>66</b>
<b>3.6</b>	<b>Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos</b>	<b>66</b>
<b>4 - PARTE A ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
<b>4.1</b>	<b>Execução das Despesas</b>	<b>67</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Realização da Despesa</b>	<b>67</b>
<b>4.1.3.5</b>	<b>Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Credito de Movimentação</b>	<b>67</b>
<b>4.1.3.6</b>	<b>Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Credito por Movimentação</b>	<b>68</b>
<b>4.1.3.7</b>	<b>Análise Crítica da Realização das Despesas</b>	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores</b>	<b>69</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Análise Crítica</b>	<b>69</b>
<b>4.4</b>	<b>Transferência de Recursos</b>	<b>70</b>
<b>4.4.1</b>	<b>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</b>	<b>70</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Quantidade de Instrumentos de Transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</b>	<b>70</b>

4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contratos de Repasses	71
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasses.	71
<b>5 – PARTE A – ITEM 5 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	72
5.1.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ	72
5.1.1.1	Lotação	72
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ	73
5.1.2	Qualificação da força de trabalho	73
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	73
5.1.2.2	Qualificação do quadro de pessoal segundo a idade	74
5.1.2.3	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade	74
5.2.3	Custos de Pessoal da Unidade	74
5.1.4	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	75
5.1.4.1	Classificação do quadro de servidores inativos da unidade segundo o regime de proventos e de aposentadorias	75
5.1.4.2	Demonstração das origens das pensões pagas	76
5.1.5	Cadastramento no SISAC	76
5.1.5.1	Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	76
5.1.5.2	Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico	76
5.1.5.3	Regularidade do Cadastro no SISAC	76
5.1.5.4	Atos sujeitos a remessa TCU em meios Físicos	77
5.1.6	Acumulação indevida de Cargos, Empregos e Funções Públicas	77
5.1.7	Providências adotadas nos casos de acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	77
5.1.8	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	77
5.2	Terceirização de Mão Obra empregada e contratação de estagiários	78
5.2.3	Informações sobre a contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância ostensiva	78
5.2.5	Análise Crítica do Item 5.2.3	80
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	80
<b>6 – PARTE A – ITEM 6 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de terceiros	80
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	83
6.2.1	Distribuição Espacial dos Imóveis de uso especial	83
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da UJ exceto imóvel funcional	83
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	84
<b>7 – PARTE A – ITEM 7 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
7.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	84

7.1.1	Análise Crítica	86
<b>8 – PARTE A – ITEM 8 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	87
8.2	Consumo de Papel, Energia elétrica e Água	88
<b>9 – PARTE A – ITEM 9 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acordao do TCU	89
9.1.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	89
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de atendimento ao Final do exercício	91
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	93
9.2.1	Recomendação do OCI atendida no exercício	93
9.2.2	Recomendação do OCI pendente de atendimento no exercício	101
9.4	Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93	110
9.4.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	110
9.4.2	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	111
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Danos ao Erário	111
9.6	Alimentação Siasg e Siconv	111
<b>10 – PARTE A ITEM 10 - DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>		112
10	Relacionamento com a sociedade	112
11	<b>11 – PARTE A – ITEM 11 – DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013</b>	
11.2	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	112
11.2.2	Declaração com ressalva	112
<b>12- PARTE A – ITEM 12- ANEXO II DA DN TCU Nº127/2013</b>		
12.1	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTAO</b>	114

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório foi elaborado em consonância com as disposições Normativa e Portarias do TCU e mostra de forma clara os resultados da Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES no exercício de 2013.

Alguns itens não foram contemplados em razão das peculiaridades e por não se enquadrarem a realidade desta Unidade e outros, apesar de se enquadrarem a realidade da unidade, não há conteúdo a ser declarados, conforme abaixo:

### Item 2:

- 2.2.1 – Programa Temático
- 2.2.1.1 – Análise Situacional
- 2.2.2 – Objetivo
- 2.2.2.1 – Análise Situacional
- 2.2.3.1 – Ações – OFSS
- 2.2.3.3 – Ações Não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar Não Processados – OFSS
- 2.2.3.4 – Ações – Orçamento de Investimento
- 2.2.3.5 – Análise Situacional

### Item 3:

- 3.3 – Remuneração Pagas a Administradores;
- 3.3.1 – Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- 3.3.2 - Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos;
- 3.3.3 – Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos;
- 3.3.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores;

### Item 4:

- 4.1.1.1 – Programação
- 4.1.1.1.1 – Análise Crítica
- 4.1.2 – Movimentação de Crédito Interno e Externo
- 4.1.3.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Crédito Originário Total
- 4.1.3.2 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Crédito Originário – Executados pelo UJ
- 4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas - Crédito Originário Total
- 4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas - Crédito Originário - Executados pelo UJ
- 4.2 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 4.2.1 – Análise Crítica
- 4.5 – Suprimento de Fundos
- 4.5.1 - Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas e por Meio de Cartão de Crédito Corporativo
- 4.5.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo B
- 4.5.3 - Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo
- 4.5.4 – Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos
- 4.5.5 – Análise Crítica
- 4.6 – Renúncia sobre a UJ
- 4.6.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios
- 4.6.1.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios – Qualificação
- 4.6.1.2 - Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica
- 4.6.2 - Renúncia Tributária
- 4.6.2.1 - Renúncia Tributária – Sob Gestão ou Estimadas e Qualificadas pela UJ
- 4.6.2.2 – Valores Renunciados e Contrapartida
- 4.6.2.3 – Valores Renunciados por Tributos e Gastos Tributários

- 4.6.2.4 – Contribuintes Beneficiados pela Renuncia
- 4.6.2.5 – Beneficiários da Contrapartida da Renuncia Tributaria
- 4.6.2.6 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renuncia de Receita Tributaria
- 4.6.2.7 – Prestações de Contas de Renuncia de Receita
- 4.6.2.8 – Comunicação a RFB
- 4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renuncia de Receita
- 4.6.2.10 – Declaração de Situação de Beneficiários de Renuncia Fiscal
- 4.6.2.11 – Fiscalizações Realizadas pela RFB
- 4.6.2.12 – Renuncia Tributaria – Analise Critica
- 4.7 – Gestão de Precatórios
- 4.7.1 – Requisições e Precatórios da Administração Direta
- 4.7.2 – Requisições e Precatórios da Administração Indireta
- 4.7.3 – Analise Critica

**Item 5:**

- 5.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos da UJ
- 5.2.2 – Autorização Expedida pela MPOG para realização de Concurso Publica para Substituição de Terceirizados
- 5.2.4 – Informações sobre Locação de Mao de Obra para Atividade Não Abrangidas pelo Plano de Cargos

**Item 6:**

- 6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ

**Item 9:**

- 9.3 – Informações Sobre Atuação da Unidade de Auditoria Interna

**Item 11**

- 11.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Publico.
- 11.2.1 – Declaração Plena
- 11.3 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas na Lei nº 6.404/19
- 11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais
- 11.5.1 – Composição Acionária do Capital Social como Investida
- 11.5.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora
- 11.6 – Parecer da Auditoria Independente

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

- AAPRODUTOR** – Apoio ao Pequeno e Meio Produtor Agropecuário
- ADMSEDE** – Administração Sede
- AGE** – Assessoria de Gestão Estratégica
- APOIOAGRIC** – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
- APOIOPEC** – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
- CAPACITA** – Capacitação de Servidores
- CERTORGAN** – Certificação de Produtos Orgânicos
- DESENGORG** - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro Orgânico
- FEBREAFTOS** - Erradicação da Febre Aftosa
- FICONTRATO** – Fiscalização de Contratos de Repasses
- FISAGROTOX** – Fiscalização de Agrotóxicos Afins
- FISCAGRIC** – Fiscalização de Serviços Agrícolas
- FISCALSEM** – Fiscalização de Sementes e Mudanças
- FISCANIMAL** – Fiscalização Internacional de Animais
- FISCGENE** – Fiscalização de Material Genético Animal
- FISCINAN** – Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal

**FISCORGEN** – Fiscalização da Atividade com Organismos Geneticamente Modificados  
**FISCPLANTA** – Fiscalização Internacional de Plantas  
**FISFECOI** – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes  
**FISPROVET** – Fiscalização de Produtos Veterinários  
**GAPSDC** – Gestão e Administração de Programas Secretaria Desenvolvimento Cooperativismo  
**IDAF** – Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal  
**INATPEN** – Inativos e Pensionistas  
**INDIGRAF** - Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG  
**INOVAGRO** – Fomento a Inovação no Agronegócio  
**INSPANIMAL** – Inspeção de Produtos de Origem Animal  
**IPVEGETAL** – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal  
**MANUTSFA** – Manutenção da Superintendência Federal de Agricultura  
**PADCLASSIF** – Padronização e Classificação Vegetal  
**PCEANIMAL** - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Dos Animais  
**ERPPANIMAL** -  
**PCEVEGETAL** - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais  
**RASTREAB** – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar  
**RESIDUO** - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal E Animal  
**SCVA** – Sistema de Controle de Veículos Automotores  
**SAD** – Serviço de Apoio Administração  
**SAG** – Seção de Atividades Gerais  
**SEOF** – Seção de Execução Orçamentária e Financeira  
**PROMOAGRO** – Promoção do Agronegócio no Exterior  
**SGP** – Seção de Gestão de Pessoal  
**DDA** – Divisão de Defesa Agropecuária  
**SVA** – Serviço de Vigilância Agropecuária  
**SISV** – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal  
**SISA** – Serviço de Inspeção de Saúde Animal  
**SEFAG** – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários  
**DPDAG** – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário  
**SESAG** – Seção de Suporte Agropecuário  
**SECAF** – Seção de café  
**SFA** – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo  
**SEOF** – Seção de Orçamento e Finanças  
**SIPAG** – Serviço de Inspeção Agropecuária  
**SRH** – Seção de Recursos Humanos  
**VIGIAGRO** – Vigilância Agropecuária Internacional  
**VIGIFITO** - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais

## **1 - PARTE A – CONTEUDO GERAL - ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013**

### **1.1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**

#### **1.1.1 – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pec. Abastecimento		Código SIORG: 14
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Denominação abreviada: SFA-ES		
Código SIORG: 14	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130060
Situação: Ativa		

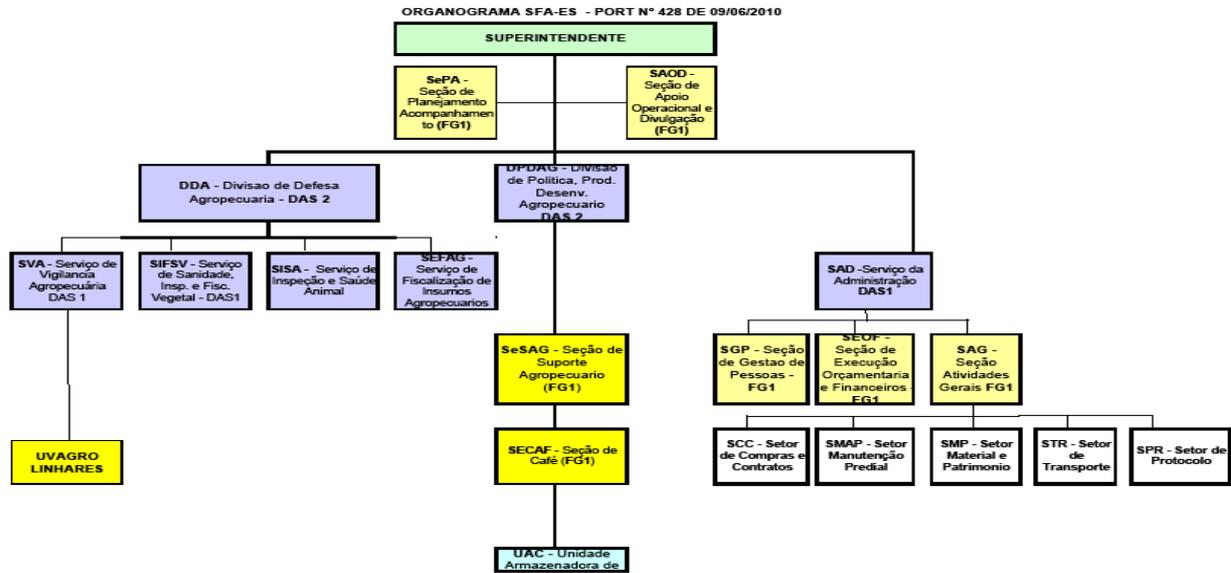
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura; federal, estadual, municipal			<b>Código CNAE:</b> 8413-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(27) 3137-2742	(27) 3137-2700	(27) 3137-2719
<b>Endereço eletrônico:</b> agricultura.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº. 495 – Edifício Centro Empresarial Enseada, 8º Enseada do Suá – Cep.: 29050-420 - Vitória/ES			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto nº. 1784 de 11/01/96 (D.O.U. de 12/01/96);			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Regimento Interno, instituído pela Portaria nº. 576 de 08/12/98 (D.O.U. de 29/12/98), alterado pelo Decreto nº. 5.351 de 21/01/05 (D.O.U. de 24/01/05); e Portaria MAPA nº 300, de 16/06/05 (D.O.U. de 20/06/05), Portaria nº 428 de 09/07/2010 e Decreto 7.127 de 04/03/2010			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
A informação será fornecida pela Unidade Orçamentária			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada - NÃO SE APLICA</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>Nome NÃO SE APLICA</b>	
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>Nome NÃO SE APLICA</b>	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
<b>NÃO SE APLICA</b>		<b>NÃO SE APLICA</b>	

## 1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL:

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Unidade descentralizada, consoante Estrutura do MAPA (Decreto 7.127 de 04.03.2010) e Regimento Interno (Portaria nº 428 de 09.07.2010) e orientações técnicas específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete executar atividades e ações de:

- I – Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II – Fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- III – Assistência técnica e extensão rural;
- IV – Infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V – Produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de açúcar, açúcar e álcool;
- VI – Administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim os serviços gerais;
- VII – Planejamento estratégico e operacional;
- VIII – Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX – Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X – Aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

### 1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

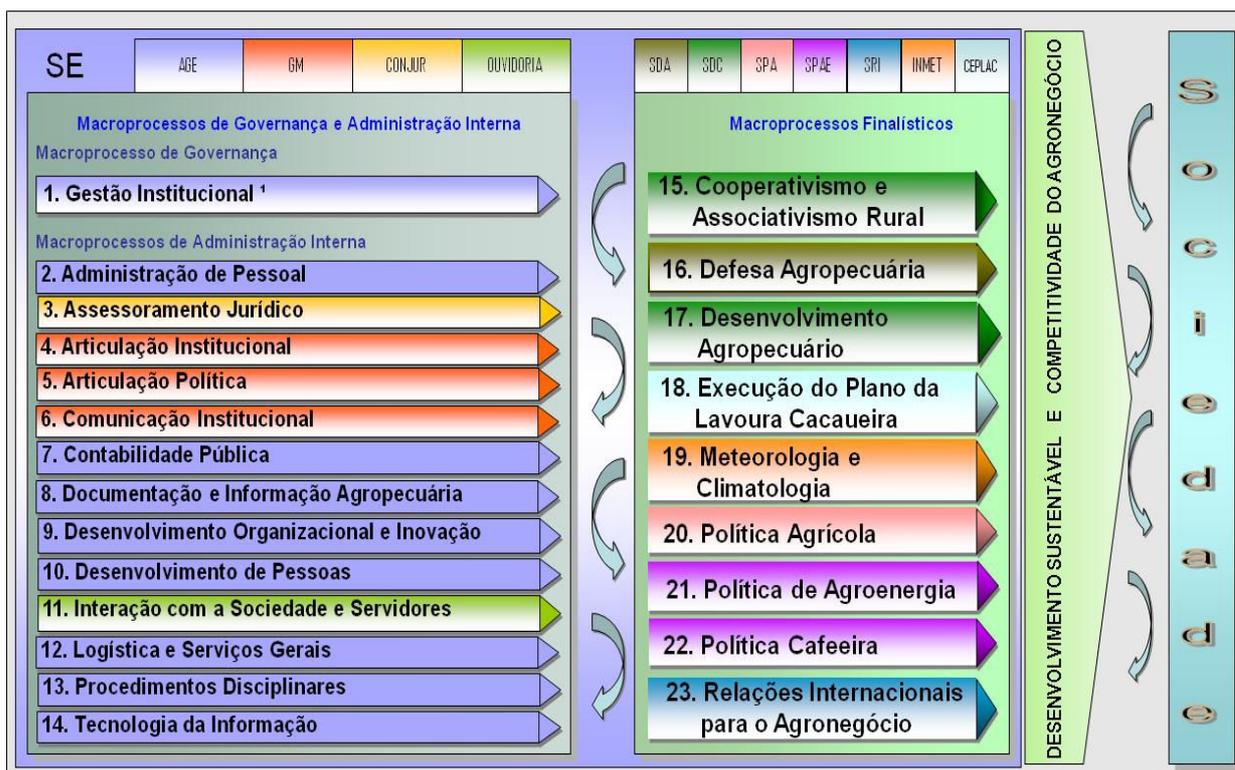


### 1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

a) Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos:

Macroprocessos	Órgão Responsável
15. Cooperativismo e Associativismo Rural	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
16. Defesa Agropecuária	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
17. Desenvolvimento Agropecuário	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
18. Execução do Plano da Lavoura Cacaueira	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
19. Meteorologia e Climatologia	Instituto de Meteorologia
20. Política Agrícola	Secretaria de Política Agrícola
21. Política de Agroenergia	Secretaria de Produção e Agroenergia
22. Política Cafeeira	Secretaria de Produção e Agroenergia
23. Relações Internacionais para o Agronegócio	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

b) Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir:



(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:

SE – Secretaria-Executiva

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

GM – Gabinete do Ministro

CONJUR – Consultoria Jurídica

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

## 1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. Mote, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

### 1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

### 1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública

- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

### **1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS:**

O Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de agricultura, seus órgãos vinculados – IDAF/ Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, INCAPER / Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, tem se constituído no principal parceiro para a execução das políticas de defesa sanitária animal e vegetal e desenvolvimento.

O SEBRAE, IEMA INPI e INPH são parceiros destacados na implementação do Programa de Orgânicos e de Indicadores Geográficos.

## **2 – PARTE A, ITEM 2, ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013**

### **2.1 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE**

#### **2.1.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Os objetivos Estratégicos foram definidos e alinhados à **Missão e Visão de Futuro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** – MAPA, indicando como pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro, conforme colocado na Visão da instituição.

Os títulos e as descrições dos objetivos estratégicos são apresentados a seguir:

#### **PERSPECTIVA DA SOCIEDADE**

Aumentar a produção de produtos Agropecuários Não Alimentares e Não Energéticos;  
 Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio;  
 Ampliar a Participação da Agro energia na Matriz Energética;  
 Garantir a Segurança Alimentar;

#### **PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS**

Ser Referência em informações estratégicas para o agronegócio;  
 Ser excelente na implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio;  
 Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio;

#### **PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS**

##### **INFORMAÇÃO**

Melhorar a Qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio;  
 Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio;  
 Ampliar a oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação;

##### **PRODUTOS E SERVIÇOS**

Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implantação das Políticas Públicas para o Agronegócio;  
 Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;

Desenvolver e Garantir o acesso a Tecnologia;  
Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária;

#### **ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO**

Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA;  
Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA;  
Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas;

#### **EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA**

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA;  
Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira;  
Melhorar Continuamente a Infra – estrutura e os Processos de Trabalho;

#### **PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO**

#### **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

#### **AMBIENTE DE TRABALHO**

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em equipes Interdisciplinares;  
Desenvolver cultura orientada a resultados;  
Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

#### **PESSOAS**

Desenvolver e Reter Competência do Corpo Funcional

### **2.1.2. – MISSÃO E VISÃO DE FUTURO.**

#### **MISSÃO**

*“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.”*

*“As Superintendências Federais Agropecuárias, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, têm como competência a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal.”*

#### **VISÃO DO FUTURO**

*“Ser Reconhecido pela qualidade e Agilidade na Implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”*

### **2.1.3 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

#### **2.1.3.1 – ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO:**

As estratégias do MAPA/ SFA-ES, constantes no seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2012 – 2015 por meio de Objetivos Setoriais, Programas e Ações. Os Objetivos Setoriais do MAPA/ SFA-ES, que coincidem com os objetivos estratégicos, são:

#### **1 – Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não alimentares e não energéticos:**

A SFA, amparada na legislação, executou Ações de Fiscalização e Supervisão de estabelecimentos e produtos, contribuindo assim para o aumento da oferta de matérias primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos disponibilizados no mercado, conforme informações contidas no corpo deste relatório.

## **2- Ampliar a Participação da Agro energia na Matriz Energética:**

A SFA participou do esforço governamental de ampliar a produção da Agro energia na matriz energética, através de Ações de Fomento e Apoio a projetos de produção de matérias primas para o uso e comércio do bicomcombustível.

## **3 – Garantir a Segurança Alimentar:**

Para este objetivo a SFA contribuiu de forma positiva, fiscalizando, supervisionando a conformidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

## **4 – Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.**

Esta SFA-ES contribuiu com este objetivo através dos trabalhos da inspeção e certificação fitossanitária executados pelos Fiscais Federais Agropecuários.

Outra contribuição significativa desta Superintendência para o impulsionamento deste objetivo foi os levantamentos fitossanitários na área de sanidade vegetal, que mantém o Estado do Espírito Santo livre de diversas pragas quarentenárias A2.

Em relação às exportações brasileiras, é possível verificar que as ações desenvolvidas pela Superintendência Federal de Agricultura, em relação à cultura do mamão, no que se refere à sanidade das lavouras, monitoramento da ocorrência das moscas-das-frutas e nas inspeções e fiscalizações relacionadas ao programa de exportação de mamão para os Estados Unidos da América, foram relevantes, pois possibilitaram a exportação de aproximadamente 12.300 toneladas da fruta para diversos mercados o que representou aproximadamente 43% do volume de mamão *in natura* exportado pelo País.

Esse volume representou divisas de aproximadamente 19.465.000,00 de dólares em exportações das frutas.

Desse total o mercado americano representou cerca de 22% do volume exportado e cerca de 19,6% das divisas obtidas com as exportações. Foram emitidos, no decorrer do ano, 1143 certificados fitossanitários pela fiscalização do MAPA em Linhares.

### **2.1.3.2 – EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.**

Visando consolidar a estratégia, o Mapa/SFA-ES alinhou seu PPA 2012-2015 com as suas estratégias, de modo a garantir sua execução até pelo menos em 2014.

Ao longo destes 3 anos de execução e acompanhamento da estratégia, alguns resultados importantes estão sendo alcançados, gerando mudanças na organização. Alguns exemplos destas mudanças são:

- 1 – melhoria da gestão operacional por meio do mapeamento e melhoria de processos de trabalho;
- 2 – construção de um plano estratégico da defesa agropecuária alinhado às estratégias corporativas;
- 3 – implantação visando à valorização do servidor e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- 4 – definição do Plano de Capacitação do servidor alinhado à estratégia;
- 5 – implantação de canais de comunicação interna.

### **2.1.3.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA**

Os indicadores de desempenho para o exercício de 2013, estabelecidos pela equipe da Gestão estratégica do MAPA, foram consolidados e estão demonstrados a seguir, representados graficamente pelos objetivos estratégicos contidos nas quatro diferentes perspectivas: sociedade, agronegócio e parceiros, processos internos, aprendizado e crescimento a seguir demonstrados:

#### **A - Unidade: Gabinete do Superintendente**

##### **Situação dos Resultados Estratégicos**

<b>ANUAL</b>	<b>Resultado</b>	<b>Indicadores de Desempenho</b>	<b>de</b>	<b>Metas</b>	<b>Avaliação do Desempenho até o Período</b>
--------------	------------------	----------------------------------	-----------	--------------	--

	SE.R1 – Gestão por competência Implantada	Índice de Capacitação em Competências	>60%	<b>Produtos Gerados: 77 servidores capacitados</b> <b>Pontos de Atenção: Foram realizados cortes no orçamento que afetou drasticamente o programa de Treinamento em 2013.</b>
	Acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta	Dado não disponível

### SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL

C - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal				
Percentual	Resultado	Indicadores de desempenho	de	Avaliação de desempenho até o período
75%	SDA R4a - Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada (conformes seguros) e	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal		<p><b>Produto gerado: 56,6% dos produtos de origem vegetal seguros e conformes no Ano de 2013 (75 % da meta).</b></p> <p><b>Pontos de Atenção: Setor de bebidas:</b> Aumento da demanda de trabalho e gerenciamento de processos ; redução na força de trabalho por aposentadoria; contingenciamento de recursos. Vale ressaltar que o grande número de produtos clandestinos apreendidos pela fiscalização de bebidas, que não atendiam os padrões de identidade e qualidade, fez com que o índice de conformidade dos produtos diminuísse significativamente afetando diretamente o resultado final.</p> <p><b>Setor de Classificação Vegetal:</b> Contingenciamento de recursos; Programação de treinamento para fiscais e técnicos que atuam na área não é concretizada.</p>
Status	Acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta	Dado não disponível

### Serviço de Inspeção Animal

Indicador - Índice de conformidade de produtos de origem animal

Resultado Estratégico – Sistema de inspeção animal revisado e implantado

#### Formula

A (Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal):

IASIF = Índice de conformidade de produtos de origem animal do SIF (número de estabelecimentos com processo sob controle/número total de estabelecimentos).

D - Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Animal – SISA/DDA/SFA-ES				
Resultados dos Indicadores				
ANUAL	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
	DAS.R1a – Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	60%	<b>Produto gerado: 100,0% de de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização</b>

	Nacional				<b>Pontos de Atenção:</b> Verificação quanto ao lançamentos corretos dos cadastros de propriedades pelos funcionários do IDAF. Necessidade de reforço dessa verificação junto a Diretoria do órgão e em supervisões a campo.
		Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	60%		<b>Produto gerado:</b> 88,0% de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação. <b>Pontos de Atenção:</b> Manter a supervisão do órgão executor.
		Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa	89%		<b>Produto gerado:</b> 100,0% de bovinos livres de febre aftosa, reconhecidos pela OIE <b>Pontos de Atenção:</b> Manter a supervisão do órgão executor.
	DAS.R5a – Sistema de inspeção animal revisado e implantado	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	70%		<b>Produto gerado:</b> 69,0% das supervisões realizadas e produtos de origem animal analisados conformes. <b>Pontos de Atenção:</b> Atenção para a necessidade de cumprimento do cronograma mensal de supervisão e de colheita de amostras. Necessidade urgente de alocação de maior quantitativo de pessoal técnico para as atividades de inspeção, bem como o aumento do do numero de diárias autorizadas para as ações externas de fiscalização.
	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta Dado não disponível

#### E - Unidade: Serviço de Fiscalização Agropecuária

##### Situação dos Resultados Estratégicos

Anual	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
	DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de material genético animal	< 60 %	<b>Produto gerado:</b> <b>Pontos de Atenção:</b> Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
	DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de produtos de uso veterinário	<60 %	<b>Produto gerado:</b> <b>Pontos de Atenção:</b> Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.

	DAS.R3a – Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de produto para alimentação animal	< 90 %	<b>Produto gerado:</b> 89% de insumos pecuários conforme
	DAS.R3a – Conformidade dos insumos agrícolas	Índice de conformidade dos insumos agrícolas	86%	<b>Produto gerado:</b> 78,5% de insumos agrícolas conformes (3º trimestre – Fertilizantes e Sementes e Mudanças) <b>Pontos de Atenção:</b> Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta
				Dado não disponível

**E - Unidade: Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário**

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDC.R1.T1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Unidade Controlada		<b>Produtos Gerados:</b> 143 Unidades Controladas cadastradas na SFA-ES (127% da meta). <b>Pontos de Atenção:</b> 1) Funcionamento do SIGOrg. 2) Provisão de recursos para desempenho da função de Estado de fiscalização. 3) Capacitação de técnicos das áreas de fiscalização, inspeção, defesa e vigilância da Superintendência para aplicação da legislação de orgânicos em suas atividades de rotina. Não de orgânicos em suas atividades de rotina.
				SDC.R1.T5 – Fomento ao desenvolvimento da agricultura orgânica	Relação entre o total de pessoas beneficiadas previsto e o total efetivamente alcançado		<b>Produtos Gerados:</b> 666 pessoas beneficiadas (42% da meta). <b>Pontos de Atenção:</b> Solução dos problemas de contingenciamento de recursos da SDC.
				SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas		<b>Produtos Gerados:</b> 25 % dos projetos potenciais Igs apoiados (83% da meta). <b>Pontos de Atenção:</b> Capacitação do corpo técnico dos DPDAGs e outros setores relacionados na SFA sobre IG e marcas coletivas, com ênfase para esta última.
				SDC.R4 – Minimizar os problemas	Percentual de contratos de repasse regulares		<b>Produtos Gerados:</b> Foram sorteados pela DIEL 11(onze) contratos de repasse para fiscalização, e somente 1 (hum) se encontra regular.

				de infraestrutura e logística			<b>Pontos de Atenção:</b> Disponibilização de recursos, de acordo com a programação..		
	Acima 90% da Meta				Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

## 2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

#### 2.2.1.1 – ANÁLISE SITUACIONAL

#### 2.2.2 – OBJETIVO

#### 2.2.3 – AÇÕES DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA SFA-ES SOBRE AS AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS

A responsabilidade sobre os Programas do PPA é das Coordenações dos Programas do MAPA a Nível Nacional, competindo a SFA-ES apenas a responsabilidade da execução das Ações Vinculadas aos Programas Temáticos.

Em consonância com o PPA 2012 – 2015, no exercício de 2013, a Unidade executou 04 (quatro) programas finalísticos, através de 25(vinte e cinco) ações e 02 (dois) Programa de Apoio Administrativo, que resultaram em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Estes Programas foram definidos no Plano Plurianual – PPA 20012-2015- e estão voltados para o fortalecimento do agronegócio no país. As ações do PPA estão desdobradas em Planos Internos (PI's) que são executadas por meio de atividades específicas, para as quais são estabelecidas metas para o exercício.

Ressaltamos que os Programas temáticos, seus objetivos não foram contemplados neste Relatório, em razão de que a gestão destes é exercida em nível de Secretarias do MAPA, não sendo de responsabilidade desta Unidade a avaliação dos mesmos, competindo à SFA-ES apenas executar e acompanhar os resultados das ações definidas pelas Coordenações dos Programas.

A seguir as ações vinculadas a Programas temáticos de responsabilidade da UJ:

### 1 – AÇÃO 8592 – DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR – RASTREABI

<b>PROGRAMA: 2028</b>		<b>NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA</b>		
<b>Identificação da Ação:</b>				
Código	8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - RASTREABI			
Função	20			
Subfunção	125			
Descrição				
Iniciativa	012I – Prevenção, controle e Erradicação de doenças dos Animais			
Unidade Responsável	Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR/SDA			
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física *		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização/Auditoria em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov – ERAS	Fiscalização/Auditoria realizada	1	1	0	0

### Análise Crítica:

A atividade relacionada ao Sistema de Rastreabilidade compreende ações de auditoria e reauditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS, auditoria em empresa Certificadora e ainda capacitação e realização de reuniões para continuidade do treinamento dos auditores do MAPA (Fiscais Federais Agropecuários) e auditores estaduais (médicos veterinários do serviço de defesa agropecuária) do quadro do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, para atuar no SISBOV. O Espírito Santo possui 01 (um) Frigorífico habilitado para exportação, localizado no município de Colatina, 8 (oito) Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS e 1 (uma) empresa certificadora, todos localizados na região norte do Estado do Espírito Santo. A equipe para realizar auditorias em ERAS está atualmente constituída de 02 Fiscais Federais Agropecuários e 10 Médicos Veterinários Estaduais do IDAF. As atividades de auditoria em empresa Certificadora são executadas exclusivamente pelo MAPA, cabendo sua programação a Coordenação do Sistema de Rastreabilidade – CSR. Já as atividades de auditorias e reauditorias possuem metas estabelecidas pela CSR (10% reauditorias) e o trabalho é realizado em conjunto entre MAPA e IDAF, sendo os relatórios, dados e informações analisados pelo Ministério da Agricultura, através da SFA-ES. No ano de 2013, foi realizada uma reauditoria como cumprimento de meta estabelecida pela CSR. As atividades relacionadas a análise de relatórios, realização de treinamentos e reuniões está comprometida pela escassez de Fiscais Federais Agropecuários existente no Serviço de Saúde Animal, principalmente, depois da reestruturação da SFA-ES com a publicação do novo regimento com a Portaria 428/2010, que incluiu a Rastreabilidade apenas no Serviço Saúde Animal. Diante desse fato, foi instaurado o processo 21018.003914/2012-55, que relatada a situação crítica pela falta de Fiscais Federais Agropecuários. Ainda como providência emergencial, foi realizado termo de cooperação entre a SFA-ES e a SFA-RJ para apoio técnico.

## 2 – AÇÃO 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - FEBREAFTOS

<b>PROGRAMA: 2028</b>		<b>NOME: defesa agropecuária</b>				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		4842 – Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS				
Função		20				
Subfunção		604				
Descrição		Erradicação da Febre Aftosa				
Iniciativa		012I – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais				
Unidade Responsável		Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		7.503,60	7.503,60			7.503,60

<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas Unidades central, regionais, locais e postos fixos do órgão executor estadual	Supervisão realizada	29	0	0	0
2	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	25	10	0	0
3	Atender as demandas da Ouvidoria / MAPA e outras denúncias	Denúncia atendida	(*)	0	0	0
4	Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas	Supervisão realizada	15	0	0	0
5	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais de risco para febre aftosa	Supervisão realizada	20	0	0	0
6	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para Febre Aftosa (lixões, salgadeiras, etc)	Supervisão realizada	29	0	0	0
7	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades vesiculares	Supervisão realizada	(*)	0	0	0
8	Atuar em focos confirmados de enfermidades vesiculares	Focos atendidos	(*)	0	0	0
9	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para Febre aftosa	Supervisão realizada	1	0	0	0

(\*) – Demanda não quantificável.

### **Análise Crítica:**

Muito embora os objetivos tenham sido alcançados, mantendo-se o Estado do Espírito Santo livre da Febre Aftosa, não se pode concluir que o MAPA tenha contribuído de forma efetiva para este fim. O SISA/DDA/SFA-ES enfrenta há vários anos situação limite pela falta de pessoal, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Diante desse quadro, por inúmeras vezes o Serviço manifestou-se às instâncias superiores clamando por soluções que viabilizassem quadro técnico mínimo para garantir a continuidade das ações neste programa prioritário. No entanto, não se logrou êxito. No processo 21018.003920/2012-11, que trata especificamente do comprometimento das ações de Erradicação da Febre Aftosa o âmbito do Estado do Espírito Santo, verifica-se o empenho do Departamento de Saúde Animal e da Secretaria de Defesa Agropecuária ao solicitarem a contratação, por concurso público, de s/eis Fiscais para o Espírito Santo, o que até o momento não se concretizou. Diante dessa situação, o SISA/DDA/SFA-ES que contava apenas com 1 FFA Méd. Veterinário com 40 horas/semana para todas as ações em saúde animal, optou por priorizar o acompanhamento in loco do Convênio 756019/2011, que contemplou algumas ações relativas a Erradicação da Febre Aftosa, executadas pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo. O referido instrumento foi rescindido em dezembro de 2013, conforme orientações da Secretaria de Defesa Agropecuária, quando foi assinado novo instrumento que passou a vigorar em janeiro de 2014. Outro fator que agravou a já crítica situação, foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, por Decreto Presidencial. Existindo apenas um fiscal e que exerce várias ações de competência do serviço, no mês de agosto encaminhamos solicitação para ampliação desse limite, o que só foi autorizado em dezembro de 2013 quando já estavam comprometidas todas as metas que ainda fossem viáveis caso a autorização tivesse sido feita de forma tempestiva.

### 3 – AÇÃO 8938 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – INSPANIMAL3

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMAL3				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição		Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal				
Iniciativa		0278 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal				
Unidade Responsável		Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/SDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		54.907,72	54.907,72			51.426,81
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisões	Supervisão realizada	63	42		
2	Fiscalizações	Fiscalização realizada	95	86		
3	Coleta de amostras	Amostra coletada	600	613		
4	Ações de combate a clandestinidade	Ação realizada	(*)	16		

(\*) Demanda independente da programação do SISA/DDA/SFA-ES

#### **Análise Crítica:**

A Inspeção de Produtos de Origem Animal é desenvolvida com respaldo na legislação que regula as atividades a ela relacionadas, da aplicação das leis, normas regulamentadas e critérios para a garantia da qualidade e a da segurança dos produtos de origem animal. A oferta de alimentos de origem animal aptos ao consumo, resguardadas as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, é o resultado final da atuação do SISA/DDA/SFA-ES no âmbito do Estado do Espírito Santo. O Serviço enfrenta grave crise pela falta de Fiscais Federais Agropecuários para o cumprimento integral das metas programadas. Muito embora a questão tenha sido exaustivamente levada ao conhecimento das instâncias superiores, ainda não logro-se êxito na adequação do quadro funcional que permita executar todas as ações que efetivamente levarão ao cumprimento integral de todas as normas e regulamentos vigentes. Nos processos 21018.003911/2012-11, 21018.003925/2012-35, 21018.003924/2012-91, 21018.003923/2012-46, 21018.003922/2012-00, 21018.003912/2012-66, cuja tramitação pode ser consultada na página do MAPA, verifica-se que a questão de pessoal ainda não foi solucionada, comprometendo as ações Inspeção de Leite, Mel e derivados, Inspeção de Carnes e derivados, Inspeção de Fabricas de Produtos Não comestíveis, Inspeção de Pescados e derivados e Ações do SISA-ES para Bem Estar Animal, respectivamente. Verifica-se, de forma geral, que as instâncias superiores se mobilizaram para realização de concurso público, cujas vagas destinadas ao Estado do Espírito Santo são insuficientes para equilibrar o quadro ideal de servidores. Quanto ao cumprimento da meta, se pode afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados quando o que se avalia é o que se prevê e o que de fato se concretiza, já que o

planejamento é feito em razão da disponibilidade de recursos financeiros e humanos, e não da efetiva necessidade do serviço. Outro fator que agravou a já crítica situação, foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, por Decreto Presidencial. Existindo apenas três Fiscais na sede para supervisões e que exercem várias outras ações de competência do serviço, a partir do mês de agosto encaminhamos solicitações para ampliação desse limite, Com a demora nas autorizações, alguns cronogramas foram prejudicados. Por outro lado, houve também prejuízos pelos limites orçamentários impostos.

#### 4 – AÇÃO 8658 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL

<b>PROGRAMA: 2028</b>		<b>NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA</b>					
<b>Identificação da Ação:</b>							
Código		<b>8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL</b>					
Função		<b>20</b>					
Subfunção		<b>604</b>					
Descrição		<b>Erradicação das Doenças dos animais</b>					
Iniciativa		<b>012I – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais</b>					
Unidade Responsável		<b>Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA</b>					
Unidade Orçamentária		<b>22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		<b>26.985,15</b>	<b>26.555,24</b>	<b>5.622,98</b>		<b>20.632,26</b>	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas Unidades central, regionais, locais e postos fixos do órgão executor estadual	Supervisão realizada	25	0			
2	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	25	15			
3	Atender as demandas da Ouvidoria / MAPA e outras denúncias	Demanda atendida	(*)	0			
8	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais	Supervisão realizada	30	28			
9	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos animais (abrigos, lixões, etc)	Supervisão realizada	4	0			
10	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais	Supervisão realizada	(*)	27			
11	Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais	Focos atendidos	(*)	8			
12	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para enfermidades dos animais	Supervisão realizada	2	2			
13	Supervisionar a distribuição de insumos	Supervisão	12	12			

para diagnóstico da brucelose e tuberculose	realizada				
---	-----------	--	--	--	--

(\*) Demanda independe da programação do SISA/DDA/SFA-ES

### Análise Crítica:

Mesmo com fatores negativos observados em 2013, pode-se afirmar de forma sintética que os objetivos foram alcançados com impactos benéficos a curto, médio e longo prazo pela manutenção do Estado do Espírito Santo livre de enfermidades exóticas, com a Influenza Aviária e a Peste Suína Clássica com a garantia de mercados internacionais e acesso dos produtos, tanto para importação, quanto para exportação, inclusive pelos portos capixabas. O SISA/DDA/SFA-ES vem enfrentando carência de recursos humanos, principalmente Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários. Nos processos 21018.003921/2012-57, 21018.003920/2012-11, 21018.003919/2012-88, 21018.003918/2012-33, 21018.003917/2012-99, 21018.003915/2012-08, foi exaustivamente relatado às instâncias superiores do MAPA as dificuldades do Estado na execução das ações do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, Programa Nacional de Sanidade dos Suínos, Programa Nacional de Controle da Raiva e Outras Encefalopatias, Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Programa Nacional de Sanidade Avícola, respectivamente. Também de forma indireta, mas que comprometem os objetivos finais em relação a prevenção das doenças dos animais, ações dos programa de Rastreabilidade e Educação Sanitária também estão comprometidas, conforme consta dos processos 21018.003914/2012-55 e 21018.003913/2012-19, respectivamente, cuja tramitação pode ser acompanhada pela página do MAPA. Em todas as situações, observa-se o empenho do Departamento de Saúde Animal e da Secretaria de Defesa Agropecuária na condução das demandas, com a realização de concurso público para o provimento do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, destinando-se 3 vagas para o Espírito Santo. No entanto, por não serem vagas efetivas para saúde animal e por serem em número insuficiente, os problemas observados em 2013 podem se agravar nos anos vindouros. O ano de 2013 foi marcado por inúmeros focos confirmados de mormo no Espírito Santo, até então uma enfermidade para a qual não havia notificações. Tais focos, demandaram grande dedicação do SISA/DDA/SFA-ES, que contou apenas com 01 FFA Méd. Veterinário. Outra prioridade do Serviço no ano de 2013 foi o acompanhamento in loco do convênio 756019/2011, cuja vigência expirou em 31/12/2013 e no qual foram inseridas inúmeras metas relacionadas a prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Outro fator que agravou a já crítica situação, foi o limite imposto de 40 diárias / ano / servidor, por Decreto Presidencial. Existindo apenas um fiscal e que exerce várias ações de competência do serviço, no mês de agosto encaminhamos solicitação para ampliação desse limite, o que só foi autorizado em dezembro de 2013 quando já estavam comprometidas todas as metas que ainda fossem viáveis caso a autorização tivesse sido feita de forma tempestiva.

### 5 – AÇÃO 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO - FISPROVET

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
<b>Identificação da Ação:</b>	
Código	2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET1
Função	20
Subfunção	125
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Iniciativa		<b>013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários</b>				
Unidade Responsável		<b>Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA</b>				
Unidade Orçamentária		<b>22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		<b>463,18</b>	<b>463,18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>463,18</b>
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Fiscalização Realizada</b>	<b>Unidade</b>	<b>34</b>	<b>08</b>		

### Análise Crítica:

No estado só existe um fabricante ativo de produtos de uso veterinário, o qual produz apenas produtos para embelezamento e higiene de animais de companhia e, ainda assim, produz apenas para atender demandas pontuais, de tal maneira que não está em atividade o ano inteiro.

O estado conta também com um laboratório que faz controle de qualidade de produtos de uso veterinário e é bastante atuante, prestando serviços para fabricantes de diferentes partes do país.

Devido à sua localização estratégica e a presença de portos, o Espírito Santo é um importante pólo de importação e exportação de produtos em geral, razão pela qual as “tradings” da região passaram a se interessar por incluir a importação de produtos de uso veterinário entre as suas atividades. Assim, muitas delas se registraram no MAPA, apesar de que poucas delas efetivamente importam. Até 2012, a Cisa Trading e a Fassim Líder importaram quantidades significativas de farmoquímicos. Já em 2013, recebemos apenas 3 solicitações de embarque, das quais indeferimos duas e aprovamos uma.

A SFA-ES não delega ao Estado a atribuição de fiscalizar o comércio e, portanto, essa atividade é de sua responsabilidade. O Estado tem 78 municípios e temos um número aproximado de 430 estabelecimentos comerciantes registrados, incluindo algumas distribuidoras.

Em 2013, foram concedidas 23 novas licenças de estabelecimentos (21 comerciantes e 2 importadoras). 72 licenças foram renovadas, sendo 68 de comerciantes, 2 de prestadores de serviços e 2 de importadoras.

Na área de Alimentação Animal, de um total de cerca de 40 estabelecimentos entre fabricantes e importadoras registrados, o Espírito Santo tem 24 fábricas efetivamente produzindo e, no ano de 2013, a produção no Estado superou as 380 mil toneladas. Para fiscalizar esses estabelecimentos, A SFA-ES conta com 2 fiscais federais agropecuários, incluindo a fiscal que trabalha nas demais áreas.

### Entraves

Em função da grande demanda na área de Alimentação Animal, a atuação desta SFA-ES na área de Produtos de Uso Veterinário é limitada e, então, o que se faz nas programações anuais é escolher dois meses para fiscalizar o comércio em alguma região do Estado em que a fiscalização não vai há algum tempo, além de programar fiscalizações em alguns dos outros tipos de estabelecimento (fabricante, controle de qualidade, manipuladores e importadores). Seguindo essa lógica fizemos o POA 2013 com a intenção de cumpri-lo à risca. Porém, ao longo do ano, em função do acúmulo de demandas na área de Alimentação Animal, a fiscal responsável se viu obrigada a cancelar os deslocamentos programados e a realizar ações não programadas em novembro e dezembro, como realizar a abertura de uma amostra lacrada a pedido do SEFIP-MG para que o laboratório de controle de qualidade fizesse uma análise de um produto sob suspeita, a fiscalização de um

comerciante em função de uma denúncia e de quatro comerciantes situados em um município onde fomos averiguar a suspeita de existência de um fabricante clandestino, mas que não foi encontrado. Assim, em função das dificuldades encontradas ao longo do ano, não conseguimos cumprir a meta física de 2013, mas esperamos ter um desempenho melhor em 2014, ainda que continuemos com a mesma situação quanto ao número de fiscais federais agropecuários atuando na área de Insumos Pecuários na SFA

## 6 – AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM1

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
----------------	---------------------------

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação:						
Código	2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM1					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos processos de: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento; 4) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.					
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas					
Unidade Responsável	DFIA/DAS					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$93.506,78	R\$93.506,78			R\$93.506,78
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO	NÚMERO	1430	1314	R\$134.307,70	R\$93.506,78

### Análise Crítica:

**CUMPRIMENTO DAS METAS:** Foram previstas 1.430 fiscalizações e executadas 1.314 fiscalizações, obtendo-se um índice 91,89% de execução. As ações previstas não foram executadas em sua plenitude, tendo em vista o contingenciamento de recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afetando as ações de fiscalização a campo. Não obstante o não cumprimento da meta de fiscalização prevista, os objetivos previstos de publicidade e aplicação das normas vigentes de sementes e mudas foram atingidos mediante a execução de reuniões técnicas com o setor produtivo no Estado do Espírito Santo.

No ano de 2013, foram inscritos/credenciados 235 novos RENASEMs.

Foram fiscalizadas, pelos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias do SEFAG/ES, 663 entes do sistema RENASEM, sendo 458 produtores de mudas, 10 produtores de sementes, 152 comerciantes de sementes, 30 comerciantes de mudas, 38 campos de produção de sementes e 419 unidades de produção, perfazendo um total aproximado de 68 milhões de mudas fiscalizadas, de um total aproximado de 260 milhões de mudas produzidas.

Outro fator relevante nas ações de fiscalização de sementes e mudas foi a autorização de exportação de 88 toneladas de sementes de café (*Coffea arabica* L.) e de 7.164 mudas de orquídeas produzidas no Estado do Espírito Santo e fiscalizadas pelos Fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tal montante demonstra a importância da produção agrícola do Estado e a constante presença da Fiscalização Federal Agropecuária no campo visando a verificação das normas de produção de sementes e mudas pelos produtores, habilitando-os a abrirem novos mercados para seus produtos. Somente as exportações geraram uma receita de R\$ 2.176.291,95 para os produtores de sementes e mudas fiscalizados pelo MAPA, o que incrementa, ainda mais, a renda desse setor da agricultura Capixaba.

**EVENTUAIS PROBLEMAS DE EXECUÇÃO:** Crescimento da demanda por fiscalizações e Fiscais Federais Agropecuários em vias de aposentadoria sem perspectiva de reposição do quadro a curto prazo.

**SUPERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DAS METAS ESTABELECIDAS:** As metas de fiscalizações não foram superadas, apesar do comprometimento da equipe em cumprir as metas estabelecidas e da continua expansão do agronegócio do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a limitação financeira para a execução das fiscalizações in loco.

## 7 – AÇÃO 2141 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES – FISFECOI

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA					
<b>Identificação da Ação: 2141 – 130060 – Espírito Santo/ES</b>							
Código	2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI						
Função	20						
Subfunção	125						
Descrição	Fiscalização de Fertilizante, Corretivos						
Iniciativa	013E – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Agrícolas						
Unidade Responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA						
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		14.688,58	14.668,58	0	2.466,20	12.222,38	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	de	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

<b>1</b>	<b>Fiscalização Realizada</b>	<b>Unidade</b>				

**Análise Crítica:**

No exercício foram programadas 320 fiscalizações a empresas de comércio de fertilizantes e realizado 300, representando 93%.

**8 – AÇÃO 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAÇ GENÉTICO ANIMAL - FISCGENE**

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		2019 – Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição		Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.				
Iniciativa		013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Unidade Responsável		Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		11.935,04	11.935,04	0	0	11.935,04
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade				

**Análise Crítica:**

Na área de Material Genético, apenas 3 incubatórios, um matrizeiro avícola e 2 granjas de recria comercial encontram-se em atividade no Espírito Santo.

A demanda de fiscalização nesses estabelecimentos foi maior até 2012, em função das exigências da Instrução Normativa nº 56/2007.

Como nossa atuação nesse tipo de estabelecimento só deve ocorrer em caso de reforma ou alteração na estrutura do estabelecimento, não há como se prever uma fiscalização nesses estabelecimentos em um planejamento anual. Assim, após consultar a Divisão de Material Genético em Brasília e o Serviço de Saúde e Inspeção Animal (SISA) na SFA-ES, ficou acordado que, havendo demanda, o SISA poderia contribuir com recursos financeiros para o deslocamento da fiscal federal agropecuário do SEFAG.

Como não houve demanda, não houve fiscalização. Houve apenas uma consulta de uma granja avícola quanto à possibilidade de também incubar e recriar codorna. A consulta foi encaminhada a Brasília e devidamente respondida.

## 9 – AÇÃO 2124 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – FISCINAN

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código						
2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN						
Função						
20						
Subfunção						
125						
Descrição						
Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais						
Iniciativa						
013F – Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários						
Unidade Responsável						
Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA						
Unidade Orçamentária						
22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO						
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		10.611,28	10.611,28		160,06	10.291,14
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	28	51		

### Análise Crítica:

A SFA-ES conta com dois fiscais federais agropecuários na área de Alimentação Animal, sendo que um deles se dedica exclusivamente à área, enquanto o outro também atua nas áreas de Produtos de Uso Veterinário e Material Genético. Conta ainda com médico veterinário (técnico de nível superior), que também atua nas três áreas.

Atualmente, o estado tem 32 fábricas registradas no MAPA, das quais 24 funcionaram de forma regular em 2013, produzindo **386.068,77 toneladas** de produtos para alimentação animal. Seis importadoras estão em situação regular com o MAPA, mas não realizaram nenhuma importação em 2013. Estabelecimentos comerciais são isentos de registro.

A programação de 2013 foi baseada no número de estabelecimentos registrados.

### QUADRO 2: programação de remessa de amostras no POA e programação oficial

	POA	Oficial
Microscopia	0	24
Demais análises	88	89
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>113</b>

### QUADRO 3: Amostras coletadas em 2013 pelo SEFAG-ES

<b>Situação</b>	<b>Qtde</b>
Coletadas	77
Enviadas	68
Analisadas	65
Resultado conforme	58
Resultado não-conforme	7

**QUADRO 4: amostras para microscopia**

		<b>Progr</b>	<b>Coleta</b>	<b>Situação</b>
ES-05001	NUTRIAVE	3	3	
ES-05011	COOABRIEL	3	3	
ES-05054	NUTRIDAL	3	0	Fábrica interditada em abril 2013
ES-05251	NUTRIVITA	3	0	Linha interditada em dez 2012
ES-05292	COOPEAVI	3	3	
ES-06559	IND. COLATINA	3	1	Linha interditada em dez 2012
ES-09370	A. LAMÃO	3	3	
ES-11028	IND. PÁSSAROS	3	0	Não tem prod. para ruminantes
<b>Total</b>		<b>24</b>	<b>13</b>	

No quadro, destacamos em cinza alguns estabelecimentos que foram sorteados e que não tivemos como coletar amostras, seja porque a fábrica ou a linha estava interditada, seja porque o estabelecimento não fabrica produtos para ruminantes. Para compensar, coletamos amostras dos seguintes estabelecimentos, apesar de não terem sido sorteados:

**QUADRO 5: amostras extras coletadas para microscopia**

ES-06559	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES COLATINA LTDA	9	OC 22/2008
ES-05748	COOP. AGRÁRIA MISTA DE CASTELO LTDA	3	Investigativa
ES-11013	COMERCIAL WGM DISTR. E REPR. LTDA	3	Investigativa
ES-06559	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES COLATINA LTDA	1	OC 22/2008
ES-11026	COOP. DOS PROD. RURAIS DO V. DO BENEVENTE LTDA	2	Investigativa
ES-06464	BRUNORO PROD. SELECIONADOS LTDA	1	Investigativa

Obs: na primeira linha do quadro, as 9 amostras foram coletadas em dezembro de 2012 e a análise feita em 2013, como parte das medidas estabelecidas pelo Ofício Circular 22/2008 nos casos em que um resultado dá positivo quanto à presença de ingrediente de origem animal em produtos para alimentação de ruminantes. Na quarta linha, a amostra coletada na Indústria e Comércio de Rações Colatina Ltda. foi para averiguar se a empresa estava apta a voltar a fabricar produtos para a alimentação de ruminantes.

**10 - AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – PADCLASSI13**

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
<b>Identificação da Ação:</b>	
Código	<b>4746 - Padronização, Classificação, fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13</b>
Função	<b>20</b>
Subfunção	<b>125</b>
Descrição	Garantir a certificação da identidade, qualidade e segurança dos produtos antes de serem

	colocados à disposição dos consumidores, assim como o credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.					
Iniciativa	<b>027A – padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal</b>					
Unidade Responsável	<b>Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA</b>					
Unidade Orçamentária	<b>22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		148.725,28*	148.725,28	11.127,02	-	137.598,26
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizações realizadas	Fiscalizações	125	131	190.000,00	148.725,28

\*OBS.: O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV descentralizou recurso no PI: LANAGROS13 no Elemento de Despesa 3390-39 no valor de R\$ 17.500,00 que se encontra somado ao valor empenhado.

### Principais resultados:

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 4746 consistiu no **Número de Fiscalizações Realizadas**. Durante o ano de 2013 foram realizadas **131 fiscalizações**, superando em **4,8%** o total inicialmente programado (**125**).

Cabe destacar que em 2013 o SISV/DDA/SFA-ES não foi designado para participar das ações do “Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade de Produtos Vegetais - PEQV” e “Programa Nacional da Qualidade Vegetal-PNQV”, ambos coordenados pela CGQV/DIPOV/MAPA. Assim, as fiscalizações se concentraram em atividades de rotina, sendo coletadas 20 amostras dos produtos arroz e feijão.

A classificação dessas amostras fiscais resultou num índice de conformidade de 0,50. Deve ser destacado que as coletas de amostras foram efetuadas de forma “direcionada”, ou seja, somente em caso de suspeita de inconformidade, ao contrário do estabelecido nos citados programas (coletas aleatórias).

Em consequência da sistemática de fiscalização adotada (direcionamento na coleta de amostras), conforme já esperado, o resultado obtido (0,50) ficou bem abaixo da meta anual estratégica estabelecida pelo MAPA para o índice de conformidade de produtos de origem vegetal em 2013 (0,80).

Com resultado das ações de fiscalização realizadas no período foram lavrados 28 autos de infração, os quais resultaram num total de multas aplicadas no valor total de R\$ 171.296,70. Desse total, durante o ano foi recolhido ao Tesouro um montante de R\$ 62.725,57.

### Indicador de Desempenho:

<i>Eficiência</i>	<i>Efetividade</i>
<b>Descrição da Meta: Fiscalização em Estabelecimentos e em Postos de Classificação</b>	
<b>Nº de Estabelecimentos Fiscalizados em relação ao estimado</b>	<b>Percentual de produtos que se encontram dentro dos padrões de qualidade</b>
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo nº de fiscalizações programadas em 2013.	Nº de amostra em conformidade pelo total de amostras classificadas.  = (AC/TAC) * 100

= (FR 2013 / FP 2013) * 100	= (10/20) * 100 = <b>50,0 %</b>
= (131/ 125) * 100 = <b>104,8 %</b>	

### Entraves:

- 1) O contingenciamento de recursos praticado anualmente pelo Governo, o que dificulta a execução normal das atividades programadas;
- 2) As pendências existentes na regulamentação do Decreto nº 6.268/2007 (Classificação Vegetal), dificultando a adoção de medidas mais efetivas na fiscalização de certos produtos, principalmente hortícolas e outros perecíveis;
- 3) A limitação de apoio laboratorial disponível no MAPA, restringindo as ações de fiscalização rotineiras de certos produtos, tais como o amendoim, os farináceos e os óleos vegetais.

### Contratações e Parcerias:

- Contrato SFA-ES nº 01/2012 (1º Termo Aditivo), firmado com a empresa “Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda.”, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados pelo Espírito Santo.

Demonstrativo de Produtos Vegetais Importados - Período: janeiro a dezembro de 2013												
Produto Classificado (tonelada)										Taxa Recolhida (R\$)	Valor Pago Contratada (R\$)	Certificados Emitidos (Nº)
Mês	Alho	Pera	Maçã	Far. Trigo	Cebola ----- Alpiste	Malte	Trigo	Total				
jan.	156			1.058		26.341	24.500	52.055	50.753,62	15.406,78	41	
fev.	236					14.000	27.497	41.733	37.801,26	11.625,32	24	
mar.	52					48.934	26.250	75.236	78.696,76	23.452,45	19	
abr.	3.876				58	323		4.406	2.186,93	1.246,08	70	
mai.	1.665				116	31.926		33.931	39.254,43	11.697,26	98	
jun.	3.018			46	29		27.000	30.261	22.056,78	7.464,00	102+	
jul.	4.134					28.960	16.500	49.885	49.217,08	15.339,48	109	
ago.	971			115		43.500	16.500	61.087	65.211,18	19.474,26	38	
set.	26			345		29.115	27.500	56.987	55.999,16	16.911,86	32	
out.	260			230		37.056		37.546	44.680,30	13.044,88	16	
nov.	290					31.671		31.961	38.134,02	11.127,02	17	
dez.	106				98	17.000	32.200	49.404	44.960,15	13.978,73	24	
<b>soma</b>	<b>14.790</b>			<b>1.794</b>	<b>301</b>	<b>308.826</b>	<b>197.947</b>	<b>524.492</b>	<b>528.951,67</b>	<b>160.768,12</b>	<b>590</b>	

Fonte: Arquivo do Setor de Classificação Vegetal/ SFA-ES

De acordo com o demonstrativo apresentado, durante o ano de 2013 foram obtidos os seguintes resultados na execução da atividade de classificação de produtos vegetais importados:

- Classificação de 524.492 toneladas de produtos, com destaque para malte e trigo;
- Recolhimento de taxas de classificação ao Tesouro Nacional no valor total de R\$ 528.951,67;
- Do valor total recolhido, R\$ 160.768,12 foram destinados ao pagamento da empresa contratada pela prestação dos serviços de apoio operacional à SFA/ES;
- Emissão de 590 certificados de classificação.

**Transferências:** Não houve

## 11 – AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS - PCEVEGETAL

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL				
Função		20				
Subfunção		603				
Descrição		Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.				
Iniciativa		012H – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais				
Unidade Responsável		Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		11.508,29	11.508,29	0,0	<b>4,00</b>	11.208,29
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisão sobre o monitoramento das moscas-das-frutas em lavouras de mamão que exportam aos EUA	Inspeção e supervisão	12	9		
2	Inspeções em lavouras habilitadas a exportar mamões aos EUA *	Inspeção e supervisão	50	69		
4	Realizar levantamentos fitossanitários	Inspeções	10	2		
5	Supervisão da emissão de CFO/PTV	Supervisão	16	1		
6	Inspeção e manutenção mensal das armadilhas instaladas para o monitoramento da mosca da carambola nos portos e CEASA	Inspeção	39	33		
7	Supervisão in loco do convênio MAPA x IDAF	Supervisão	40	43		
8	Emissão de parecer técnico fitossanitário sobre importação e exportação de vegetais	Parecer	Conforme Demanda	12		
9	Repassar recursos financeiros ao IDAF através de convênio.	Repasse	1	0		

\* Considerando somente as inspeções que demandaram recursos orçamentários de diária.

### Análise Crítica

Os cortes orçamentários ocorridos durante o ano de 2013 dificultaram o cumprimento das metas onde era necessária a utilização de recursos para pagamento de diárias e combustíveis.

Tendo em vista a escassez de recursos tivemos que priorizar as ações do SISV/ES que demandavam recursos. Foram priorizadas as fiscalizações semanais nas lavouras de mamão que são necessárias para autorizar a colheita dos frutos e exportação aos EUA e a supervisão *in loco* do convênio 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF. Com isso, as demais supervisões programadas para serem realizadas pelo Serviço foram reduzidas ou suspensas.

Não foi possível realizar levantamentos para verificar a dispersão da praga *Maconelicoccus hirsutus* (cochonilha rosada) no Estado do Espírito Santo, detectada em 2012, e nem da *Helicoverpa armigera* que houve relato da ocorrência em lavoura de tomates.

As informações referentes às exportações de mamão estão detalhas na ação Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e Seus Produtos.

As inspeções nas lavouras visando à liberação da colheita para a exportação para o mercado americano, executada pela unidade do VIGIAGRO em Linhares, encontram-se relacionadas no quadro abaixo.

Meses	Nº de laudos	Nº Lavouras Liberadas	Nº Lavouras Suspensas	Termo Fiscalização	Termo Notificação
Janeiro	34	95	0	0	0
Fevereiro	28	77	0	0	0
Março	33	83	0	0	0
Abril	26	78	1	1	1
Maio	30	108	0	0	0
Junho	24	88	0	0	0
Julho	28	89	4	4	4
Agosto	42	118	0	0	0
Setembro	34	95	1	1	1
Outubro	45	110	3	3	3
Novembro	41	117	0	0	0
Dezembro	36	96	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>401</b>	<b>1154</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

A fiscalização do convênio MAPA x IDAF nº 755.858/2011, de estruturação e manutenção do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária, visando à prevenção e ao controle de pragas dos vegetais, foi realizada *in loco*, com visitas a todas as unidades do IDAF para as quais houve execução de metas pactuadas ou receberam recursos nos anos de 2011 e 2012.

Para essas supervisões utilizamos recursos dos PI's: PCEVEGETAL e VIGIFITO de acordo com o recurso orçamentário disponível na SFA/ES.

O percentual de execução dessa atividade foi de **107,5 %**.

Os relatórios dessas supervisões *in loco* encontram-se disponíveis no processo 21018.008161/2011-93 que se encontra apenso ao processo de formalização do convênio.

**Transferências:** Não houve em 2013.

O órgão concedente determinou, através do Ofício Circular nº 040/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, pelos fundamentos que elenca, que os convênios plurianuais celebrados fossem rescindidos.

Assim, em atendimento a tal determinação, foi assinado na data de 18/12/2013 o Termo de Rescisão do Convênio nº 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF/ES, tendo seu extrato sido publicado no DOU de 17/01/2014.

#### **Indicador de Desempenho:**

Supervisão do monitoramento das Mosca-das-frutas
--

<b>ATRIBUTO</b>	<b>EFICÁCIA</b>
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2013
Fórmula de cálculo:	$(IR2013 / IP2013) * 100 = 9/12 * 100 = 75\%$
<b>Inspeções em lavouras habilitadas a exportar mamões aos EUA</b>	
<b>ATRIBUTOS</b>	<b>EFICACIA</b>
Descrição:	Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (IR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2013
Fórmula de cálculo:	$(IR2013 / IP2013) * 100 = 69/ 50 * 100 = 138\%$
Inspeção e manutenção mensal das armadilhas instaladas para o monitoramento da mosca da carambola	
<b>ATRIBUTOS</b>	<b>EFICACIA</b>
Descrição:	Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (IR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2013
Fórmula de cálculo:	$(IR2013 / IP2013) * 100 = 33/39 * 100 = 84,62$

## 12 - AÇÃO 2134 VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS – VIGIFITO

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA					
<b>Identificação da Ação:</b>							
Código		2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO					
Função		20					
Subfunção		603					
Descrição		Cabe a essa ação: orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária e da importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; orientar a e acompanhar a fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal e a emissão de certificados específicos e permissões de trânsito; orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de acordos bilaterais referentes aos programas de exportação e de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária e vegetal; cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA;					
Iniciativa		O4D4- Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Unidade Responsável		Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA					
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		8.877,82	8.877,82		121,58	8.756,24	
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Supervisões em packing house inscritos no	Fiscalização/ Supervisão	4	4			

	programa de exportação para os EUA					
2	Fiscalização de empresa que realizam tratamentos quarentenários	Fiscalização	07	07		
3	Fiscalização de tratamentos quarentenários	Fiscalização	30	26		
3	Repassar recurso financeiro para o IDAF/ES através de convênio	Repasse	1	0		

### **Exportações de mamão para os EUA.**

- Nº de Certificados Fitossanitários emitidos: 1.143
- Quantidade de Paletes inspecionados e exportados: 5.691
- Quantidade de mamão Certificada para exportação (kg): 2.687.858
- Valor FOB do produto exportado (US\$): 3.807.516,60

### **Análise Crítica:**

- 1- Esta ação compreende a fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, a fiscalização decorre do acordo firmado entre o Brasil e o Estados Unidos da América para a exportação de mamão, a supervisão e fiscalização da emissão de Certificados de origem e Permissão de Trânsito de Vegetais, o registro e fiscalização das empresa que realizam tratamentos quarentenários em cumprimento a Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias da FAO nº 15.
- 2- Atualmente o Estado possui quatro empresas habitadas a exportado mamão in natura para os EUA. No decorrer de 2013 uma das empresas habilitadas ficou sem operar para os EUA por vários meses por questões operacionais.
- 3- O volume de mamão Certificado pelo MAPA exportado para os EUA representou 6,7 % do volume exportado dessa fruta pelo Brasil. Desse total 96,8 % foram certificados pelos fiscais da SFA/ES.
- 4- A manutenção dos postos de fiscalização interestaduais do IDAF/ES encontra-se no Convênio assinado com aquele órgão. As fiscalizações desses postos foram realizadas durante a fiscalização da execução do Convênio.
- 5- Devido a restrições orçamentárias, não foi possível realizar todas as supervisões programadas para emissão da Certificação Fitossanitária de Origem e na emissão das Permissões de Transito de Vegetais.
- 6- Atualmente o Estado possui 10 empresas registradas para a realização de tratamentos quarentenários. Dessas, 7 estão em operação e uma teve o seu registro cassado após decisão em 2ª instância.
- 7- O SISV fiscalizou, por amostragem, a realização de 26 (vinte e seis) tratamentos. Dessas fiscalizações resultou na emissão de 2 (dois) Autos de Infração.
- 8- As informações referentes à supervisão in loco do convênio encontram-se descritas na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais-PCEVEGETAL

**Transferências:** Não houve

O órgão concedente determinou, através do Ofício Circular nº 040/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, pelos fundamentos que elenca, que os convênios plurianuais celebrados fossem rescindidos.

Assim, em atendimento a tal determinação, foi assinado na data de 18/12/2013 o Termo de Rescisão do Convênio nº 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF/ES, tendo seu extrato sido publicado no DOU de 17/01/2014.

### INDICADORES DE DESEMPENHO DA AÇÃO:

<b>ATRIBUTOS</b>	<b>Supervisões em <i>packing house</i></b>	
	<b>EFICACIA</b>	
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2013	
Fórmula de cálculo:	$(IR2013 / IP2013) * 100 = 4/4 * 100 = 100\%$	
<b>ATRIBUTOS</b>	<b>Fiscalização de tratamentos quarentenários-NIMF 15</b>	
	<b>EFICACIA</b>	
Descrição:	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas (IR) e o número de fiscalizações programadas (IP) em 2013	
Fórmula de cálculo:	$(IR2013 / IP2013) * 100 = 26/30 * 100 = 87\%$	

### 13 – AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - FISCORGEN

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
----------------	---------------------------

<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição		Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.				
Iniciativa		013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.				
Unidade Responsável		Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado CBIO/SDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		13.632,65	13.632,65	0	1.298,61	12.334,04
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	Fiscalização	40	58		

### Análise crítica:

A fiscalização de atividades com organismos geneticamente modificados contempla a fiscalização da regra de coexistência milho GM x milho convencional, liberação planejada de eucalipto GM no ambiente (pesquisa) e um projeto piloto de monitoramento de fiscalização de eventos de transformação genética não autorizados, sendo que, no ano de 2013, as culturas selecionadas para monitoramento foram eucalipto e mamão.

O quantitativo de fiscalizações realizadas ficou assim distribuído:

- Coexistência milho GM x milho convencional: 37 fiscalizações
- Liberação planejada de eucalipto GM (pesquisa): 1 fiscalização
- Monitoramento de eventos GM não autorizados (mamão): 13 fiscalizações
- Monitoramento de eventos GM não autorizados (eucalipto): 6 fiscalizações

Durante as fiscalizações foram coletadas 25 amostras de tecido vegetal visando detectar a presença de eventos não autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança –CTNBio.

Os resultados de análise emitidos pelo Laboratório de Diagnóstico Vegetal do LANAGRO/GO não detectaram a presença de organismos geneticamente modificados das amostras enviadas pelo SISV/ES.

Em relação às metas financeiras, houve um percentual total de execução de 52,55% (R\$ 13.632,65/25.941,80 x 100), com a seguinte participação em relação às diferentes Naturezas de Despesa:

- Diárias (339014): **58,6%** (R\$ 8.637,25/R\$ 14.741,80 x 100)
- Material de Consumo (339030): **50,1%** (R\$ 1.851,91/R\$ 3.700,00 x 100)
- Passagens (339033): **24,1%** (R\$ 1.445,88/R\$ 6.000,00 x 100)
- Serviços de Terceiros - PJ (339039): **0,0%** (R\$ 0,00/R\$ 1.500,00 x 100)
- Material Permanente (449052): **56,6%** (R\$ 1.697,61/R\$ 3.000,00 x 100)

**Transferências:** Não houve

### INDICADORES DE DESEMPENHO DA AÇÃO

Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	
<b>ATRIBUTO</b>	<b>EFICÁCIA</b>
Descrição:	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas ( FR) e o número de fiscalizações programadas (FP) em 2013
Fórmula de cálculo:	$(FR2013 / FP2013) * 100 = 58/40 * 100 = 145\%$

### 14- AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL-IPVEGETAL

PROGRAMA: 2028	NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA
<b>Identificação da Ação:</b>	
Código	<b>8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL</b>

Função	<b>20</b>					
Subfunção	<b>125</b>					
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditoria dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização de registro de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de análise previa a importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convenio entre o MAPA e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.					
Iniciativa	<b>0279 – Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal</b>					
Unidade Responsável	<b>Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA</b>					
Unidade Orçamentária	<b>22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		<b>40.805,15*</b>	<b>40.805,15</b>		82,82	<b>40.722,33</b>
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalizações em estabelecimentos	Estabelecimento	90	98		
02	Coleta de Amostras de Bebidas	Amostra	120	111		

\*OBS.: O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV descentralizou recurso no PI: LANAGROS13 no Elemento de Despesa 3390-14 no valor de R\$1.096,66 que se encontra somado ao valor empenhado.

### **Análise crítica:**

#### **a) Principais resultados:**

No ano de 2013 foram estabelecidas duas metas físicas principais para a **Ação 8939**: 1) fiscalização de estabelecimentos e, 2) coleta de amostras fiscais.

A primeira meta refere-se ao número total de inspeções em estabelecimentos produtores/fabricantes de bebidas e derivados da uva e do vinho, excluídos, portanto, vistorias para registro e fiscalizações realizadas no comércio e em estabelecimentos importadores. Para esta meta foram estipuladas 90 inspeções, sendo realizadas 98, ou seja, execução de 108,9% da meta. Faz-se importante ressaltar que foi mantida a mesma quantidade de inspeções de 2012, sendo que naquele ano, a meta referia-se apenas às inspeções realizadas com Lista de Verificação (LV) em estabelecimentos produtores, excluídas as inspeções nas quais não eram lavradas LV. Já em 2013 por falta de coordenação e informação da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas (CGVB) a meta abrangeu o total de inspeções em estabelecimentos produtores (com e sem LV), e por isso a meta ficou subdimensionada, considerando que as inspeções com LV são mais detalhadas e muito mais demoradas que aquelas sem LV. Do total de 98 inspeções apenas 4 foram realizadas com LV, as razões disso são explicadas no **item b**.

A segunda meta principal trata do total de bebidas e derivados da uva e do vinho coletadas para fins de análise fiscal. Foi programada a coleta de 120 produtos, dos quais 111 foram coletados, perfazendo 92,5% de execução.

Outros trabalhos externos realizados pela fiscalização do setor de bebidas, que não constaram como meta física em 2013 foram: 12 fiscalizações em estabelecimentos comerciais; 8 fiscalizações em depósitos de estabelecimentos importadores e 39 vistorias para fins de renovação ou registro de estabelecimentos produtores.

Como resultados dos trabalhos da fiscalização, também podem ser enumerados: 518 Certificados de Inspeção de produtos importados, 04 Certificados de Origem/ Livre Venda para produtos a serem exportados, 21 registros de novos estabelecimentos, 13 renovações de registros de estabelecimentos, 188 registros de novos produtos, 23 renovações de registros de produtos e 1.207 pareceres técnicos emitidos pela fiscalização na análise de processos diversos. Ademais, foram lavrados 37 Autos de Infração, com penalidades de multas que totalizaram R\$ 240.696,00 e arrecadação de R\$ 119.437,00.

**b) Principais problemas:** A meta principal (inspeções em estabelecimentos produtores) foi cumprida, entretanto do total de inspeções, uma quantidade ínfima constituiu-se de inspeções com LV. Estas são inspeções mais demoradas, porém mais detalhadas e minuciosas, sendo por isso, mais desejáveis. Contudo devido ao contingenciamento de recursos que se estendeu por todo o ano de 2013, e tendo em vista que maioria dos estabelecimentos produtores de bebidas registrados no estado do ES encontram-se fora da região metropolitana, sendo imprescindíveis os recursos para deslocamento, foi necessário direcionar, o uso dos escassos recursos financeiros disponibilizados, para as atividades consideradas emergenciais (prioritárias), a saber, vistorias para registros/renovações de estabelecimentos, verificação de intimações e apuração de denúncias.

Há de se ressaltar também a redução significativa na equipe de fiscalização ocorrida a partir de 2011, sem reposição plena do efetivo perdido, o que exigiu esforço maior da equipe de trabalho remanescente, além de acúmulo significativo de processos a serem analisados, principalmente no que tange ao registro e renovação de registro de produtos.

**Transferências:** Não houve

## – INDICADORES DE DESEMPENHO DA AÇÃO

<b>Descrição meta:</b> INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE BEBIDAS COM REGISTRO NA SFA-ES	
INDICADORES	
<i>Eficiência</i>	<i>Efetividade</i>
Nº de Estabelecimentos Inspeccionados em relação ao estimado	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo total de estabelecimentos produtores registrados na SFA-ES.
Relação percentual entre o nº de Inspeção realizadas em estabelecimentos produtores pelo nº de Inspeções programadas para 2013. (IR 2013 : IP 2013) . 100	<b>NIR/NER = 98*/166** = 59,04%</b>
<b>(98**/90***)*100% = 108,9%</b>	<b>*Total de inspeções em estabelecimentos produtores excluídas as vistorias.</b>
<b>**Total de inspeções em estabelecimentos produtores (excluídas as vistorias)</b>	
<b>*** Meta prevista no PO</b>	

	<b>**Estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, registrados junto ao MAPA.</b>
--	--

## 15 – AÇÃO 2177 – FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS – FISCAGRIC

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição						
Iniciativa		02XL - Coordenação e Fiscalização da atividade agrícola.				
Unidade Responsável		SDC/MAPA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 3.273,74	R\$ 3.273,74			R\$ 3.273,74
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de empresas agro-agrícolas	Fiscalização realizada	4	4	R\$ 1.698,74	R\$ 3.273,74

### Análise Crítica:

Em 2013, a DPDAG, por meio do servidor capacitado para fiscalização das atividades agroagrícolas pelo Mapa, lotado na US-SEFAG-Cachoeiro de Itapemirim, e com apoio de servidor lotado no SEFAG-Sede, realizou três fiscalizações de rotina à única empresa do ES registrada no Mapa para desempenhar atividades agroagrícolas.

Em abril, adicionalmente, contamos com apoio de servidor do SISV/ SFA-ES para atender emergencialmente denúncia sobre aviação agrícola, no Município de Jaguaré – tratada por meio do Processo nº 21018.0002046/2013-77.

Paralelamente, e dando prosseguimento às discussões de atribuição regimental sobre os limites da fiscalização das atividades agropecuárias por parte deste Ministério, por meio da SFA, e do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo (Idaf), a DPDAG/ SFA-ES realizou, no fim de abril, reunião com o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), na figura da Promotora de Justiça do Município de Jaguaré-ES, aproveitando que tivera sido realizada Audiência Pública naquela localidade para tratar de problemas percebidos pela população relacionados às atividades agropecuárias, da qual a SFA-ES não participou. A memória da referida Audiência, encaminhada pela Promotora gerou, em Brasília, o processo nº 70000.000332/2013-01 e tramita, concomitantemente, na esfera da Administração Central do Mapa.

Em julho, conseguimos conquistar e viabilizar a participação de servidor cedido pelo SEFAG para desempenho da fiscalização em Curso de Coordenador em Aviação, mas tivemos o infortúnio imprevisto de um problema de saúde que impossibilitou o mesmo de embarcar para o Curso.

## 16 – AÇÃO 8591 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS – APOIOPEC

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código	8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC1					
Função	20					
Subfunção	602					
Descrição						
Iniciativa	02X9 - Promoção da Sustentabilidade das Cadeias Produtivas Agropecuárias					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 4.774,84	R\$ 4.774,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.774,84
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoio a evento de interesse de cadeia pecuária e Evento de promoção de bem-estar animal	Projeto/ Iniciativa Apoiado(a)	1	1	R\$ 7.000,00	R\$ 4.774,84

### Análise Crítica:

No ano de 2013, a DPDAG/SFA-ES – em parceria com a CPIP/DEPROS/SDC, apoiou a segunda edição da Feira da Avicultura e Suinocultura do Espírito Santo, a FAVESU, ocorrida no dia 07 de Junho. Nesta ação, a DPDAG/SFA-ES trouxe o palestrante doutor em Bem-Estar Animal, pesquisador da Embrapa, Dr. Osmar Dalla Costa, além do especialista Luiz Possamai, gerente técnico de empresa do ramo avícola que desenvolve técnicas de bem-estar animal da produção de frangos de corte, os quais proferiram palestras sobre o tema Bem Estar Animal aplicado. Além dos palestrantes citados, a coordenadora das ações de Bem-Estar Animal do MAPA, Andrea Parrilla, proferiu palestra no mesmo evento sobre a Política de Bem Estar Animal no Brasil.

Tal ação mostrou-se de suma importância para o desenvolvimento e atualização de técnicos e produtores envolvidos na cadeia da suinocultura e avicultura de corte e postura do Espírito Santo, tendo atendido diretamente 151 pessoas. O cálculo de beneficiários indiretos é significativamente ampliado, na medida em que foram veiculadas matérias, por meio das mídias impressa e televisiva, sobre o evento.

Considerando a necessidade de otimização de recursos, tendo em vista o valor disponibilizado (provisão recebida) em comparação ao previsto (Plano Operativo 2013), esta única ação realizada teve que atender (e atendeu) às duas metas previstas no PPA – tratou-se de um evento de apoio à cadeia pecuária, e ao mesmo tempo, uma promoção das técnicas de Bem-Estar animal.

## 17 – AÇÃO 8593 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO – ABC

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código	8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC					
Função	20					
Subfunção	541					
Descrição						
Iniciativa	02WU - Realização de Campanhas Publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o plano ABC.					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 12.077,34	R\$ 12.077,34			R\$ 12.021,98
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar Oficina de trabalho para Elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono	Un	1	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
2	Participação em reunião nacional sobre o Programa ABC	Un	0	1	R\$ 00,00	R\$ 3.521,98

### Análise Crítica:

Nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2013, o Grupo Gestor do Plano ABC no Espírito Santo – em parceria com a Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP/ DEPROS/ SDC/ MAPA), realizou a Oficina de Elaboração do Plano Estadual da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono do Espírito Santo. A oficina foi conduzida por empresa, contratada para tal, especializada na realização desse tipo de evento e responsável pela dinâmica participativa aplicada a construções coletivas (projeto elaborado interinstitucionalmente).

A ação contou com a participação de representantes de vinte entidades interessadas, dos setores público e privado, e resultou no Plano Estadual de Mitigação / Adaptação às Mudanças Climáticas Visando Consolidação de Uma Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - PLANO ABC - ESPÍRITO SANTO 2014-2020, disponível nos arquivos da DPDAG/ SFA-ES.

Em julho, a CMSP promoveu a Reunião dos Grupos Gestores do Plano ABC da regional sudeste, em Belo Horizonte – na qual participaram como representantes do ES o Coordenador do Plano Estadual do ABC no ES (servidor da Seag) e o Superintendente da SFA-ES, custos descritos acima.

Ao longo de todo ano, foram feitas divulgações do Plano ABC em diversos fóruns de interesse, onde a SFA-ES se fez presente e teve oportunidade de fala. Encontros e reuniões entre a SFA e a Seag para elaborar o escopo do projeto e demais desdobramentos da construção do Plano Estadual.

## 18 – AÇÃO 2B47 – FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – IG

PROGRAMA: 2042		NOME: INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código	2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG					
Função	20					
Subfunção	665					
Descrição						
Iniciativa	044P – Organização de Cadeias Produtivas para Uso das Indicações Geográficas e Marcas Coletivas - INDGRAF					
Unidade Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 5.890,19	R\$ 5.890,19			R\$ 5.890,19
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reunião técnica para diagnóstico de cadeias produtivas	Un	9	1	R\$ 5480,00	R\$ 2.137,95
2	Reunião técnica nacional	Un	1	1	R\$ 2.520,00	R\$ 3.752,24

### Análise Crítica:

Em 2013, a DPDAG/ SFA-ES participou do Encontro Internacional de IG, Patrimônio Cultural e queijos artesanais de leite cru e reunião anual da CIG, em Belo Horizonte – onde foram apresentadas as novas diretrizes da legislação afeta aos queijos de produção artesanal em área de Indicação Geográfica, com a revogação da Instrução Normativa nº 57/2011; foi discutida, na presença de representante do INPI, a nova regulamentação dos pedidos de registro de IG's, mais especificamente, o art. 7º da Instrução Normativa PR nº 12/2013 e foram assistidas palestras de grande relevância para o tema, durante o Encontro Internacional de IG, Patrimônio cultural e queijos artesanais de leite cru.

A Divisão participou em 2013, também, como palestrante sobre IG no 56º AgroEx, Seminário do Agronegócio para Exportação – evento promovido pela Secretaria de Relações Internacionais do Mapa, nos Estados. A palestra “Valorizando o produto com uso da Indicação Geográfica na agropecuária”, realizada em Castelo/ES, contou com a participação dos pelo menos 350 inscritos no Seminário – público composto majoritariamente por estudantes, produtores, empresários e representantes do setor público regional (Prefeitos, Secretários de Agricultura, Deputados e Vereadores), interessados na agregação de valor na agropecuária.

As reuniões de diagnóstico de cadeias produtivas, previstas em número de nove, foram superestimadas em função do acúmulo de atribuições dos servidores da Divisão, que desempenham atividades em outros (pelo menos) sete projetos da SDC/ MAPA; tendo sido concretizadas efetivamente apenas três– com foco na cadeia do Cacau, que apresentou maior demanda. As três reuniões, no entanto, foram muito relevantes para o setor, tendo contado com a participação de especialista PhD da DPDAG/ SFA-RJ e demais parceiros locais, como Sebrae, Incaper e Ceplac e resultaram em compromisso interinstitucional de promoção do selo de IG conquistado pela região de Linhares e apoio à coletividade dos produtores detentora (ACAL) sobre o uso e a gestão da IG.

## 19 - AÇÃO 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código	8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico					
Função	20					
Subfunção	541					
Descrição						
Iniciativa	8. Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 7.762,48	R\$ 7.762,48	0,00	0,00	R\$ 7.762,48
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Participação de entidades não-governamentais em Reunião da CPOrg-ES	Entidade Apoiada	0	4	R\$ 0,00	R\$ 401,20
2	Atender às demandas do setor para o proferimento de palestras	Participação em evento realizada	4	7	R\$ 1.611,80	R\$ 1.621,20
3	Articulação de atividades para implantação da semana dos alimentos orgânicos no ES	Semana dos Alimentos Orgânicos organizada	1	1	R\$ 3.873,00	R\$ 2.304,13
4	Implantar sistemas de bancos comunitários de sementes	Banco Comunitário Implantado	1	0	R\$ 1.900,00	R\$ 143,10
6	Auditoria testemunha em Organismo de Avaliação da Conformidade	Auditoria realizada	0	1	R\$ 00,00	R\$ 711,75
5	Capacitação de servidor	Servidor Capacitado	0	1	R\$ 00,00	R\$ 2.582,10

### Análise Crítica:

JAN a MAI – Foram trabalhadas articulações dentro e fora da CPOrg-ES para organização da Semana dos Alimentos Orgânicos de 2013, realizando-se reuniões presenciais e virtuais, categorização dos eventos e iniciativas dos membros e demais parceiros, buscando-se

patrocinadores etc. A CPOrg-ES definiu focar esforços no fortalecimento da participação do setor de orgânicos do Estado na Feira Sabores da Terra, em junho, como estratégia de organização e otimização de resultados (em função de público já garantido na Feira promovida tradicionalmente pela Seag).

Os parceiros que tiveram condições, no entanto, mantiveram a tradição da última semana de maio para comemoração da Semana dos Alimentos Orgânicos e realizaram eventos descentralizados. Como resultados, enumerem-se os que seguem:

Lançamento do ES do Livro “Alimentos Orgânicos”, da Prof<sup>a</sup> PhD Elaine de Azevedo, no Cineclube da UFES (Cine Metrópolis), em conjunto com o lançamento do filme “Brasil Orgânico”, da Produtora Contraponto. Os lançamentos contaram com uma mesa de autógrafos e uma fala de apresentação pela Prof<sup>a</sup> Elaine, além da exibição do filme seguida de conversa com a Autora e uma das Diretoras – contando com a participação de 65 pessoas.

Visita de consumidores/ estudantes a propriedades orgânicas em Santa Maria de Jetibá, beneficiando mais 25 pessoas no empoderamento de seu papel de agentes de Controle Social para venda direta sem certificação.

Oficina pedagógica: Da terra à mesa – uma perspectiva orgânica de produção e consumo – Local: Ifes Santa Teresa– Participantes: Alunos e Equipe do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) Ifes Santa Teresa – Beneficiários Diretos: 45 visitantes.

JUN – “Sabores Orgânicos” dentro da Feira Sabores da Terra. Contou com espaços especializados: Loja de Orgânico (produtos processados, participação de empresários do ramo de Vitória e do interior – Cariacica, Domingos Martins, Santa Teresa); Feira de Orgânico (produtos *in natura*, participação de produtores orgânicos do interior – Mantenópolis, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa); Espaço Gourmet (demonstração interativa de pratos com ingredientes orgânicos, com degustação ao público – com a condução de chefs especializados, técnicos e consumidores de orgânicos e de estudantes de nutrição da Faculdade Salesiana; além de oficina de beleza conduzida pela Dra. Henriqueta Sacramento); e Jardim / Práticas Agroecológicas (demonstração de práticas e exposição de plantas, sob responsabilidade do Núcleo de Estudos em Agroecologia IFES Santa Teresa, Incaper e empresa do ramo de fertilizantes orgânicos).

JUL – Trabalho de formação de bancos comunitários de semente ou muda, com ênfase em variedades crioulas, em Muqui-ES. Visita ao programa de produção de semente de milho crioulo, das variedades Fortaleza e Aliança, conduzido pelos produtores rurais de Muqui e Mimoso do Sul e entidades parceiras. O programa tem apoio da SEAG, a qual auxilia no processo de gestão das informações e tabulação dos projetos, e é operacionalizado via CONAB, que compra as sementes dos onze produtores da região e as distribuem para produtores de outras regiões do Espírito Santo.

Foi decidida pela não-aquisição de sementes de adubos verdes em 2013.

JUN a SET – Apoio à organização do Seminário Estadual de Agroecologia, em Nova Venécia. Do orçamento da DPDAG, foram custeados traslados de palestrantes do aeroporto de Vitória ao local do evento – com benefício a aproximadamente 400 pessoas.

AGO – A DPDAG/ SFA-ES suportou, pelo DESENORG, a participação de servidor em equipe de Auditoria conjunta MAPA-INMETRO no Instituto Chão Vivo, em Santa Teresa e Santa Maria de Jetibá.

AGO e SET – A DPDAG/ SFA-ES suportou, também pelo DESENORG, dois dos quatro deslocamentos de servidor para participação em Curso Teórico-Prático Demonstrativo em Agricultura Orgânica, oferecido pela Embrapa Agrobiologia, no interior de São Paulo.

NOV – Foram ministradas quatro palestras em Seminários de Controle Social na Venda Direta de Produtos Orgânicos sem Certificação, para produtores interessados, nos Municípios de São

Domingos do Norte, Barra de São Francisco, Boa Esperança e Conceição da Barra – com apoio do Projeto Tecsocial e dos escritórios locais do Incaper, da Secretaria de Estado da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Municípios-sede. Foram beneficiados diretamente um total de 120 pessoas (técnicos/ agricultores). Em Barra de São Francisco, o tema OCS foi inserido na grade do Curso de Formação em Agroecologia, capitaneado pela Pastoral da Juventude Rural do Município.

NOV e DEZ – Apoio à participação de entidade não-governamental em reuniões da CPORG-ES.

## 20 – AÇÃO 4720 - APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA – CERTORGAN

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código	4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1					
Função	20					
Subfunção	125					
Descrição						
Iniciativa	02X3 - Fiscalização e Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade orgânica, entregando à Sociedade produtos Orgânicos com Qualidade Oficialmente Controlada					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$5.235,07	R\$ 5.235,07			R\$ 5.235,07
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	<b>Cadastramento de produtores ligados a OCSs</b>	<b>Unidade Controlada</b>	216	112	R\$ 1.700,00	R\$ 1.886,70
2	<b>Fiscalização da Produção Orgânica</b>	<b>Ações fiscais</b>	17	10	R\$ 5.395,20	R\$ 3.348,37

### Análise Crítica:

Sobre as Unidades Controladas por OCS, trata a presente meta de valor cumulativo, em consonância com o PPA 2012-2015. Considerando os valores da “média histórica” dos Estados, ficou determinado à DPDAG/ SFA-ES, em 2013, 213 UC – o que não aconteceu em função do estágio de organização/ controle/ confiança nos pares/ etc dos grupos.

Apesar de termos realizado, pelo DESENGORG, reuniões de motivação aos grupos organizados de produtores familiares que produzem orgânicos e vendem diretamente seus produtos (sem atravessadores), esclarecendo o passo-a-passo para conquista do direito legal que dispõem de cadastrarem-se no Mapa para uso do termo “Orgânico”, conforme Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, o alcance da meta depende do protocolo de pedido/ iniciativa dos grupos e, portanto, não foi atingida.

A fiscalização a Unidades Controladas vinculadas a OCSs cadastradas no Mapa pretendem garantir legitimidade à meta alcançada. Em 2013, a OCS com maior número de membros (62 UCs) teve seu cadastro cancelado por ação fiscal, em função da ineficiência das ações de controle da Associação sobre as Unidades a ela vinculadas, diante dos consumidores.

Isto posto, correlaciona-se a Meta 1 às atividades relativas a fiscalização da produção orgânica (meta 2). Foram realizadas dez fiscalizações em propriedades orgânicas vinculadas a OCSs (abr/ jun/ jul/ nov) e participação em uma Auditoria Testemunha sobre atuação da Certificadora Chão Vivo (agosto). Além disso, foram emitidos 5 (cinco) Termos de Intimação a OCSs, Certificadora e Produtor, para que se regularizassem nos prazos determinados. Corte de recursos e contingenciamentos impactaram na ação, impedindo o cumprimento total da meta.

ABR – Fiscalização da Produção Orgânica em Organização de Controle Social (OCS) de Santa Leopoldina (PAIS Santa Leopoldina), onde pôde-se identificar fragilidade no Controle Social do grupo cadastrado, produção paralela, ausência de Plano de Manejo e outras constatações. Foi lavrado Termo de Intimação ao produtor, dando-lhe prazo para correção de todas as impropriedades.

MAI – Lavratura de Auto de Infração, do escritório (sem ônus ao Mapa), em função de descumprimento de Termo de Intimação – e que resultou do descadotamento de uma OCS com 62 UC a ela vinculadas.

JUN – Fiscalização das Organizações de Controle Social de Mantenópolis e de Nova Venécia (APOM e Universo Orgânico).

JUL – Fiscalização, motivada por denúncia/ suspeição, a empresa embaladora de produtos orgânicos que desenvolve beneficiamento paralelo com itens semelhantes de produção convencional, em Santa Maria de Jetibá. Foram feitas, adicionalmente, visitas a seis propriedades fornecedoras de produtos à embaladora fiscalizada – para verificação de seus certificados de produtores orgânicos.

AGO – Participação de servidor da DPDAG-ES como especialista durante auditoria conjunta COAGRE/ INMETRO no Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade Orgânica, em Santa Teresa e Santa Maria de Jetibá, visando à manutenção de credenciamento da certificadora. Foram realizadas análises documentais de certificações com escopo em Produção Primária Vegetal (duas unidades de produção) e Processamento Vegetal (uma unidade distribuidora de produtos in natura de origem vegetal - olerícolas, frutas e cereais) e verificações de campo em duas propriedades para verificação dos trabalhos executados pelos inspetores do Instituto sob auditoria.

AGO – Participação de servidor convidado em treinamento em auditoria sobre sistemas orgânicos de produção, em Brasília, com objetivo de Aprimoramento das técnicas de abordagem em auditorias conjuntas com o Inmetro nos sistemas orgânicos de produção, com enfoque nos Organismos de Avaliação da Conformidade.

OUT – Deslocamento de servidor especialista convidado para participação em reunião conjunta COAGRE, CGAL e PNCRC, em Brasília, com objetivo de elaboração do planejamento de coleta e encaminhamento de amostras de produtos orgânicos para análise.

NOV – Fiscalização às duas Organizações de Controle Social (OCS) do Município de Iconha cadastradas no Mapa (Tapuio Ecológico e Vero Sapore), incluindo reunião com todos os membros de cada uma das OCSs, na presença de técnico local do Incaper, com objetivo de enfatizar a importância do Controle Social do grupo, mantendo-se os registros de todos os procedimentos, e esclarecer tópicos de interesse como principalmente os percentuais de ingredientes orgânicos dos produtos panificados que devem constar dos seus rótulos.

DEZ – Ministrando palestra sobre regularização, em evento externo ao Mapa (em aula do curso de pós-graduação em Agroecologia do IFES *campus* Alegre-ES), com o objetivo de promover o fortalecimento da rede de agroecologia no ES, por meio das discussões e aprofundamento de conhecimentos técnicos na área de legislação do Mapa para a produção orgânica nacional junto aos 26 (vinte e seis) discentes presentes, o Professor da Disciplina e o Coordenador do Curso. Ação totalmente custeada pelo requerente (IFES *campus* de Alegre-ES), por falta de recursos no CERTORGAN.

## 21 – AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE – FISCONTRATO

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO				
Função		20				
Subfunção		125				
Descrição						
Iniciativa		02XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário				
Unidade Responsável		SDC/MAPA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 926,38	R\$ 926,38			R\$ 926,38
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização	Contrato de Repasse fiscalizado	10	10	R\$ 4.513,00	R\$ 926,38
02	Análises de propostas de Emendas Parlamentares OGU 2013	Proposta analisada	171	171	R\$ 0,00	R\$ 0,00

### Análise Crítica:

Foram realizadas dez fiscalizações de contratos de repasse em 2013, em cinco Municípios sorteados pelo DIEL. Em função da não-fiscalização dos contratos sorteados por aquele Departamento em 2012 (contingenciamento de recursos, vide Relatório Gestor 2012), tais contratos foram incluídos na programação de 2013 desta DPDAG. Novos contingenciamentos em 2013, resultaram no não-cumprimento total da meta, mais uma vez.

Entendemos que a falta de técnico e financeiro por parte da DIEL vem sucessivamente colaborando para que as DPDAGs/SFA-UF não alcancem resultados satisfatórios nas atividades de suas responsabilidades.

Adicionalmente, uma sugestão é a de que a definição dos contratos de repasse a serem fiscalizados seja realizada pelas DPDAGs, que tem melhores condições de identificar os convenientes que historicamente cometem o maior número de irregularidades.

Foram realizadas análises de 100 % das (171) propostas de Emendas Parlamentares empenhadas para o Estado e os Municípios selecionados do ES em 2013, por meio de 500 (quinhentos) pareceres de ajuste de Plano de Trabalho no Portal da Transparência (Siconv).

## 22 – AÇÃO 4747 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PECUÁRIOS - FISCALPEC

PROGRAMA: 2014		NOME: AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC				

Função	20					
Subfunção	125					
Descrição						
Iniciativa	02X2 - Fiscalização dos Serviços Agropecuários Regulamentados					
Unidade Responsável	SDC/MAPA					
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 231,59	R\$ 231,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 231,59
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização de Associação de Registro Genealógico no ES e outros Estados	Un	1	1	R\$ 2.180,00	R\$ 231,59
2	Participação em reunião de Conselho Deliberativo Técnico	Un	1	0	R\$ 820,00	R\$ 0,00

### Análise Crítica:

Em 2013, a DPDAG/SFA-ES executou auditoria no Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil (ABCRSS), conforme planejado. A auditoria pautou-se no novo modelo de relatório, em excel, tendo como escopo a investigação de oito animais das duas raças controladas pela ABCRSS.

Efetuada auditoria na ABCRSS, resultando em relatório detalhado, remetido à Brasília, a associação mostrou-se apta a operar o registro genealógico das raças Simental e Simbrasil. Foram-nos apresentadas, adicionalmente, as minutas de Regulamento das novas raças Simlandês e Simangus. Houve inconformidades nos itens referentes às supervisões/auditorias que o SRG deve promover junto aos criatórios, de modo que a ABCRSS foi intimada a apresentar um plano de ações corretivas.

Distorção entre os valores orçamentários previsto e executado se deu em função de que:

1) Foi incluída, na programação orçamentária, previsão de recursos suficientes para fiscalização de Serviço de Registro Genealógico de outros Estados, como reforço a Unidades com muito alto número de Associações, tal qual aconteceu no ano de 2012. No entanto, por questão de contingenciamento de recursos, a CPIP foi impelida a buscar servidores de Estados mais próximos/ ou cujas passagens aéreas fossem necessariamente mais baratas e a ação não foi concretizada por esta UF.

2) O(s) servidor(es) que desempenha(m) a(s) atividade(s) de Fiscalização de Serviços Pecuários, respondem também por outras atividades da DPDAG, tal como a análise de propostas de Emendas Parlamentares do Orçamento Geral da União. Assim sendo, apesar de ter sido programada participação na reunião do CDT da Associação Brasileira dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil (ABCRSS), que normalmente ocorre no Estado de São Paulo, a data agendada para a reunião incompatibilizou-se com as volumosas demandas das análises das Emendas OGU 2013. E, já que os assuntos tratados na reunião nos seriam encaminhados por meio de ata, como ocorre rotineiramente, foi uma decisão gerencial desta DPDAG a não participação na referida reunião.

## 22 – AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - MANUTSDC

PROGRAMA: 2105		NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA/SDC				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		2000 – Administração da Unidade - MANUTSDC				
Função		20				
Subfunção		12				
Descrição		Despesa associada a determinada ação finalística de natureza administrativa.				
Iniciativa		Operação das despesas administrativas da SDC				
Unidade Responsável		SE/ MAPA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		R\$ 2.772,16	R\$ 2.772,16			R\$ 2.772,16
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Manutenção veicular (peças, mão-de-obra), inclusive pagamento de impostos	Un	4	4	R\$ 3.900,00	R\$ 2.772,16

### Análise Crítica:

PI utilizado para execução operacional/ funcionamento da DPDAG/ SFA-ES.

## 23– AÇÃO 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS, DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DE INSUMOS NOS PORTOS, AEROPORTO E EADIS

PROGRAMA: 2028		NOME: DEFESA AGROPECUÁRIA				
<b>Identificação da Ação:</b>						
Código		2180 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos, de produtos de origem animal e de insumos nos portos, aeroporto e EADIs				
Função		20				
Subfunção		603				
Descrição		Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos, de produtos de origem animal e de insumos nos portos, aeroporto e EADIs				
Iniciativa		012J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais seus Produtos e Insumos				
Unidade Responsável		Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DDA				
Unidade Orçamentária		22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		33.028,70	32.959,07	1.306,10	-	31.652,97
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

## DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação	Finalística
Finalidade	Inspecionar e fiscalizar o trânsito internacional de vegetais e seus produtos,
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos,
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	MARCOS DE BARROS VALADÃO
Unidade Executora	SFA/MAPA-ES
Coordenador Estadual da Ação	LUIZ GUILHERME BARBOSA

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### TRÂNSITO INTRNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS

A celulose e o café são os dois produtos que mais geram divisas no agronegócio capixaba, com aproximadamente 90% do total. Açúcar de cana, com US\$ 35,6 milhões exportados, ocupa a terceira posição no ranking, sendo seguido pelas pimentas do reino e rosa, chocolates e preparados de cacau, carne bovina e mamão. Compõem, ainda, as exportações a lagosta, noz moscada, gengibre e peixes ornamentais. Além dos produtos do agronegócio capixaba, a vigilância agropecuária internacional no Espírito Santo atua, também, na exportação de produtos vindos de outros Estados, principalmente o complexo soja.

O porto de Tubarão é responsável por 15% da exportação nacional de grãos.

### EXPORTAÇÕES EM 2013

PRODUTO	PESO (t)	VALOR FOB
Cafê arábica	76.497	214.191.600,00
Cafê conilon	20.431	44.948.200,00
Cravo da Índia	13.684	134.103.200,00
Pimenta preta	4.328	28.132.000,00
Pimenta rosa	482	5.302.000,00
Milho	2.940.898	735.224.500,00
Soja	2.857.962	1.571.879.100,00
Farelo de soja	652.241	293.508.450,00
TOTAL	6.566.523	3.027.289.050,00

### IMPORTAÇÕES EM 2013

PRODUTO	PESO (t)	VALOR FOB
Alho	1.469	1.469.000,00
Artefatos/artesanatos	2.455	2.455.000,00
Bebidas	11.019	52.891.000,00
Farinha de trigo	1.251	625.000,00
Lúpulo	1.774	23.949.000,00
Malte de cevada	232.599	162.819.000,00
Trigo (grãos)	199.512	69.829.000,00
TOTAL	2.529.975	1.249.990.000,00

Como pode ser observado, o trânsito internacional de vegetais e seus produtos é superavitário no Espírito Santo.

Acresce, ainda, que vários produtos capixabas são exportados por portos de outras Unidades da Federação, como o mamão para os Estados Unidos da América, provavelmente em razão da infraestrutura portuária do Estado.

#### DESEMPENHO FÍSICO

NÚMERO DE PARTIDAS INSPECIONADAS		
EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EMBALAGENS DE MADEIRA
2.550	2.250	15.650
4.800		
20.450		

#### EXPORTAÇÃO DE MAMÃO PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

INSPEÇÃO	TOTAL
Número de Partidas	1.143
Número de Termos de Ocorrências	24
Número de Termos Sanitários	24
Número de pallets	5.691
Peso exportado (Kg)	2.687.858
Valor US\$ FOB	3.807.516,60

#### VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

As atividades da vigilância agropecuária internacional são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e objetivam impedir o ingresso e a disseminação de pragas e doenças que constituam ou possam constituir riscos à agropecuária nacional, garantindo a sanidade dos produtos, a saúde dos rebanhos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO atua na inspeção e fiscalização de produtos vegetais e seus produtos, de produtos de origem animal e de insumos, que são feitas nos portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais.

Nas Unidades da Federação, são realizadas pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFAs, através das suas unidades de vigilância agropecuária.

No Espírito Santo as atividades são desenvolvidas, principalmente, nos portos de Vitória, Capuaba, Tubarão e PORTOCEL, no aeroporto de Vitória, cujo terminal de cargas é internacional, e nas Estações Aduaneiras do Interior – EADIs (portos secos)

Em 2013, o agronegócio capixaba alcançou US\$ 1,84 bilhão em produtos exportados. O valor equivale a 2,65 milhões de toneladas comercializadas para o exterior e o desempenho confirma a retração esperada em relação ao ano de 2012. Comparando os períodos, o valor e o volume total exportado em 2013 registraram quedas de 9,7% e 3,7%, respectivamente. Os únicos produtos que apresentaram crescimento na exportação foram milho e pimenta rosa.

#### EXPORTAÇÕES EM 2013

PRODUTO	DESTINO/PAÍS	PESO (Kg)	VALOR FOB
Carne bovina e miúdos cong	Israel	4.277.164	21.922.827,00

## ANIMAIS DOMÉSTICOS DE COMPANHIA

ANIMAL	DESTINO	CZIs
Cão	Alemanha	02
Cão	Estados Unidos da América	60
Cão	Bélgica	02
Cão	Inglaterra	01
Cão	Portugal	09
Cão	Itália	07
Cão	Uruguai	02
Cão	Espanha	01
Cão	Argentina	09
Cão	França	02
Cão	Rússia	01
Cão	Finlândia	01
Cão	Equador	02
Cão	Romênia	02
Cão	Colômbia	01
Cão	Canadá	01
Cão	Bolívia	01
Gato	Estados Unidos da América	06
Gato	Itália	01
Gato	Uruguai	01
Gato	Argentina	02
Ave (psitacídeo)	Estados Unidos da América	01
TOTAL		115

## IMPORTAÇÕES EM 2013

PRODUTO	ORIGEM/PAÍS	PESO (Kg)	VALOR FOB
Leite em pó integral	Argentina/Uruguai	15.805.000	62.654.554,00
Leite em pó desnatado	Argentina/Uruguai	4.500.050	17.147.917,00
Queijos especiais	Itália	13.859	126.480,00
Queijo mussarela/Muzzarella	Argentina/Uruguai	2.383.249	10.214.913,00
Queijo prato	Argentina/Uruguai	3.635.068	16.242.639,00
Chicharro ralado	Peru	585.737	1.427.420,00
Atum em conserva/lata/ralado	Equador	149.428	512.520,00
Atum em conserva/lata/sólido	Equador	59.645	345.638,00
Peixe salgado/Bacalhau	Noruega	1.382.500	7.720.554,00
Concentrado protéico/leite pó	Canadá	725.000	5.773.080,00
Gordura anidra	Uruguai	960	3.952,00
Presunto	Itália	8.164	57.491,00
Leitelho em pó	Uruguai	1.687.625	5.983.791,00
Manteiga comum líquida	Uruguai	218.400	1.092.000,00
Manteiga light	Bélgica	7.805	35.414,00
Queijo parmesão	Uruguai	10.000	91.050,00
Leite integral UHT longa vida	Uruguai	4.161.008	2.744.000,00
L. Threonina	China	17.000	34.340,00
Filé de peixe congelado/Merlusa	China	93.000	205.710,00
Glicose anidra	França	2.160	33.040,00
Meio de cultura para sêmem	França	335	22.571,00
TOTAL		35.445.993	131.809.074,00

## DESEMPENHO FÍSICO

NÚMERO DE PARTIDAS INSPECIONADAS	
EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
158	348

## TRÂNSITO INTERNACIONAL DE INSUMOS

PRODUTO	PESO	VALOR FOB
Fertilizantes	2.079.896	935.953.000,00

### **Análise crítica:**

O trânsito internacional de animais, seus produtos e derivados é predominante na importação, com destaque para o leite e seus derivados. Como ocorre com os produtos vegetais, grande parte dos produtos animais são exportados por portos de outras Unidades da Federação, como aconteceu com a UNIAES, que exportou 373.290 Kg de pés de frango congelado para Hong Kong, perfazendo o valor FOB de R\$ 531.969,04. Na área de pescados, os Entrepostos de pescado exportam os seus produtos através do Rio de Janeiro.

No Espírito Santo o insumo importado é fertilizante. Não há exportação de insumos.

O Brasil possui uma deficiência na produção de fertilizantes, sendo que, para manter o ritmo da produção agrícola, cerca de 60% dos elementos para a fabricação de fertilizantes são importados.

O Estado do Espírito Santo possui um dos quatro terminais com movimentação de fertilizantes a granel, que é o porto de Tubarão, com recebimento de volume de importação próximo a 1 milhão de toneladas, correspondendo a 8% da importação de fertilizantes pelo Brasil.

No porto de Capuaba ocorre a importação de fertilizantes ensacados.

Os principais tipos de fertilizantes importados são o sulfato de amônia, o uréia, o cloreto de potássio e o fósforo.

### **DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	RP Processados Inscritos	RP Processados Pagos
54.035,35	53.965,72	53.965,72	51.080,34	1.306,10	1.306,10

### **ENTRAVES – PONTOS NEGATIVOS**

O Serviço de Vigilância Agropecuária – SVA/DDA/SFA-ES apresenta uma carência de Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários. Em 2014 não há nenhum FFA para o atendimento da demanda de importação e exportação de produtos de origem animal. A alternativa foi transferir todo o serviço do VIGIAGRO para o Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DDA/SFA-ES, até que novos servidores passem a integrar a força de trabalho daquela Unidade.

O SVA/DDA/SFA-ES dispõe de instalações satisfatórias, de número de veículos suficientes para o atendimento das demandas e de quadro de FFA – Engenheiros Agrônomos adequado às atividades do trânsito internacional.

O complexo portuário e o aeroporto de Vitória, no Espírito Santo, apresentam uma série de deficiências que impedem que os produtos aqui produzidos sejam exportados pelo próprio Estado. Como exemplo, citamos o pescado, o mamão, a carne de frango, a carne bovina, dentre outros.

A expectativa é de que nos próximos anos as condições sejam melhoradas, de forma a imprimir maior dinamismo ao trânsito internacional e que a força de trabalho da vigilância agropecuária internacional seja reforçada para poder oferecer um serviço de excelência aos usuários.

## 24 - AÇÃO 4716 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação:						
Código	4716 – Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas					
Função	20					
Subfunção	122					
Descrição	Atendimento dos Custos dos Serviços Administrativos					
Iniciativa						
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária	22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					
PROGRAMA: 2105			NOME: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		1.463.194,24	252.804,58	0	3.186,35	1.034.664,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

### Análise Crítica:

O Serviço de Administração conectada com a visão institucional do Ministério implementou providencias visando a economicidade de energia elétrica, água, telefone e papel, entre outras, alcançando um percentual de redução do consumo de energia elétrica de 13,58%, no consumo de água de 60,76% e 60,10 no consumo de papel em relação a 2012.

Realizou-se também o inventario do Patrimônio e do Almoxarifado conforme determina as normas internas. Efetivou-se, outro sim, o acompanhamento sistemático dos pagamentos dos prestadores de serviços, bem como um rígido controle da utilização dos veículos através do SCVA- Sistema de Controle de Veículos Automotores. Alem disso, com o objetivo de melhor atender as empresas de importação e exportação de produtos agropecuários, ampliou-se o serviço protocolo de registros dos processos relacionados às empresas exportadoras e importadoras.

Em relação a execução orçamentária, foi provisionado o montante de R\$ 3.122.733,57 sendo empenhado/liquidado o valor de R\$ 3.110.002,01 e pago o valor de R\$ 1.595.437,80. A intempestividade na liberação dos créditos financeiros e a realização de empenhos estimados acima dos valores liquidados, ocasionou lançamentos em restos a pagar no valor de R\$ 1.286.780,26. Ressaltamos ainda que em 2013 foi descentralizado o valor de R\$ 998.750,00 para atendimento a Convênios da Defesa Agropecuária.

Dos valores mencionados, para atendimentos as atividades de Apoio - PI MANUTSFA13, destinados a pagamentos à fornecedores, foi provisionado o montante de R\$ 1.466.678,41. empenhado/liquidado o valor de R\$ 1.463.194,24 e pago o valor de R\$1.034.664,92 ficando em restos a pagar o valor de R\$ 252.804,58.

### RESULTADOS DAS AÇÕES ADMINISTRATIVA

PRODUTO DA AÇÃO	unid.	Seção	2011	2012	2013

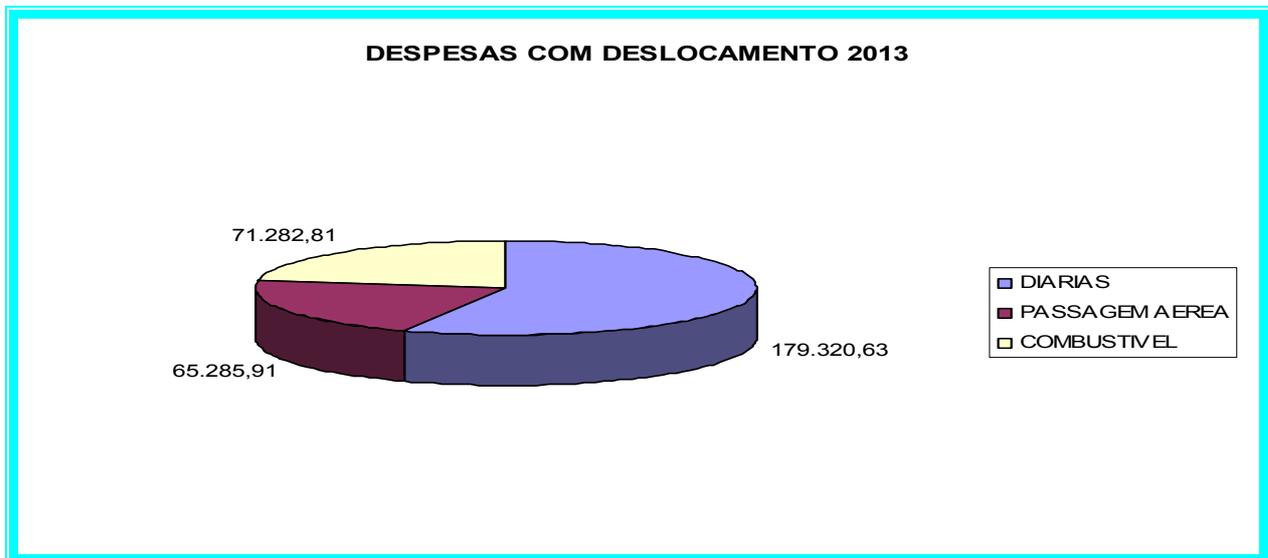
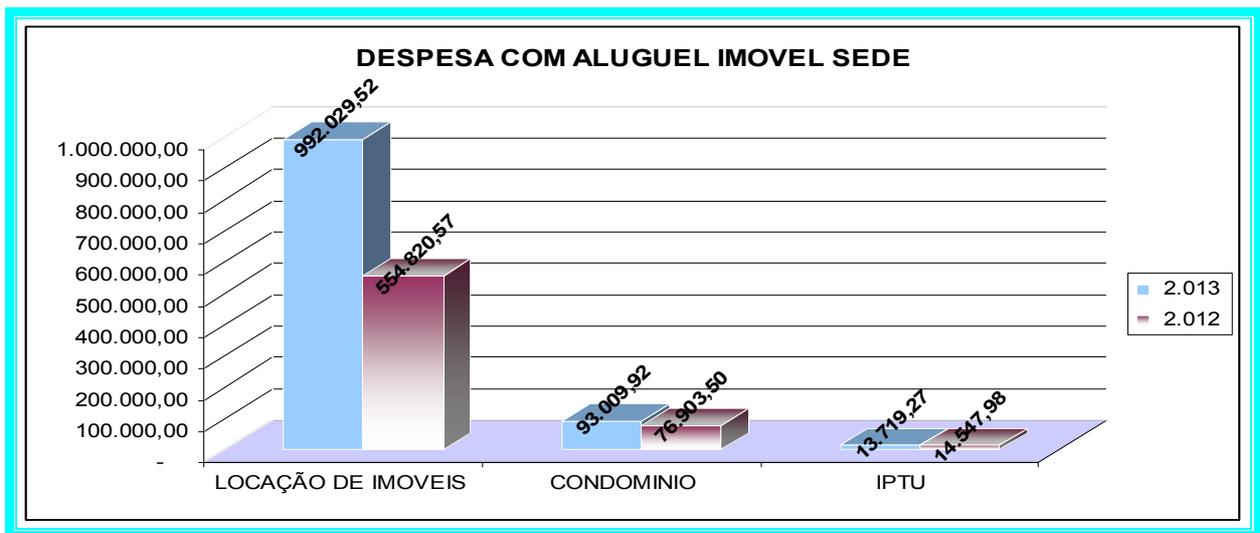
Treinamento área material	Servidor.	Prog.	SAG	2	5	<b>5</b>
		Realiz.		1	0	<b>2</b>
Treinamento área financeira	Servidor.	Prog.	SEOF	2	8	<b>4</b>
		Realiz.		0	4	<b>3</b>
Treinamento na área Gestão Administrativa -	Servidor.	Prog.	DAD	13	0	<b>14</b>
		Realiz.		13	3	<b>1</b>
Treinam em Planejamento Estratégico e ou Operacional	Servidor.	Prog.	GAB	0	4	4
		Realiz.		0	3	0
Treinamento área de RH	Servidor.	Prog.	SRH	0	14	9
		Realiz.		0	3	0
Treinamento área Licitações e afins - CONTRATOS E LICITAÇÕES	Servidor.	Prog.	SAG	27	8	4
		Realiz.		17	1	5
Treinamento na área Convênios e Contratos	Servidor.	Prog.	DAD	0	2	3
		Realiz.		0	2	2
Treinamento na área de Protocolo	Servidor.	Prog.	SAG	19	112	0
		Realiz.		19	112	1
Manutenção Física Unid.Descentralizadas	nº	Prog.	SAG	0	3	1
		Realiz.		0	0	1
Reunião com a equipe interna	nº	Prog.	SAD	48	46	10
		Realiz.		45	22	12
Processos de alienação de bens	nº	Prog.	SAG	1	0	0
		Realiz.		0	0	0
Quantidades de materiais	nº	solicitadas	SAG	21649	20486	21.004
		atendidas		16633	12502	19.546
Reunião Nacional	nº	Prog.	GAB	5	3	0
Reunião Regional	nº	Prog.	GAB	3	2	1
Recadastramento de inativos	Serv.	Prog.	SRH	240	0	0
		Realiz.		138	0	0
Recadastramento de Pensionistas	nº	Prog.	SRH	300	300	0
		Realiz.		217	216	0
Proc. licitatórios compreendendo dispensa-inex-licitação	nº	Realiz.	SAG	59	46	70
Diárias processadas em todas as áreas da SFA	nº	Realiz.	SEOF	1297,5	952	1120
Passagens processadas em todas as áreas da SFA	nº	Realiz.	SEOF	121	81	60
Ordens Bancarias Emitidas	nº	Realiz.	SEOF	1375	1.303	1194
Emissão de Notas de Empenho	nº	Realiz.	SEOF	229	1.025	852
Numero de Servidores envolvidos em nota de empenho	nº	Realiz.	SEOF	24	2	2
Numero de Conformidade		Realiz.	SEOF	233	1	1
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade	nº	Realiz.	SRH	2	2	2
Concessão de Auxilio-Funeral	nº	Realiz.	SRH	6	4	2
Concessão de Pensão	nº	Realiz.	SRH	8	5	4
Concessão Aposentadorias	nº	Realiz.	SRH	13	5	4
Concessão de licença médica em dias	dias	Realiz.	SRH	1871	1.428	1363
Concessão de licença médica em número	nº	Realiz.	SRH	143	184	105
Concessão de lic. médica AISIPOA-AG.ATIV.AGROP.	nº	Realiz.	SRH	24	26	31
Concessão de licença médica - FFA	nº	Realiz.	SRH	55	45	49
Concessão de lic. médica - APOIO ADMINISTRATIVO	nº	Realiz.	SRH	51	100	65

Concessão de licença médica - OUTRAS CATEGORIAS	nº	Realiz.	SRH	6	3	4
Realização de perícia médica	nº	Realiz.	SRH	52	35	51
Concessão de Licença Assiduidade	nº	Realiz.	SRH	33	46	44
Concessão de abono permanência	nº	Realiz.	SRH	10	23	6
Conc. de adicional de Insalubridade - Periculosidade	nº	Realiz.	SRH	1	439	
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	nº	Realiz.	SD	33	33	
Autuação de Proc. Administrativos (não disciplinares).	nº	Realiz.	SAG	19.894	20.801	

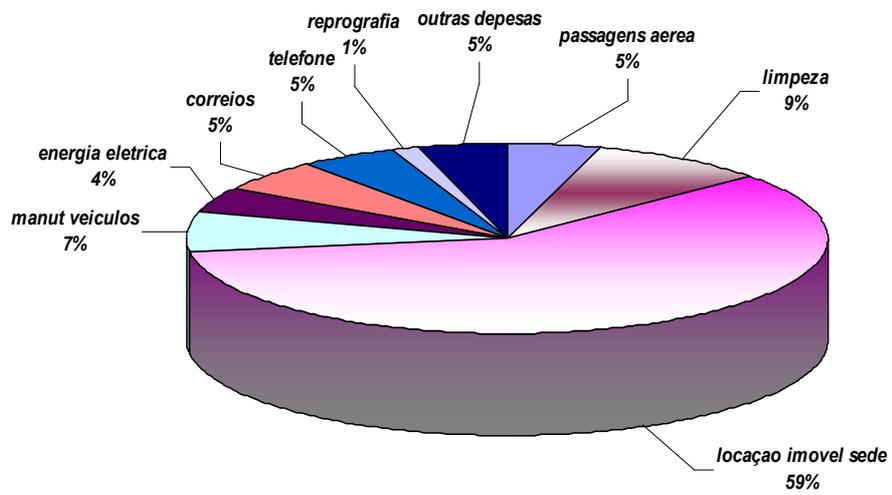
### Indicadores Gerenciais

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	Valor	Anual	Meta (da SFA) 2013
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	$\frac{1363 \times 100}{196 \times 365}$	1,9%	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos*365) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	$\frac{105 \times 100}{196 \times 365}$	0,14%	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos*365) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$\frac{49 \times 100}{74 \times 365}$	0,18%	0%
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos*365) x100	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença médica	$\frac{65 \times 100}{69 \times 365}$	0,25%	0%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposentadorias concedidas / Nº de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$\frac{4 \times 100}{4}$	100	100%
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de itens apresentados / Nº de material atendido) x 100	Índice de atendimento do almoxarifado	$\frac{21.004 \times 100}{19.546}$	92,89%	100%
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	$\frac{70 \times 100}{73}$	95,89%	100%
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias recebidas / Nº de diárias aptas para pagamento)x 100	Conformidade das diárias	$\frac{1120 \times 100}{1120}$	100	100%
Icfig(%)	Eficácia	(Nº de conformidade atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da Gestão	235/236	1	99,57%
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados/Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	$\frac{3.122.733,57}{3.110.002,01} \times 100$	99,59%	100%
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na	Produtividade na concessão de aposentadoria	4/2	50%	100%

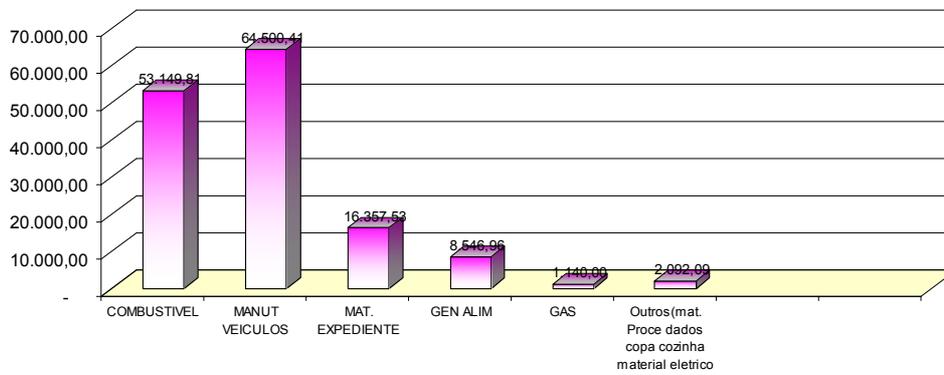
		ação.				
Iplc	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	70/5	14	100%
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1120/2	560	100%
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	852/2	427	100%

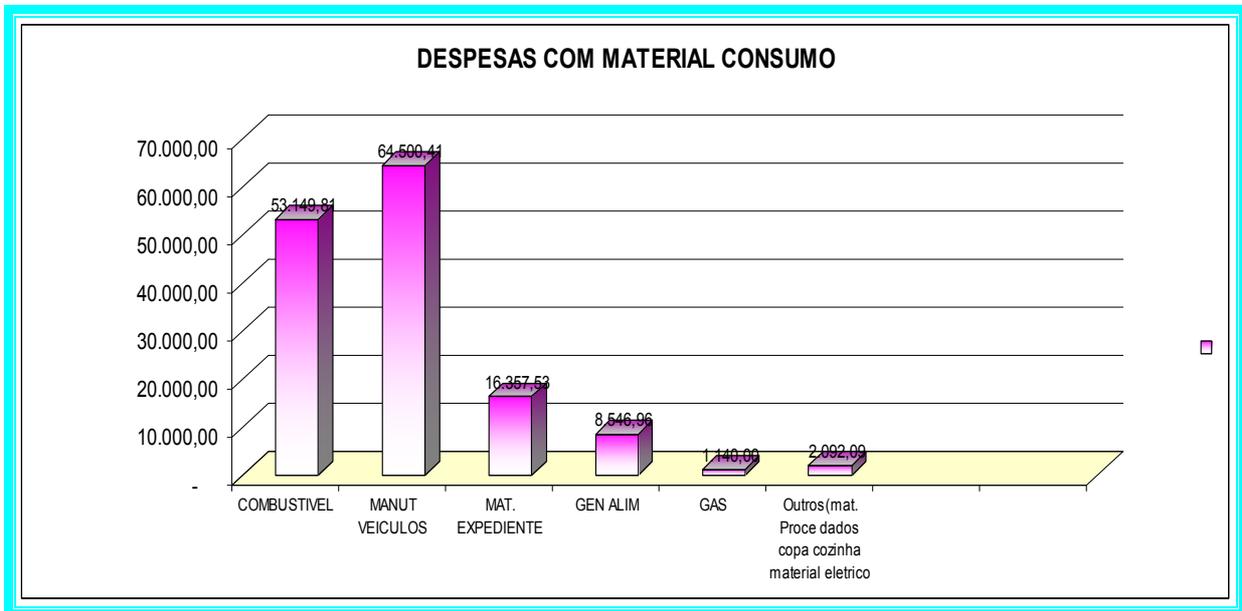
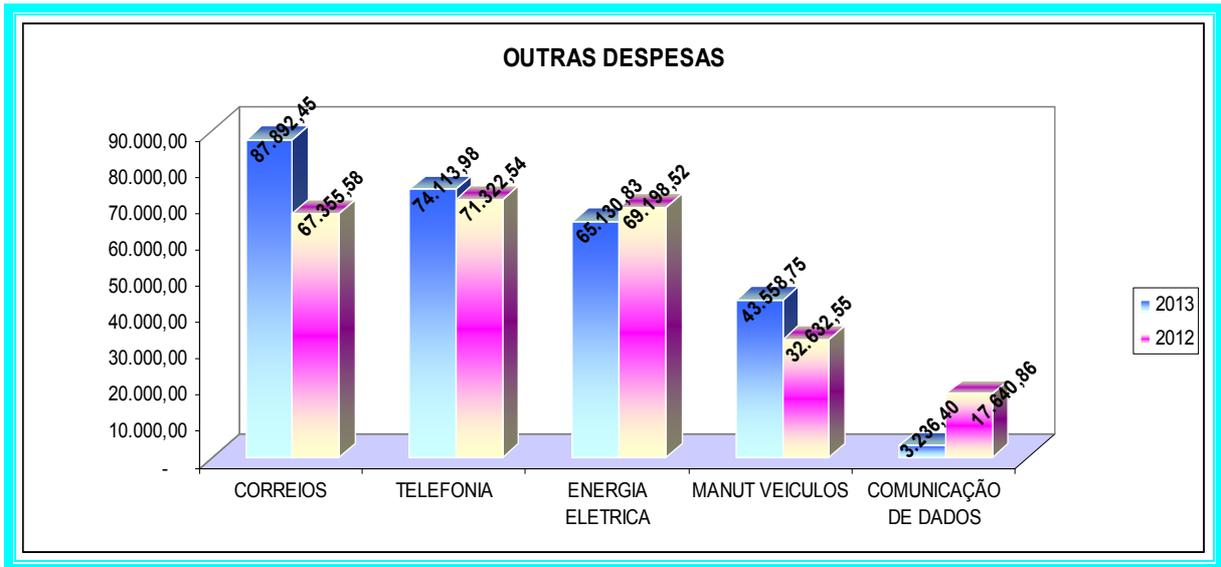


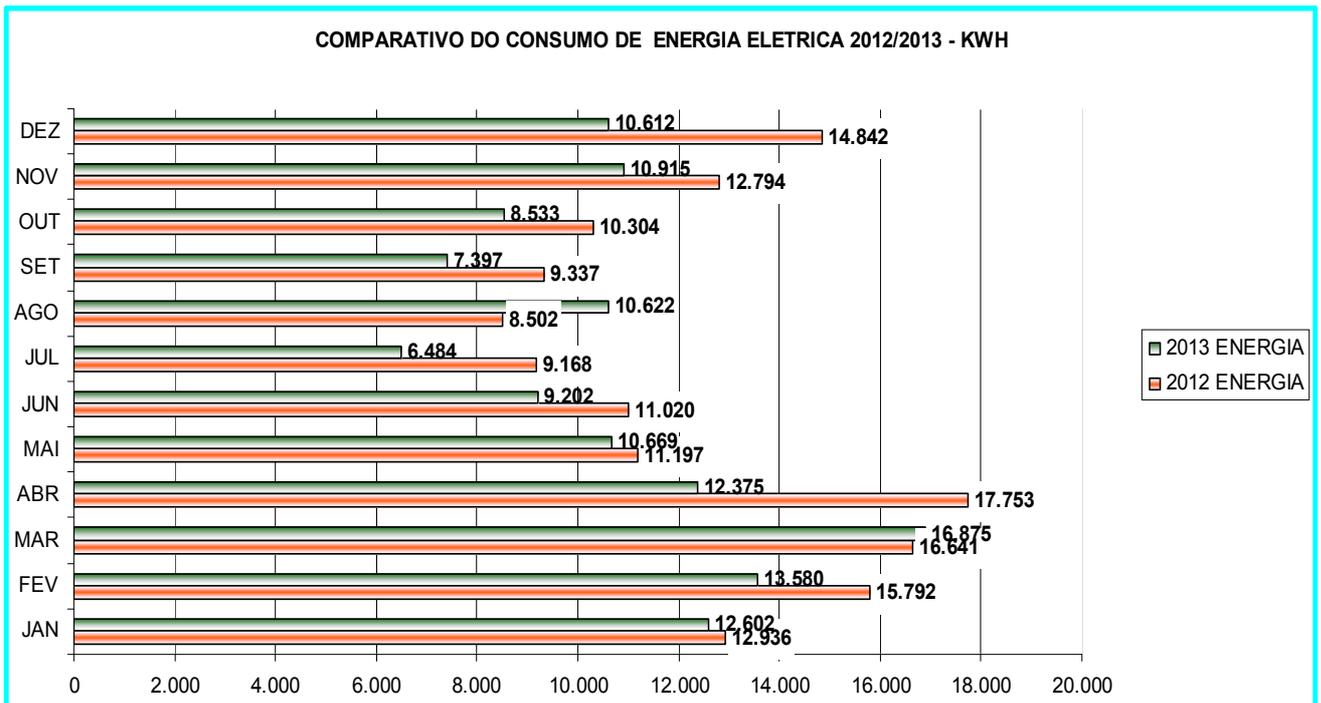
### Execução Orçamentaria 2013 - CONTRATOS



### DESPESAS COM MATERIAL CONSUMO

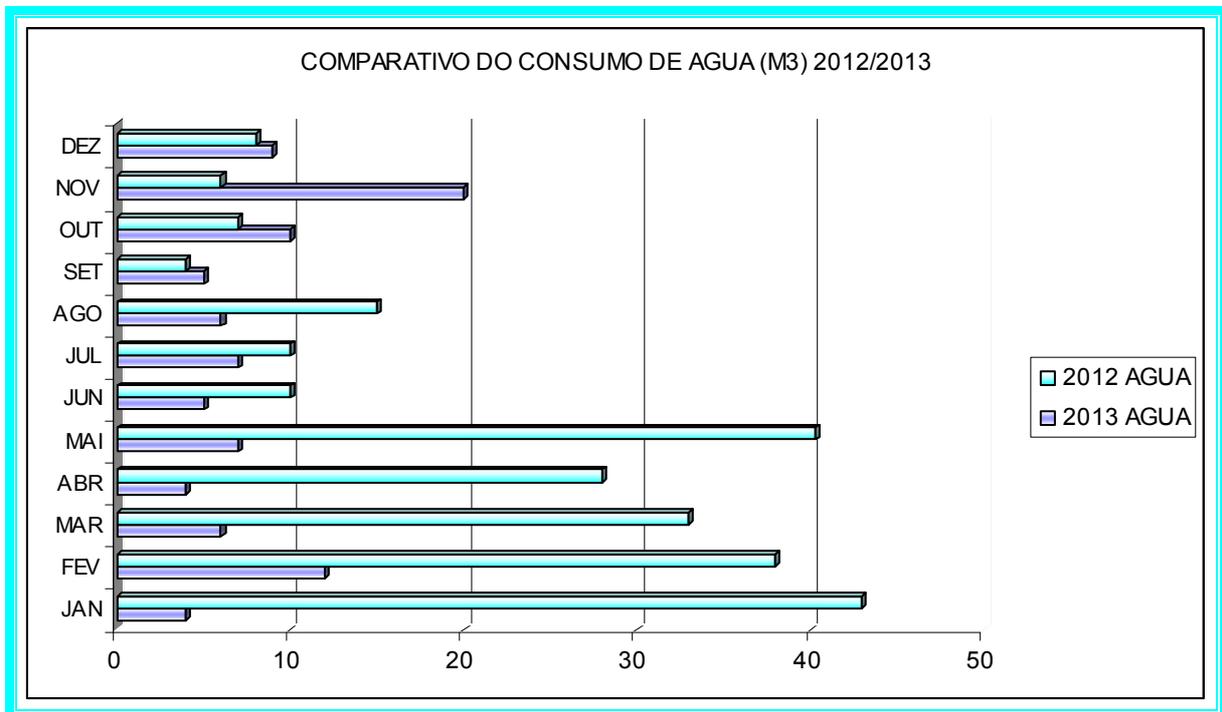






**A média do consumo mensal de energia elétrica em 2012 foi de 12.523 kwh e em 2013 foi de 10.822 kwh, mostrando uma redução no consumo de 13,58%.**

Esta redução é decorrente da adoção ao Projeto Esplanada Sustentável.



**A média do consumo mensal de água em 2012 foi de 20,16 e em 2013 foi de 7,91, mostrando uma redução no consumo de 60,76%.**

Esta redução é decorrente da adoção ao Projeto Esplanada Sustentável.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA MANUTSFA13**

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.796,00	6755,29	6755,29	6755,29
339030	MATERIAL DE CONSUMO	112.764,65	109466,39	109466,39	9002,08
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.031,08	7031,08	7031,08	7031,08
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	134.853,02	134853,02	134853,02	102272,91
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.161.065,22	1160920,02	1160920,02	876567,93
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.838,59	3838,59	3838,59	706,35
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.555,90	7555,9	7555,9	7555,33
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.719,27	13719,27	13719,27	13719,27
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OIORC.	12.403,65	12403,65	12403,65	4403,65
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.651,03	6651,03	6651,03	6651,03
<b>TOTAL</b>		<b>1.466.678,41</b>	<b>1.463.194,24</b>	<b>1.463.194,24</b>	<b>1.034.664,92</b>

**RESTOS A PAGAR MANITUSFA13**

Natureza da Despesa	RP Processados Inscritos	RP Processados Pagos	RP Processados a Pagar	RP não-Proc Inscritos	RP não-Proc Reinscritos	RP não-Proc Cancelados	RP Não-Proc Pagos	RP não-Proc a Pagar
339030					1.291,82			1.291,82
339037					347,53			347,53
339039					448,08			448,08
339139					1.098,92			1.098,92
339030	31.263,36	31.263,36		69.200,95			52.363,69	16.837,26
339037				32.580,11			30.114,36	2.465,75
339039	221.541,22	221.541,22		62.810,87		-454,80	33.696,01	28.660,06
339047				3.132,24				3.132,24
339092				0,57				0,57
339139				8.000,00			789,62	7.210,38
<b>TOTAL</b>	<b>252.804,58</b>	<b>252.804,58</b>	<b>0,00</b>	<b>175.724,74</b>	<b>3.186,35</b>	<b>-454,80</b>	<b>116.963,68</b>	<b>61.492,61</b>

**25 – AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - CAPACITA**

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

<b>PROGRAMA: 2105</b>	<b>NOME: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA</b>
<b>Identificação da Ação:</b>	
Código	<b>4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES</b>
Função	<b>20</b>
Subfunção	<b>128</b>
Descrição	<b>Capacitação de servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação</b>
Iniciativa	

Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária		<b>22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não é uma Unidade Orçamentária (UO)		22.244,37	5.978,10	0	0	13.691,99
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	<b>Capacitação de Servidores</b>	<b>SERVIDOR</b>	<b>100</b>	<b>77</b>		<b>13.691,99</b>

A SFA elaborou o seu Plano de Capacitação 2013 objetivando atender toda a demanda existente na área técnica e administrativa, porem em razão do contingenciamento de recursos não foi possível o atingimento da meta. Dos 100 servidores a serem treinados, 77 (setenta e sete) foram capacitados, sendo estes das áreas administrativa e técnica.

Destacamos abaixo os servidores capacitados da área administrativa:

#### **CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS 2013 – PI CAPACITA**

Ítem	Proposto	Objetivo do deslocamento	Destino	Período		Carga Hor	Valor das Diárias	Valor das passagens	Valor Total
				Início	Término				
1	Maria José Scalfoni	Participar IX Semana Orçamentaria, Financeira	Rio de Janeiro	09/06/2013	15/06/2013	40	1.460,76	338,32	1.799,08
2	Paulo Tarso Musso de Mattos	Participar IX Semana Orçamentaria, Financeira	Rio de Janeiro	09/06/2013	15/06/2013	40	1.467,53	338,32	1.805,85
3	Antonio Costa Filho	Treinamento sistema SIGED	Brasilia	18/08/2013	24/08/2013	40	1.460,76	517,88	1.978,64
4	Jair Alfredo Passos Silva	Treinamento SIAFI Gerencial	Brasilia	18/08/2013	22/08/2013	40	1.030,67	611,88	1.642,55
5	Jeronymo Cesar Messa	Treinamento SICONV	Belo Horizonte	25/08/2013	31/08/2013	40	1.390,83	666,32	2.057,15
6	Mariza Sacramento dos Prazeres	Curso de Capacitação SCDP	Brasilia	06/11/2013	08/11/2013	16	604,64	1.852,30	2.456,94
7	Marcia dos Santos Carvalho	Curso de Capacitação SCDP	Brasilia	11/11/2013	14/11/2013	24	811,88	1.340,40	2.152,28
8	Jair Alfredo Passos Silva	Encerramento exercicio/Treinamento CPR	Cuiabá	02/12/2013	05/12/2013	24	723,87	1.412,70	2.136,57
9	Maria José Scalfoni	Encerramento exercicio/Treinamento CPR	Cuiabá	02/12/2013	05/12/2013	24	724,67	1.412,70	2.137,37

## CAPACITA - EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Natureza da Despesa			Plano Interno	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	CAPACITA13	12.584,80	11.160,09	11.160,09	11.160,09
339033	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	CAPACITA13	11.064,28	11.064,28	11.064,28	2.511,90
	339039		CAPACITA13	20,00	20,00	20,00	20,00
TOTAL				23.669,08	22.244,37	22.244,37	13.691,99

## CAPACITA – RESTOS A PAGAR

Plano Interno	Natureza da Despesa	RP							
		RP Processados Inscritos	RP Processados Pagos	RP Processados a Pagar	RP não-Proc Inscritos	RP não-Proc Reinscritos	RP não-Proc Cancelados	RP Não-Proc Pagos	RP não-Proc a Pagar
CAPACITA13	339033	5.978,10	5.978,10		2.574,28			2.574,28	

## PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

### 3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 - Estrutura de Governança.

O sistema de controles internos desenvolvidos nesta UJ previne impropriedades ou falhas processuais.

O Código de Ética encontra-se disponibilizado na página inicial do Portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no endereço: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Encontram-se disponibilizados, nessa mesma página.

No exercício de 2013, houve constante empenho dos gestores na implantação da padronização e procedimentos e documentos. Trabalhou-se focado na melhoria de processos adotando o uso de check-list de documentos e processos elaborados pela AGU, criação de comitês de avaliação de contratos, capacitação de servidores para a otimização de sistemas, capacitação didática para facilitadores, entre outros.

As delegações de competência, excluindo-se às do cargo ou função, são feitas através de Portarias e devidamente publicadas.

O Ministério da Agricultura, sede, trabalha com programas de Valorização dos Servidores, e para tal, criou-se o Comitê de ADPs – Agentes de Desenvolvimento de Pessoas em ação conjunta com a Coordenação Geral de Administração de Pessoas – CGDP/CGAP.

As RAEs – Reuniões de Avaliação Estratégicas tem sido ferramenta utilizada para diagnosticar riscos e conseqüentemente mitigá-los.

A UJ adota como rotina de governança, reuniões semanais (segundas-feiras) pela manhã, coordenada pelo Gabinete da Superintendência, com a participação das Chefias das Divisões e Serviços, buscando uma interação geral de todos os gestores sobre o andamento de cada área finalística e administrativa. Nestas reuniões são discutidos os riscos operacionais, as informações, mudanças no perfil de riscos, mensuração de prioridades e tomada de decisões.

Não houve ocorrência de fraudes na área administrativa desta UJ.

Todo fato ocorrido, fragilidades denunciadas ou levadas ao conhecimento dos gestores são imediatamente apuradas através de Processos Administrativos de Sindicância ou Disciplinar.

Todas as normas de guarda, estoque, inventários de bens e valores são plenamente atendidas.

Os procedimentos de controle, informação, comunicação e monitoramento têm contribuído significativamente para a melhoria de desempenho das ações a que se destina esta UJ.

### 3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da UJ

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<b>Análise Crítica:</b> Em 2012 foi implantado o Manual de Monitoramento, com fluxogramas, agenda permanente por setor, controles de custos e de atividades realizadas, visando sistematizar os procedimentos administrativos.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

### 3.3 – REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES NÃO SE APLICA

#### 3.4 /3.5 – SISTEMA DE CORREIÇÃO/CUMPRIMENTO PORTARIA 1.043/2007 DA CGU

Através da Portaria nº 37 de 19/03/2008 o Secretario Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante o disposto na Portaria da CGU nº 1043/2007 implantou a política de uso de Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – Sistema CGU – PAD, através de regras para o gerenciamento das informações dos seguintes procedimentos administrativos disciplinares:

- 1 – Procedimento Administrativo para empregados Públicos (Art. 3º da Lei nº 9.962/2000)
- 2 – Processo Administrativo Disciplinar – (Lei nº 8.112/90)
- 3- Ritos Sumários (Lei nº 8.112/90)
- 4 – Sindicância Servidor Temporário – (Art. 10 da Lei 8.745/93)
- 5 - Sindicância – (Lei 8.112/90)

No exercício sob exame foi aberto um Processo de Sindicância nº 21000.002860/2013, instituído em face da Portaria nº 73/2013, publicada no boletim nº 8, de 30.04.2013, e já se encontra concluso.

### 3.6 – INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.

*VIDE ITEM 12*

**4 PARTE A, ITEM A DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013****4.1 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS****4.1.1 – PROGRAMAÇÃO****4.1.1.1 – ANÁLISE CRÍTICA****4.1.2 – MOVIMENTAÇÃO DE CREDITOS INTERNOS E EXTERNOS****4.1.3 – REALIZAÇÃO DA DESPESA****4.1.3.1 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CREDITOS ORIGINARIOS – TOTAL****4.1.3.2 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CREDITOS ORIGINARIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ.****NÃO SE APLICA****4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CREDITOS ORIGINARIOS – TOTAL****NÃO SE APLICA****4.1.3.4 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CREDITOS ORIGINARIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ****NÃO SE APLICA****4.1.3.5 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CREDITOS DE MOVIMENTAÇÃO****Quadro A.4.1.3.5.– Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>714.607,05</b>	<b>385.914,25</b>	<b>714.607,05</b>	<b>385.914,25</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	714.607,05	385.914,25	714.607,05	385.924,25
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.176.640,46</b>	<b>1.171.678,92</b>	<b>1.176.640,76</b>	<b>1.171.678,92</b>
h) Dispensa	979.059,53	668.176,59	979.059,53	668.176,59
i) Inexigibilidade	197.580,93	174.734,95	197.580,93	174.734,95
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>179.320,83</b>	<b>17.151,85</b>	<b>179.320,83</b>	<b>17.151,85</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	179.320,83	17.151,85	179.320,83	17.151,85
<b>5. Outros</b>	<b>1.039.433,67</b>		<b>1.039.433,67</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.110.002,01</b>	<b>1.574.745,02</b>	<b>3.110.002,01</b>	<b>1.574.745,02</b>

**4.1.3.6 - DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS – CREDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

**Quadro A.4.1.3.6 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Unidade Orçamentária:						Código UO:	UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
319008 - inativo	17.309,59	66.982,06	17.309,59	66.982,06			17.309,59	66.982,06
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
339039 - serviços	1.391.690,59	1.116.441,77	1.391.690,59	1.062,372,00	2.950,33	28.447,93	1.074.427,91	986.824,60
339030 - material	221.656,62	235.963,53	221.656,62	235.913,53	4.643,51	23.034,58	110.772,04	235.963,53
339037 - limpeza	139.291,37	172.351,32	139.291,37	157.641,18	347,53	12.399,98	106.711,26	157.641,18
333041 - convenio	50.750,00		50.750,00		50.750,00			
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
449052	10.656,88	55.740,00	10656,88	55,740,00		10.656,88		<b>55.740,00</b>
443042	948.000,00		948.000,00		948.000,00			
3º elemento de despesa								

Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

#### 4.1.3.7 – ANALISE CRITICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

Vide pagina 55

#### 4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS OU RECURSOS

NÃO SE APLICA

#### 4.2.1 – ANALISE CRITICA:

#### 4.3 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES

#### Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	9.193,51			9.193,51
2011				
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012				
2011				
...				

#### 4.3.1 – ANALISE CRITICA vide pagina 55

#### 4.4 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS

##### 4.4.1 – RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERENCIA VIGENTES NO EXERCÍCIOS

###### Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SFA-ES									
CNPJ: 00.396.895/0025-00					UG/GESTÃO: 130060/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	756019	IDAF	5.599.054,00	1.411.898,00	NÃO HOUVE	1.699.911,00	31/08/2011	31.12.2015	1
1	755858	IDAF	3.772.310,00	1.010.350,00	NÃO HOUVE	1.793.868,00	27/07/2011	31.12.2015	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte:**

##### 4.4.2 – QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRES ULTIMOS EXERCÍCIOS

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SFA-ES					
CNPJ:	00.396.895/0025-00					
UG/GESTÃO:	130060/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2013	2012	2011	(em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	2	2	2		276.134,00	3.217.645,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	2	2	2		276.134,00	3.217.645,00

#### 4.4.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVENIOS, TERMO DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSES

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SFA/ES					
CNPJ:00.396.895/0025-00			UG/GESTÃO:130060/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	NAO HOUVE		
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	189.638,11		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	NÃO HOUVE		
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte:

#### 4.4.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVENIOS E DE CONTRATOS DE REPASSES

##### 4.4.5 – ANÁLISE CRÍTICA:

As prestações de Contas foram parciais e aprovadas com ressalvas pelo Gestor.

#### 4.5 – SUPRIMENTOS DE FUNDOS

##### 4.5.1 – DESPESA REALIZADA POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDO

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2013.

##### 5.5.2 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO B

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2013.

##### 4.5.3 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTAO CORPORATIVO

A SFA-ES não realizou despesas por esta via no exercício de 2013.

##### 4.5.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTOS DE FUNDO

NÃO HOUVE UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

#### 4.5.5 – ANALISE CRITICA

#### 4.6 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA SFA –

Não houve renúncia de receitas geridas pela SFA-ES no exercício de 2013.

#### 4.6.1 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS

##### 4.6.1.1- BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS - QUANTIFICAÇÃO

##### 4.6.1.2 BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – ANALISE CRITICA

#### 4.6.2 – RENUNCIA TRIBUTARIA

##### 4.6.2.1 – RENUNCIAS TRIBUTARIAS SOB GESTÃO E QUANTIFICADAS PELA UJ – IDENTIFICAÇÃO

##### 4.6.2.2 – VALORES RENUNCIADOS E CONTRAPARTIDAS

##### 4.6.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTOS E GASTOS TRIBUTARIOS

##### 4.6.2.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENUNCIA

##### 4.6.2.5 – BENEFICIARIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENUNCIA TRIBUTARIA

##### 4.6.2.6 - PROGRAMAS ORÇAMENTARIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENUNCIA DE RECEITA TRIBUTARIA.

##### 4.6.2.7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENUNCIA DE RECEITAS

##### 4.6.2.8 – COMUNICAÇÕES A RFB

##### 4.6.2.9 – INDICADORES DE GESTÃO DA RENUNCIA DE RECEITAS

##### 4.6.2.10 – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIARIOS DE RENUNCIA FISCAL

##### 4.6.2.11 – FISCALIZAÇÃO REALIZADA PELA RFB

##### 4.6.2.12 – RENUNCIA TRIBUTARIA - ANALISE CRITICA

#### 4.7 - GESTÕES DE PRECATÓRIOS -

No exercício de 2012 a SFA não executou gestões de precatórios, esta atividade é desenvolvida pela administração central.

##### 4.7.1 – Requisições e Precatórios da Administração Direta

##### 4.7.2 - Requisições e Precatórios da Administração Indireta

##### 4.7.3 - Análise Crítica

#### 5– PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

#### 5.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

##### 5.1.1 – DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE

##### 5.1.1.1 - LOTAÇÃO

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	183	180	0	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	180	180	0	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	173	173	0	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	7	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	183	180	0	12

Fonte:

##### 5.1.1.2. – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de
-----------------------------	--

	<b>Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>1</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) LICENÇA MEDICA</b>	<b>9</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>14</b>
<b>Fonte:</b>	

## 5.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

### 5.1.2.1 – ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial		<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		<b>8</b>	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		7	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		<b>0</b>	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		<b>1</b>	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		<b>1</b>	0	0
1.2.5. Aposentados		<b>0</b>	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>		<b>8</b>	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		<b>8</b>	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		<b>0</b>	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		<b>0</b>	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		<b>16</b>	0	0

Fonte:

### 5.1.2.2 – QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	1	7	25	105	37
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	7	25	105	37
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>106</b>	<b>37</b>

Fonte:

### 5.1.2.3 – QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		6		47	45	59			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		6		47	45	59			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					8	11			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						8			
2.3. Funções Gratificadas					8	3			
<b>3. Totais (1+2)</b>		6		47	53	70			

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

### 5.1.3 – CUSTOS DE PESSOAL

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores								Valores em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Despesas Variáveis e Previdenciárias			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>									
Exercícios	20								
	13								
	20								
	12								
Exercícios	20								
	11								

Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	19.148.191,12	589.767,92	4.053.552,30	238.281,22	865.086,20		31.858,51	4.185,81	29.847,07	24.960.770,15
	2012	9.879.389,51	323,87	10.555.244,00	1.818.337,65	626.698,83	220.437,00	75.758,62	759,9	3.276,81	23.180.225,83
	2011	10.201.518,02	4.4642,13	11.128.242,73	1.906.649,78	669.359,72	229.904,00	92.791,56	-	7.732,92	24.240.840,86
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	266.891,88		19.356,48				19.092,11			305.340,47
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013			252.971,28							3.798.909,12
	2012	617.645,50	135.074,37	683.210,69	103.078,79	29.110,77	17.892,37				1.586.012,49
	2011	562.413,82	125.910,50	621.547,02	96.050,96	26.424,00	14.900,47				1.447.246,77
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013										
	2012	1.259.896,18	129.837,55	476.388,08	94.164,31	91.106,31	35.670,20	7.464,78		4.589,52	2.099.116,93
	2011	1.065.219,23	126.383,78	396.151,66	76.215,94	87.609,03	34.552,88	5.365,19		1.419,52	1.792.917,23
Fonte:SGP/SAD											

## 5.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS

### 5.1.4.1 – CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/13	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	189	4
1.1 Voluntária	154	4
1.2 Compulsória	02	0
1.3 Invalidez Permanente	33	0

1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	99	0
2.1 Voluntária	95	0
2.2 Compulsória	4	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	288	0

Fonte:

#### 5.1.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS

**Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>288</b>	<b>5</b>
1.1. Integral		5
1.2. Proporcional		0
<b>2. Em Atividade</b>		<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>288</b>	<b>5</b>

Fonte:

#### 5.1.5 – CADASTRAMENTO NO SISAC

##### 5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

**Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	12	5	12	5
Concessão de pensão civil	5	5	4	5
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	3	10	3	10
<b>Totais</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>20</b>

##### 5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU

**Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

##### 5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	5	0	0	0
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**5.1.5.4 ATOS SUJEITO A REMESSA AO TCU EM MEIOS FISICOS**

**A.5.1.5.4.1 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões gratuitas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**5.1.6 – ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PUBLICOS**

Para regularização da situação dos quatro servidores identificados pela CGU que acumulavam cargos, funções e empregos públicos, em desacordo com o Art. 133 da Lei 8.112/90, esta Superintendência notificou os servidores, através de Ofício/AR.

Como resultado dessas notificações realizadas, os servidores apresentaram justificativas que estão sub exame na esfera administrativa.

**5.1.7 – PROVIDENCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS E FUNÇÕES E EMPREGOS PUBLICOS**

No exercício de 2013 foram identificados 07 casos de acumulação indevida de cargos. Todos os servidores e pensionistas foram notificados da situação irregular.

Apenas 01 (um) servidor teve sua situação regularizada com a respectiva situação regularizada no DNPM. Os demais entraram com recursos administrativos e judicial que se encontram *sub examem*.

Não houve ainda abertura de processo administrativo disciplinar.

**5.1.8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECUROS HUMANOS**

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	Valor	Anual	Meta (da SFA) 2013

Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	$\frac{1363 \times 100}{196 \times 365}$	1,9%	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos*365) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	$\frac{105 \times 100}{196 \times 365}$	0,14%	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos*365) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$\frac{49 \times 100}{74 \times 365}$	0,18%	0%
Iaadm (%)	Eficácia	(N° de Administrativos afastados/ N° total de administrativos ativos*365) x100	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença médica	$\frac{65 \times 100}{69 \times 365}$	0,25%	0%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(N° de aposentadorias concedidas / N° de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$\frac{4 \times 100}{4}$	100	100%
Ipapc	Eficiência	N° de aposentadoria concedidas / N° de servidores envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	4/2	50%	100%

## 5.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MAO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIARIOS

### 5.2.1 – INFORMAÇÃO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO ORGAO

Não possuímos terceirizados

### 5.2.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MPOG PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PUBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Competência do MAPA/SEDE

### 5.2.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILANCIA OSTENSIVA

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:						CNPJ:								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	006/2013	39.299.359.0001-47	12/04/2013	12/04/2014				x				A
Observações:														
<b>LEGENDA</b>														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

## 5.2.4 – INFORMAÇÃO SOBRE LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – NÃO HOUVE

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte:

Não houve contratação de Mao de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários.

### 5.2.5 – ANALISE CRITICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4

Esta UJ detém apenas contrato de prestação de serviço de limpeza e higiene, com 08 postos. Não há fato relevante a ser registrado no andamento do contrato.

### 5.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIARIOS

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>13.739,00</b>
1.1 Área Fim	5	5	4	3	7.555,00
1.2 Área Meio	3	4	3	2	6.184,00
<b>2. Nível Médio</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>5.379,00</b>
2.1 Área Fim	0	0	0	1	329,00
2.2 Área Meio	3	4	4	5	5.040,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>19.108,00</b>

Fonte:

## 6 - PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

### 6.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

#### FROTA DOS VEICULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADA DA UJ

RELAÇÃO DOS VEICULOS DA SFA-ES - 2013				
VEICULO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	ANO .F	KM
NISSAN FRONTIER	MQI - 5102	SEDE	2005	132.165
DUCATO - MICRO ONIBUS	MTH - 6781	IBC - JD.PENHA	2001	24.743
FIAT - PALIO HCT	MRC - 6618	SEDE	2007	56.612
CAMIONETE S10	MOX - 5033	IBC - JD.PENHA	1996	98.987
GOL V.W	MPL - 0361	GARAGEM - C.GRANDE	2005	36.984
FIAT - PALIO HCT	MRC - 6597	SEDE	2007	59.741
GOL V.W	MQH - 6355	IBC - JD.PENHA	2004	53.784
GOL V.W	MQH - 4505	IBC - JD.PENHA	2004	38.036
RENALT CLIO	LOY - 9524	SEDE	2007	34.672
RENALT SANDERO	MSW - 6836	SEDE	2010	32.149
RANGER - FORD	MSL - 4811	IBC - JD.PENHA	2001	129.626
RENALT CLIO	LKG - 7638	IBC - JD.PENHA	2007	64.636
PARATI V.W	MRO - 8023	SEDE	2008	47.747
FORD FIESTA	MSW - 6837	SEDE	2011	28.023
FORD FIESTA	MTX - 6003	SEDE	2011	28.714
GOL V.W	MSK - 2057	C.ITAPEMIRIM	2009	35.746
RENALT CLIO	LOY - 9525	C.ITAPEMIRIM	2007	69.041
RENALT CLIO	LOY - 9527	V.NOVA DO IMIGRANTE	2007	66.436
FORD FIESTA	MSW 6828	COLATINA	2011	26.126
NISSAN FRONTIER	MQI - 5105	IBC - JD.PENHA	2004	99.282
NISSAN FRONTIER	MSK - 5199	IBC - JD.PENHA	2008	50.018

RENALT SANDERO	MSK - 2037	SEDE	2009	31.271
RENALT SANDERO	MSW - 2059	SEDE	2009	33.939
FORD FIESTA	MSK - 6834	IBC – JD.PENHA	2010	32.023
FIAT PALIO	MSK - 2047	ITÁOCA ITAPEMIRIM	2008	32.521
CORSA - G.M	MTO - 3878	GARAGEM C.GRANDE	2001	78.422
GOL V.W	MQH - 6357	PIÚMA	2004	67.285
GOL V.W	MQH - 6397	IBC – JD.PENHA	2004	75.517
FIAT PALIO	MRA - 7558	CASTELO	2007	65.623
FIAT PALIO	MRC - 6615	PORTO CAPUABA	2007	48.434
FIAT PALIO	MRC - 6587	PORTO CAPUABA	2007	48.571
FIAT PALIO	MRC - 6612	PORTO CAPUABA	2007	39.292
RENALT CLIO	MRY 9916	PORTO CAPUABA	2008	38.418
RENALT CLIO	MRY - 9913	PORTO CAPUABA	2008	26.854
FIAT PALIO	MSK - 5183	PORTO CAPUABA	2008	33.766
FIAT PALIO	MRC - 6626	PORTO CAPUABA	2007	42.796
FORD FIESTA	MTX - 5991	PORTO CAPUABA	2011	5.520
FORD FIESTA	MTX - 5994	PORTO CAPUABA	2011	11.268
FIAT PALIO	MSK - 5185	LINHARES	2008	30.611
FIAT PALIO	MSK - 5184	LINHARES	2008	24.636
FIAT PALIO	MSK - 6594	LINHARES	2007	79.838
NISSAN FRONTIER	MQI - 5093	LINHARES	2004	127.666
FIAT PALIO	MRC - 6603	LINHARES	2007	67.895
CORSA - G.M	MTH - 6751	GARAGEM C.GRANDE	2001	57.405
RENALT SANDERO	MRY - 9911	SEDE	2008	36.710
L - 200 - MITSUBICH	MRY - 5676	LINHARES	2008	43.237
L - 200 - MITSUBICH	MRY - 5679	SEDE	2008	64.202
PARATI V.W	MRO - 8022	SEDE	2008	53.039
NISSAN FRONTIER	MSK - 5198	SEDE	2008	55.177

### CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DE VEICULO RODADA NO ANO DE 2012 e 2013

PLACA	2013	2012	PLACA	2013	2012
LKG-7638	6.982	10.790	MSW-6837	9.316	11.320
LOY-9524	1.215	876	MTX-6003	12.751	10.976
LOY-9527	2.876	8.058	MQI-5093	12.885	10.465
MOX-5033	468	913	MSW-6836	8.600	
MPV-0361	0	0	MRY-9911	5.041	4.873
MQH-4505	0	0	MSW-6834	4.560	9.736
MQH-6355	0	0	LOY-9525	6.479	7.931
MQH-6357	0	4.715	MRC-6603	14.364	9.875
MQH-6397	447	3.047	MRC-6597	3.883	4.359
MQI-5102	6.683	5.720	MRO-8022	3.040	4.993
MQI-5105	4.678	2.461	MRY-5679	14.095	11.747
MRA-7558	13.613	7.757	MRO-8023	7.776	4.326

MRC-6587	2.445	5.669	MSW-6828	6.242	9.097
MRC-6594	8.033	9.800	MSK-2059	8.573	5.199
MRC-6612	1.678	1.168	MSK-5198	9.820	12.525
MRC-6615	10.855	2.134	MTO-3878	761	6.016
MRC-6626	4.650	2.919	MRC-6618	2.573	5.297
MRY-9913	148	8.368	MSK-2057	7.827	10.432
MRY-9916	874	8.118	MSK-5184	3.777	6.530
MSK-2037	8.688	5.634	MRY-5676	14.053	1.946
MSK-2047	5.810	8.803			
MSK-5183	9.888	5.736			
MSK-5185	6.935	6.806			
MSK-5199	9.711	1.5141			
MSL-4811	847	67			
MSW-6836	8.600	5.004			
MTH-6781	422	688			
MTX-5991	1.887	1.730			
MTX-5994	3.232	5.003			

### CONTROLE DE COMBUSTIVEIS GASTOS PELOS VEICULOS EM 2012 E 2013

VEICULO PLACA	LOCALIZAÇÃO	GASTOS 2013	GASTOS 2012
<b>GASOLINA</b>			
LKG-7638	SEFAG/V	2.030,44	799,50
LOY-9524	DPDAG	327,41	114,60
LOY-9527	SEFAG/V	986,71	794,80
MQH-6357	SISA/PIU	281,51	400,90
MQH-6397	SISA/ITA	100,01	308,90
MRA-7558	SISA	4.050,64	849,20
MRC-6587	SVA	1.062,49	635,30
MRC-6594	UVAGRO	1.970,48	864,00
MRC-6597	ADM	1.440,29	571,90
MRC-6603	UVAGRO	3.413,72	895,60
MRC-6612	SVA	316,98	189,30
MRC-6615	SVA	3.612,04	281,30
MRC-6618	ADM	941,76	721,80
MRO-3878	UVAGRO	197,69	-
MRO-8022	SISV	800,95	399,50
MRO-8023	SEFAG	2.262,15	415,20
MRY-9911	SISV	1.112,81	427,20
MRY-9913	SVA	442,58	770,20
MRY-9916	SVA	338,04	650,30
MSK-2037	SISA	2.215,07	461,60
MSK-2047	SISA	1.531,63	676,80
MSK-2057	C.ITAPEM	1.854,12	654,00
MSK-2059	SISA	2.243,71	416,10
MSK-5183	SVA	2.388,75	528,90
MSK-5184	UVAGRO	1.071,08	534,60
MSW-6828	SEFAG	1.598,68	718,60
MSW-6834	SISA	1.699,86	822,50

MSW-6837	SEFAG	2.217,47	936,00
MTX-5991	SVA	497,72	183,30
MTX-5994	SVA	1.050,00	673,80
MTX-6003	SEFAG	2.936,18	941,10
<b>TOTAL</b>		<b>46.992,97</b>	<b>101.504,20</b>
<b>DIESEL</b>			
MQI-5093	UVAGRO	2.741,29	918,50
MQI-5102	ADM	1.655,51	625,50
MTH-6781	ADM	87,64	84,95
MSL-4811	ADM	120,20	-
MQI-5105	SISA	1.170,39	232,90
MSK-5198	SISV	2.529,31	1.379,90
MRY-5676	UVAGRO	3.438,41	267,40
MRY-5679	SISV	3.406,90	1.257,10
MSK-5199	SISA	2.285,79	1.354,20
<b>TOTAL</b>		<b>17.435,44</b>	<b>6.120,45</b>

A atual frota de veículos da SFA é suficiente e esta atendendo razoavelmente bem a demanda dos serviços.

Entretanto nos próximos exercícios haverá necessidade de reposição de 10 (dez) veículos, em razão da vida útil da frota.

O custo anual com Oficina Mecânica foi de R\$ 108.058,75 (cento e oito mil cinqüenta e oito reais e setenta e cinco centavos) e com Combustível foi de R\$ 53.140,01 (cinqüenta e três mil cento e quarenta reais e um centavos).

## 6.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF - ES	05	06
	Município Vitória	02	02
	Município Colatina	01	01
	Município Cachoeiro de Itapemirim	01	01
	Município de Vila Velha	0	01
	Município Cariacica	01	01
Subtotal Brasil		05	06
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		05	06

Fonte: SMP/SAD

### 6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA SFA

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regi me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
130060	5623.00014.500-3	13	4	55.912,45	28.08.2001	-	-		
130060	5625.00002.500-4	13	6	398.787,22	16.08.2000	-	-		
130060	5629.00013.500-7	13	6	163.111,71	22.08.2001	-	-		
130060	5703.00032.500-3	11	3	221.353,76	18.08.2000	-	-		
130060	5705.00058.500-1	11	7	68.763,69	23.10.2000	-	-		
130060	5705.00059.500-7	11	7	40.144,44	23.10.2000	-	-		
<b>Total</b>							-	-	

Fonte: SMP/SAD

**OBS.:** A atualização das avaliações estão desatualizadas em razão do SPU, não possuir profissionais disponíveis para avaliar e esta SFA não possuir recursos para contratação de pessoal para esse fim.

### 6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMOVEIS FUNCIONAIS NÃO TEMOS

### 6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

#### QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF ES	01	01
	Município Vitória	01	01
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		$\Sigma$	$\Sigma$
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

Fonte:SMP/SAD

### 7 – PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013 –

#### 7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

<b>Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012</b>
<b>Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada</b>
<b>Quesitos a serem avaliados</b>
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>
Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.

monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>
Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
Os indicadores e metas de TI são monitorados.
Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>
Auditoria de governança de TI.
Auditoria de sistemas de informação.
Auditoria de segurança da informação.
Auditoria de contratos de TI.
Auditoria de dados.
Outra(s). Qual(is)? _____
Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>
A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>
Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>
Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>
<input type="checkbox"/> são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/> nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/> são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/> os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>
<input type="checkbox"/> O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/> Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/> A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/> A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/> A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/> A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>
<input type="checkbox"/> Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/> Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/> Acima de 60%.
<input type="checkbox"/> Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

### 7.1.1 – ANÁLISE CRÍTICA

A gestão de Tecnologia da Informação é feita pela Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI/MAPA – em Brasília-DF, que elabora os contratos e diretrizes dessa área e os descentraliza para execução. **Portanto, não há conteúdo a ser declarado.**

A CGPLAN/SE/MAPA desenvolveu a Carta de Serviço ao Cidadão, e através de videoconferência foi apresentada aos servidores o protótipo da Secretaria de Defesa Agropecuária.

**8 – PARTE A, ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013**  
**8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

<b>Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012</b>					
<b>Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</b>					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>		<b>Avaliação</b>			
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		Economicidade e proteção ao meio ambiente			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			x		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			x		
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		Copo			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	*	*	*	*	*
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		* <b>Sim ( )</b>		* <b>Não ( )</b>	

8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					x
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Tonner, copos e papel				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					x
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Confecção e fixação de baner, folder's e adesivos sobre o tema.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					x
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Confecção e fixação de baner, folder's e adesivos sobre o tema.				
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

\* Não houve, no exercício, aquisição de veículos.

## 8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.

<b>Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água</b>		
<b>Adesão a Programas de Sustentabilidade</b>		
<b>Nome do Programa</b>	<b>Ano de</b>	<b>Resultados</b>

		Adesão				
Plano de Gestão de Logística Sustentável		2011		Redução no consumo de papel, água e energia		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel(resmas)	310	777	827	3.131,00	7.266,12	6.134,34
Água	7,91	20,16	2.477	465,52	74,44	1.033,12
Energia Elétrica	10.822	150.286	175.795	55.553,27	69.196,52	73.052,08
			<b>Total</b>	59.149,74	76.533,08-	80.219,54-
Fonte:SAG/SAD						

## 09 – PARTE A, ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

### 9.1 – TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADOS EM ACORDAO DO TCU

#### 9.1.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

##### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Ofício 523/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
Descrição da Recomendação			
<b>Inconformidades no acompanhamento de Convênio.</b>			
<b>Recomendações:</b>			
<b>Recomendação 1:</b> Designar outros servidores para fiscalização e realizar os procedimentos de fiscalização com periodicidade, no mínimo, semestral, tendo em vista o montante de recursos aplicados e a amplitude geográfica das ações previstas na execução do Convênio nº 755858.			
Recomendação 2: Realizar as ações de fiscalização do Convênio nº 755858, na medida do possível, concomitantemente a outras ações sob a responsabilidade da Unidade, de forma a garantir o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais e a reduzir a necessidade de viagens específicas com essa finalidade, visando à utilização racional dos recursos públicos.			
<b>Providências 1:</b> Registramos, reiteradamente, a dificuldade de designação de outro fiscal em face do reduzido número de FFA lotados nesta SFA-ES. Contudo, não obstante, como já exposto anteriormente, há plena convicção desta SFA-ES das boas práticas na aplicação, fiscalização e prestação de contas dos recursos deste convênio.			
<b>Providências 2:</b> Orientamos à área técnica desta SFA-ES (SISV – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal -) a adotar a recomendação dessa CGU, sempre que possível.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SFA-ES			14
Síntese da Providência Adotada			

Recomendação atendida
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Recomendação atendida
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO					14
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
		1173/2010/TCU PLENARIO			
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO					14
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.5.2 – atente para a necessidade de que os pagamentos a título de adicional de insalubridade estejam condicionados à apresentação mensal de tabelas e/ou relatórios demonstrativos das atividades praticadas por cada contemplado com o adicional, independente de cargo ou de unidade em que esteja em exercício o servidor, onde se comprove a exposição a agentes insalubres de forma permanente ou intermitente, e com isso o direito à percepção do pagamento dessa natureza com vista a dar cumprimento ao que já determinado pelos Acórdãos TCU/2ª Câmara nº 1874/05 e TCU/1ª câmara nº 555/2005.					
<b>Providências Adotadas</b>					
Foi emitido novo Laudo Técnico Pericial, instituído pela Portaria SFA/ES nº 162/2012 e providenciadas Portarias individuais de concessão, para os servidores localizados em áreas insalubres.					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-ES					14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Providenciado o novo Laudo Técnico Pericial e Portarias individuais de concessão, para os serviços localizados em áreas insalubres.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Pagamento de Insalubridade dentro da legalidade.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

<b>3</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>4</b>	<b>Denominação Completa</b>				<b>Código SIORG</b>	
<b>5</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO				14	
<b>6</b>	<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>7</b>	<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>8</b>	<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>9</b>			133/2013 – TCU – 1ª CAMARA			
<b>10</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>				<b>Código SIORG</b>	
<b>11</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO				14	
<b>12</b>	<b>Descrição da Deliberação</b>					

13	Considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a GERSON MERÇON VIEIRA				
14	<b>Providências Adotadas</b> <b>Registrado nos assentamentos funcionais do servidor</b>				
15	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>
16	Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-ES				14
17	<b>Síntese da Providência Adotada</b>				
18	Registro providenciado				
19	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>				
20	O TCU, considerou legal para fins de registro.				
21	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>				

3	<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
4	<b>Denominação Completa</b>				<b>Código SIORG</b>	
5	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO				14	
6	<b>Deliberações do TCU</b>					
7	<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
8	<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9			3922/2013 – TCU – 1ª CAMARA			
10	<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>				<b>Código SIORG</b>	
11	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO				14	
12	<b>Descrição da Deliberação</b>					
13	Considerar legal para fins de registro o ato de concessão à ELOIZA MENEZES DE ALMEIDA E JANETA NEITZEL					
14	<b>Providências Adotadas</b> <b>Registrado nas respectivas pastas dos instituidores de pensão.</b>					
15	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>	
16	Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-ES				14	
17	<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
18	Registro providenciado					
19	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
20	O TCU, considerou legal para fins de registro.					
21	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

### 9.1.2 – DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO					14
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	015.449/2010-6	3362/2011			
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO					14
<b>Descrição da Deliberação</b>					

Considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do servidor JOSÉ ANTONIO DA SILVA, dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas de boa fé e suspender o pagamento em 15 dias e encaminhar ao TCU novo ato concessório, escoimado as irregularidades verificadas.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-ES	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<b>Providências Adotadas</b> <b>Revogada a Portaria de concessão de aposentaria nº 41, de 05/05/2006, publicada no DOU de 08/05/06 e a retificação publicada no DOU de 13/10/08. Em 2012, publicado novo ato de aposentadoria.</b> <b>A Gratificação GDPGPE foi suspensa em nov.2011</b> <b>Para a correção dos proventos de acordo com o novo fundamento, em maio/2012 o Processo de aposentadoria do servidor foi encaminhado à CGAP/MAPA-DF, tendo em vista inexistir nesta SFA/ES, autorização para esse fim.</b> <b>Em fevereiro/2013, o processo retornou sem a devida correção dos vencimentos.</b> <b>Reenviamos em março corrente, para o mesmo fim. Cópia da guia do SIGED anexa.</b>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Foram providenciados as correções, processo encaminhado à CGU -conforme Parecer nº 1732/2013da CGU/ES	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Quadro A.9.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercicio</b>					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO					14
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
		2796/2013			
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO					14
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Rejeitar as razões de justificativas apresentadas pela Sra. Adelina Edite Giacomini Rozalem, CPF 201.623.327-34, Chefe da SGP da SFA-ES; Aplicar a Senhora Adeline Edite Giacomini Rozalem, multa de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) com fulcro no parágrafo 1º do Art. 50 da Lei 8443/92 c/c do art. 268, inciso VII do RI/TCU, ante o descumprimento do acórdão nº 7414/2010 e 3362/2011 – TCU – 2ª Câmara					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Através do Ofício nº xxx a servidora foi instada a pagar e comprovar a multa perante ao Gabinete da SFA.</b> <b>A servidora entrou com recurso administrativo</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-ES					14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Processo tramitando					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
O TCU, conheceu o pedido de reexame interposto pela servidora Adeline com efeito suspensivo em relação ao subitem 9.2 do acórdão recorrido.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

## 9.2 – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

### 9.2.1 – RECOMENDAÇÕES DO ORGAO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

2	<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
3	<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>		
4	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO	14		
5	<b>Recomendações do OCI</b>			
6	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
7	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8		201109065	6.1.1.2	
9	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>	
10	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14	
11	<b>Descrição da Recomendação</b>			
12	Corrigir os valores das pensões dos instituidores de matrícula siape 0032545, 0020096 e 0009729, bem como o benefício da pensionista de matrícula siape 02540487, obedecendo o devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório aos interessados.			
13	<b>Providências Adotadas</b>			
14	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>	
15	SGP/SAD/SFA-ES		14	
16	<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
17	Procedemos a correção dos valores dos pagamentos das referidas pensões.			
18	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
19	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto do pagamento dos instituídos inclusive do pensionista. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação			
20	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

2	<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
3	<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>		
4	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO	14		
5	<b>Recomendações do OCI</b>			
6	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
7	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8		201109065	6.1.1.2	
9	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>	
10	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14	
11	<b>Descrição da Recomendação</b>			
12	Corrigir os valores das pensões dos instituidores de matrícula siape 0004426, 0026090 e 0025529, após comunicar formalmente aos interessados a conclusão das análise dos recursos administrativos por eles impetrados por meio dos processo n. 21018.006317-2011-00, 21018.006316/2011 e 21018.007363/2011-18, respectivamente.			
13	<b>Providências Adotadas</b>			
14	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>	
15	SGP/SAD/SFA-ES		14	
16	<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
17	Procedeu-se a correção dos valores das pensões dos instituidores de matrículas indicadas.			
18	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
19	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto do pagamento dos instituídos inclusive do pensionista.			

	Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação.
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>8</b>		201109065	6.1.1.1	
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>12</b>	Providenciar a imediata devolução à CGU os processos de pensão civil identificados na descrição do fato desta constatação – descumprimento dos prazos estabelecidos pelo TCU para o encaminhamento de processos de aposentadoria e de pensão civil ao Controle Interno para Análise.			
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>			
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>17</b>	Os processos dos detentores das matrículas 32516, 26339 e 751428 foram encaminhados a CGU, conforme guia de expedição.			
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>19</b>	A CGU considerou atendida a recomendação.			
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>8</b>		201109065	6.1.1.1	
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>12</b>	Realizar o cadastramento dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SICACNET			
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>			
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>17</b>	Através da Portaria nº 176/2011 foi determinado e adotado a providência pertinente			
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>19</b>	CGU/Es considera atendida a Recomendação			
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>

<b>1 Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercício</b>			
<b>2 Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3 Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5 Recomendações do OCI</b>			
<b>6 Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7 Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	201109065	6.1.1.1	
<b>9 Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11 Descrição da Recomendação</b>			
12 Realizar o atendimento relativas às análises de legalidade dos processos de concessão e alteração de aposentadoria e pensão civil, dentro do prazo de 120 dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados.			
<b>13 Providências Adotadas</b>			
<b>14 Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16 Síntese da Providência Adotada</b>			
17 Através da Portaria 176/2011 foi determinado as providências pertinentes			
<b>18 Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
19 Recomendação atendida			
<b>20 Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>2 Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3 Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5 Recomendações do OCI</b>			
<b>6 Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7 Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	201109065		
<b>9 Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11 Descrição da Recomendação</b>			
12 .Fortalecer os controles internos da Seção de Gestão de Pessoal relativo aos acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo TCU			
<b>13 Providências Adotadas</b>			
<b>14 Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16 Síntese da Providência Adotada</b>			
17 Foi implantado uma sistemática de controle e acompanhamento dos processos, rotinas e fluxos operacionais, com agenda permanente para cada Unidade.			
<b>18 Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
19 Recomendação atendida			
<b>20 Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO		14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>		
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>		
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>
<b>8</b>		201109065	1.1.1.1
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>		
<b>12</b>	.Continuar a adotar critérios de sustentabilidade ambiental		
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>		
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES		14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<b>17</b>	A SFA-ES constituiu uma Comissão, através da Portaria nº 168/2011, para implementar as ações de conscientização sobre a importância da aplicação de critérios de sustentabilidade Produziu campanhas internas de uso racional de energia, água, papel através baner's, folder, plásticos, etc, além de inserir exigências de sustentabilidade nos editais de compras de bens e serviços.,		
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>19</b>	Recomendação atendida		
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO		14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>		
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>		
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>
<b>8</b>			1.1.3
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>		
<b>12</b>	Corrigir os valores das pensões dos instituidores de matrícula siape 0032545, 0020096 e 0009729, bem como o benefício da pensionista de matrícula siape 02540487, obedecendo o devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório aos interessados.		
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>		
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES		14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<b>17</b>	Procedemos a correção dos valores dos pagamentos das referidas pensões.		
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>19</b>	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto do pagamento dos instituídos inclusive do pensionista. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação		
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO		14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>		
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>		
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>
<b>8</b>		201109065	7.1.1.1
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>		
<b>12</b>	Excluir o pagamento da VPNI prevista no Art. IX da Lei 8.460/92 (Rubrica SIAPE 00602) da Ficha Financeira do Interessado de Matrícula SIAPE nº2086489, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito do interessado a ampla defesa e ao contraditório.		
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>		
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES		14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<b>17</b>	O valor da VPNI do servidor Antonio de Freitas Neto foi excluído conforme resposta ao Relatório de Auditoria. Reposição ao erário da mesma forma.		
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>19</b>	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto da VPNI na folha de pagamento do servidor e o lançamento da reposição ao erário dos valores indevidamente pagos. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação.		
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO		14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>		
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>		
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>
<b>8</b>		201109065	7.1.1.1
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES		14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>		
<b>12</b>	Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente ao interessado de matrícula SIAPE n. 2086489, nos termos do art. 46 da lei 8.112/90		
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>		
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES		14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<b>17</b>	Providenciado a devolução ao erário		
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>19</b>	Pesquisa no SIAPE feita pela CGU confirmou o acerto da VPNI na folha de pagamento do servidor e o lançamento da reposição ao erário dos valores indevidamente pagãos. Desse forma a CGU considerou atendida a referida recomendação		
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Realização de licitação sem observância dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de serviços de reparo de veículos.</b>			
<p><b>Recomendação 1:</b> Adotar, nos termos do artigo 3º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, para futuras contratações de prestação de serviços e de fornecimento de bens para os quais já exista certificação ambiental, licitações do tipo técnica e preço em que a apresentação dessa certificação seja prevista como critério de pontuação, visando ao atendimento das exigências estabelecidas na IN/SLTI/MPOG nº 01/2010. Dessa forma, a eventual ausência de propostas apresentadas por empresas com certificação ambiental não inviabilizará a participação de empresas que ainda não estejam certificadas.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Estabelecer nos editais e contratos o atendimento das exigências estabelecidas no artigo 6º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como verificar seu cumprimento durante a execução dos contratos, aplicando multas contratuais no caso de seu descumprimento.</p>			
<p><b>Providências 1:</b> Estamos cientes da recomendação e todos os projetos básicos de compra de material e contratação de serviços autuados em 2013 contemplam cláusula sobre sustentabilidade ambiental.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Estabelecer nos editais e contratos o atendimento das exigências estabelecidas no artigo 6º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como verificar seu cumprimento durante a execução dos contratos, aplicando multas contratuais no caso de seu descumprimento.</p> <p><b>Providências:</b> Estamos cientes da recomendação e todos os Editais de compra de material e contratação de serviços autuados em 2013 contemplam cláusula sobre sustentabilidade ambiental.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação atendida			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação atendida			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p><b>Realização de licitação sem observância dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de serviços de reparo de veículos.</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Adotar, nos termos do artigo 3º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, para futuras contratações de prestação de serviços e de fornecimento de bens para os quais já exista certificação ambiental, licitações do tipo técnica e preço em que a apresentação dessa certificação seja prevista como critério de pontuação, visando ao atendimento das exigências estabelecidas na IN/SLTI/MPOG nº 01/2010. Dessa forma, a eventual ausência de propostas apresentadas por empresas com certificação ambiental não inviabilizará a participação de empresas que ainda não estejam certificadas.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Estabelecer nos editais e contratos o atendimento das exigências estabelecidas no artigo 6º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como verificar seu cumprimento durante a execução dos contratos, aplicando multas contratuais no caso de seu descumprimento.</p>			
<p><b>Providências 1:</b> Estamos cientes da recomendação e todos os projetos básicos de compra de material e contratação de serviços autuados em 2013 contemplam cláusula sobre sustentabilidade ambiental.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Estabelecer nos editais e contratos o atendimento das exigências estabelecidas no artigo 6º da IN/SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como verificar seu cumprimento durante a execução dos contratos, aplicando multas contratuais no caso de seu descumprimento.</p> <p><b>Providências:</b> Estamos cientes da recomendação e todos os Editais de compra de material e contratação de serviços autuados em 2013 contemplam cláusula sobre sustentabilidade ambiental.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Recomendação atendida			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação atendida			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>2 Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3 Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5 Recomendações do OCI</b>			
<b>6 Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7 Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	201109065	5.1.1.1	
<b>9 Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11 Descrição da Recomendação</b>			
.Que a unidade corrija as inconsistências verificadas no SIASG/SICONV e invista no treinamento de servidores.			
<b>13 Providências Adotadas</b>			
<b>14 Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16 Síntese da Providência Adotada</b>			
Além de providenciar as devidas retificações nos sistemas, viabilizou-se o treinamento de dois servidores que atuam na área de contrato.			
<b>18 Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Recomendação atendida			
<b>20 Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação 1:</b> Pagamento de pensão a menor sob guarda em desacordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e com orientação do Órgão Central do SIPEC.			
<b>Recomendações 2 :</b> Abster-se de realizar novas concessões de pensão a "pessoa designada maior de 60 (sessenta) anos ou inválida, a filho emancipado e não inválido, a irmão emancipado e não inválido, a menor sob guarda e a pessoa designada até os 21 (vinte e um) anos ou inválida, previstas na alínea 'e', do art. 217, inciso I, e nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd', do art. 217, inciso II, todas da Lei nº 8.112, de 1990", em consonância com a orientação da SEGEP/MP contida na Orientação Normativa nº 7/2013.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Providências 1:</b> Matrícula SIAPE 05265819 – Excluída.			
<b>Providências 2:</b> A Seção de Gestão de Pessoas (SGP/SFA-ES) está ciente da recomendação, especificamente quanto a concessão de pensão a menor sob guarda, pessoas designada maior de 60 anos, etc.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

SGP/SAD/SFA-ES	14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Recomendações atendidas	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Recomendações atendidas	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

## 9.2.2 –RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTE DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação INFRINGÊNCIAS AO REGIME DISCIPLINAR</b>			
<p><b>Recomendação 1:</b> Apurar as acumulações irregulares de proventos de aposentadoria com remunerações de cargos públicos pelos aposentados de matr. SIAPE nº 0026087, nº 0004220, nº 0004218 e nº 0004309, identificadas pelo cruzamento dos bancos de dados do SIAPE e da RAIS/2011, por meio de procedimento administrativo no qual sejam assegurados aos interessados a ampla defesa e o contraditório.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Comunicar, formalmente, aos gestores do DNPM sobre a acumulação irregular de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo público pelo servidor de matr. SIAPE nº 1901568. Após essa comunicação inicial, acompanhar as providências adotadas por aquele Departamento visando a regularização da situação funcional desse servidor que encontra-se com exercício provisório na SFA/ES.</p> <p><b>Recomendação 3:</b> Comunicar formalmente aos servidores, aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamentos da SFA/ES sobre a obrigatoriedade de informarem o recebimento de remunerações, proventos de aposentadoria e pensões de outros vínculos públicos "extra - SIAPE", nos termos das Portarias Normativas nº 2/2011 e nº 2/2012, ambas da SEGEP/MP.</p> <p><b>Recomendação 4:</b> Utilizar as informações de rendimentos "extra - SIAPE" fornecidas por servidores, aposentados e pensionistas, em razão das Portarias Normativas SEGEP/MP nº 02/2011 e nº 02/2012, para confirmar a legalidade da acumulação de rendimentos públicos pelos interessados. Detectada a qualquer tempo a acumulação irregular de rendimentos públicos, adotar as providências necessárias à sua regularização.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<p><b>Providências 1:</b> Foram encaminhados ofícios aos interessados, alguns casos foram sanados outros estão em análise, conforme abaixo:</p> <p><b>Matrícula SIAPE: 0026087</b> – Conforme cópia processo nº 21018.003347/2013-18, o servidor foi exonerado a pedido da Prefeitura Municipal de Iúna-ES, em 03/06/2013</p> <p><b>Matrícula SIAPE: 0004220</b> – Conforme cópia processo nº 21018.003583/2013 – 34, o servidor apresentou a</p>			

documentação exigida e entrou com recurso. O processo encontra-se na CGU-ES, desde 25/06/2013 **Matrícula SIAPE nº 0004218** – Conforme cópia dos processos nºs. 21018.003582/2013 – 90 e 21018.004023/2013 – 05, o servidor apresentou a documentação exigida e encontra-se regularizando a sua situação **Matrícula SIAPE nº 0004309** – Conforme cópia do processo nº 21018.003584/2013 – 89, o servidor apresentou a documentação exigida e entrou com recurso. O processo encontra-se na CGU-ES, desde 25/06/2013

**Providências 2:** Quanto ao detentor da matrícula nº 1901568, anexamos cópia das providencias junto ao DNPM (Ofício SGP /SAD-SFA-ES nº 161, de 24 de julho de 2013).

**Providências 3 :** Vide as adotadas no item 1.1.2.2. CONSTATAÇÃO - Recomendação 1 e 2

**Providências 4:** A Seção de Gestão de Pessoas – pagamentos - (SGP/SFA-ES) está ciente da recomendação.

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES	14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Regularização em andamento	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Regularização em andamento	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO					14
<b>Recomendações do OCI</b>					
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>de</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>	
				Ofício 523/2013	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES					14
<b>Descrição da Recomendação</b>					
Ausência de conclusão dos processos de transposição, do regime celetista para o regime estatutário, de ex-empregados da FAEPE e da COBAL.					
<b>Recomendação 1:</b> Fazer gestão junto à Coordenação-Geral de Administração de Pessoas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGAP/MAPA-DF e, se for o caso, junto à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEGEP/MP, visando a conclusão dos processos de transposição do regime celetista para o regime estatutário dos servidores de matr. SIAPE nº 1086111 e nº 1081973.					
<b>Providências:</b> O assunto foi encaminhado a CGAP/MAPA, para análise.					
Servidor detentor da matricula SIAPE nº 1081973, aguardando resultado do recurso. Anexamos cópia do processo nº 21018.004092/2013-19.					
Em relação a servidora detentora da matricula 1086111, foi deferido pelo STF o enquadramento da mesma. O processo se encontra no MPOG para emissão de Portaria de enquadramento.					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES					14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Em regularização
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>GRATIFICAÇÕES</b>			
<b>Pagamento indevido de GSISTE no valor de R\$ 22.500,00 no exercício de 2012.</b>			
<p><b>Recomendação 1:</b> Corrigir o pagamento da GSISTE realizado ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 por meio da adoção de uma das seguintes providências: (a) localizar efetivamente o servidor na Seção de Gestão de Pessoas - SGP/SFA/ES, exonerando-o da função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA/ES; o servidor deverá desempenhar atividades relacionadas diretamente ao Sistema de Pessoal Civil - SIPEC e os gestores da SFA/ES deverão se abster de designar ao servidor atribuições estranhas ao SIPEC; (b) cancelar/suspender a concessão da GSISTE ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 enquanto o interessado estiver afastado das atividades inerentes ao Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, exercendo a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA/ES.</p>			
<p><b>Recomendação 2:</b> Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores de GSISTE do SIPEC pagos indevidamente ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 entre 01/07/2010 a 30/10/2012 e a partir de 06/02/2013, períodos em que o interessado permaneceu afastado das atribuições inerentes ao Sistema de Pessoal Civil para o desempenho das funções de Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento - SEPA e de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD,</p> <p>respectivamente, após a comunicação desta constatação ao interessado e a concessão de prazo para que ele exerça seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>			
<p><b>Recomendação 3:</b> Deixar de realizar pagamentos de GSISTE a servidores que não executem atividades relacionadas diretamente aos Sistemas aos quais essa gratificação se vincule, em obediência aos artigos 1º e 2º do Decreto nº 6.712/2008.</p>			
<b>Providências 1:</b> (a) Através da Portaria SFA-ES nº 324, de 30.10.2012, o servidor SIPAE nº 1086111 foi localizado na SGP/SFA-ES.			
(b) A suspensão da concessão da GSISTE foi solicitada ao Coordenador Geral de Administração de Pessoas/MAPA, através do Ofício SFA-ES nº 488/2013, pois depende da publicação de Portaria Ministerial			

**Providências 2:** Foi comunicado a servidora, dando o amplo direito ao contraditório. A servidora entrou com recurso administrativo que se encontra sob a análise jurídica do CJU/AGU/ES.

**Providências 3:** Ciente da recomendação.

<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES	14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em regularização	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Em regularização	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>ADICIONAIS</b>			
<b>Recomendação: Pagamentos indevidos de adicional por tempo de serviço no montante de R\$ 6.085,84 no exercício de 2012.</b>			
<b>Recomendação 1:</b> Corrigir o pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores e aposentados identificados, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam a ampla defesa e o contraditório.			
<b>Recomendação 2:</b> Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, inclusive por meio de pagamentos retroativos ou de exercícios anteriores, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
<b>Recomendação 3:</b> Deixar de majorar o pagamento de vantagens cujo direito de requerer já tenha sido extinto há mais de 5 (cinco) anos, em obediência ao artigo 110, inciso I, da Lei nº 8.112/1990 e o PARECER/MP/CONJUR/PFF/Nº 516 - 3.13/2008. Entre essas vantagens destacam-se o adicional por tempo de serviço e a VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990.			
<b>Recomendação 4:</b> Implementar rotina de trabalho, ou fortalecer a rotina já existente, relativa ao acompanhamento das orientações do órgão central do SIPEC acerca de matéria de pessoal civil.			
<b>Providências 1:</b> (a) Através da Portaria SFA-ES nº 324, de 30.10.2012, o servidor SIPAE nº 1086111 foi localizado na SGP/SFA-ES.			
(b) A suspensão da concessão da GSISTE foi solicitada ao Coordenador Geral de Administração de Pessoas/MAPA, através do Ofício SFA-ES nº 488/2013, pois depende da publicação de Portaria Ministerial			
<b>Providências 2:</b> Foi comunicado a servidora, dando o amplo direito ao contraditório. A servidora entrou com			

recurso administrativo que se encontra sob a análise jurídica do CJU/AGU/ES.

**Providências 3:** Ciente da recomendação.

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES	14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em regularização	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Em regularização	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Requisição de viagem com menos de 10 dias de antecedência, causando elevação nos preços praticados.</b>			
<b>Recomendação 1:</b> Efetuar a requisição de passagens com antecedência mínima de 10 dias, exceto em casos excepcionais, conforme determina a norma inscrita no inciso I do artigo 1º da Portaria MP nº 505/2009.			
<b>Recomendação 2:</b> Manter nos processos de aquisição de passagens aéreas a cotação de preços apresentada pela agência contratada, de forma a evidenciar o cumprimento da determinação contida nos incisos II, III e IV da Portaria MP nº 505/2009.			
<b>Providências 1:</b> Ciente da recomendação. A Portaria Ministerial nº 717, de 16 de agosto de 2013, publicada no DOU de 19.08.2013, uniformiza os procedimentos de solicitação, autorização e prestação de contas de diárias e passagens, para viagens a serviço no País e para o exterior e revoga a portaria nº 292, de 13 de abril de 2012.			
<b>Providências 2 :</b> Ciente da recomendação. Idem Recomendação 1.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O assunto está em andamento			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Em regularização			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>GRATIFICAÇÕES</b>			
<b>Pagamento indevido de GSISTE no valor de R\$ 22.500,00 no exercício de 2012.</b>			
<p><b>Recomendação 1:</b> Corrigir o pagamento da GSISTE realizado ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 por meio da adoção de uma das seguintes providências: (a) localizar efetivamente o servidor na Seção de Gestão de Pessoas - SGP/SFA/ES, exonerando-o da função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA/ES; o servidor deverá desempenhar atividades relacionadas diretamente ao Sistema de Pessoal Civil - SIPEC e os gestores da SFA/ES deverão se abster de designar ao servidor atribuições estranhas ao SIPEC; (b) cancelar/suspender a concessão da GSISTE ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 enquanto o interessado estiver afastado das atividades inerentes ao Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, exercendo a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA/ES.</p>			
<p><b>Recomendação 2:</b> Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores de GSISTE do SIPEC pagos indevidamente ao servidor de matr. SIAPE nº 1086111 entre 01/07/2010 a 30/10/2012 e a partir de 06/02/2013, períodos em que o interessado permaneceu afastado das atribuições inerentes ao Sistema de Pessoal Civil para o desempenho das funções de Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento - SEPA e de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD,</p> <p>respectivamente, após a comunicação desta constatação ao interessado e a concessão de prazo para que ele exerça seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>			
<p><b>Recomendação 3:</b> Deixar de realizar pagamentos de GSISTE a servidores que não executem atividades relacionadas diretamente aos Sistemas aos quais essa gratificação se vincule, em obediência aos artigos 1º e 2º do Decreto nº 6.712/2008.</p>			
<p><b>Providências 1:</b> (a) Através da Portaria SFA-ES nº 324, de 30.10.2012, o servidor SIPAE nº 1086111 foi localizado na SGP/SFA-ES.</p> <p>(b) A suspensão da concessão da GSISTE foi solicitada ao Coordenador Geral de Administração de Pessoas/MAPA, através do Ofício SFA-ES nº 488/2013, pois depende da publicação de Portaria Ministerial</p>			
<p><b>Providências 2:</b> Foi comunicado a servidora, dando o amplo direito ao contraditório. A servidora entrou com recurso administrativo que se encontra sob a análise jurídica do CJU/AGU/ES.</p>			
<p><b>Providências 3:</b> Ciente da recomendação.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O assunto está em andamento			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Em regularização			

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação INFRINGÊNCIAS AO REGIME DISCIPLINAR</b>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Providências:</b> Foram encaminhados ofícios aos interessados, alguns casos foram sanados outros estão em análise, conforme abaixo: <b>Matrícula SIAPE: 0026087</b> – Conforme cópia processo nº 21018.003347/2013-18, o servidor foi exonerado a pedido da Prefeitura Municipal de Iúna-ES, em 03/06/2013 <b>Matrícula SIAPE: 0004220</b> – Conforme cópia processo nº 21018.003583/2013 – 34, o servidor apresentou a documentação exigida e entrou com recurso. O processo encontra-se na CGU-ES, desde 25/06/2013 <b>Matrícula SIAPE nº 0004218</b> – Conforme cópia dos processos nºs. 21018.003582/2013 – 90 e 21018.004023/2013 – 05, o servidor apresentou a documentação exigida e encontra-se regularizando a sua situação <b>Matrícula SIAPE nº 0004309</b> – Conforme cópia do processo nº 21018.003584/2013 – 89, o servidor apresentou a documentação exigida e entrou com recurso. O processo encontra-se na CGU-ES, desde 25/06/2013			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Regularização em andamento			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Regularização em andamento			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
			Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			

**Ausência de fidedignidade das informações cadastrais e financeiras do sistema SIAPE.**

**Recomendação 1:** Divulgar, entre os servidores, aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamentos da SFA/ES, a obrigatoriedade dos interessados encaminharem, para a Seção de Gestão de Pessoas/SFA/ES, os comprovantes de rendimentos "extra-SIAPE" decorrentes de outros vínculos em órgãos públicos nas ocasiões definidas no artigo 1º da Portaria Normativa SEGEP/MP nº 2/2011. Divulgar, também, as penalidades funcionais que poderão ser aplicadas quando forem confirmadas, por meio de procedimentos administrativos nos quais sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório, omissões ou recusas na disponibilização desses comprovantes de rendimento.

**Recomendação 2:** Exigir dos servidores, aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamentos da SFA/ES a assinatura do termo de responsabilidade constante do Anexo da Portaria Normativa nº 2/2011, em obediência ao artigo 8º dessa mesma Portaria.

**Recomendação 3:** Incluir, no sistema SIAPE, as informações dos rendimentos "extra-SIAPE", decorrentes de outros vínculos em órgãos públicos, dos servidores, aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamentos da SFA/ES, em conformidade com as orientações da SEGEP/MP divulgadas por meio da Mensagem SIAPE nº 549314, de 24/01/2012.

**Recomendação 4:** Providenciar o cadastramento das ações judiciais que fundamentam os pagamentos adicionais de pensão aos pensionistas dos instituidores de matrícula nº. 0032520, 0026090 e nº 0025529 no módulo SICAJ do sistema SIAPE, bem como realizar esses pagamentos adicionais por meio de rubricas do sistema SIAPE criadas especificamente com essa finalidade, a exemplo da rubrica nº 01479 - DEC JUD. PENS. CALC MANUAL.

**Providências Adotadas**

**Providências 1:** Encaminhamos a todos servidores aposentados e detentores de pensão o Memo Circular SGP/SFA-ES nº 05, com Termo de Responsabilidade, para fins de manifestação sobre a acumulação ou não de cargo público para aposentados e pensionistas

A Seção de Gestão de Pessoas (SGP/ES) está atenta ao fato de que esse procedimento deverá ser adotado também para os servidores ativos.

**Providências 2:** Os Termos de Responsabilidade enviados aos servidores indicados, referente a acumulação de cargos, estão retornando, devidamente preenchidos, à esta SFA-ES.

**Providências 3:** Foram incluídos no sistema os servidores detentores da matrícula SIAPE nº 0026087; 0004389 e 0004220

O detentor da matrícula 0004218, que acumula diversos cargos, informou que está providenciando os acertos, inclusive concluindo a desvinculação nos órgãos que se encontrava em exercício.

**Providências 4:** Providenciamos o cadastramento das ações judiciais das pensionistas instituidoras das matrículas SIAPE nº 0026090, 0032520 e 0025529

**Setor Responsável pela Implementação**

SGP/SAD/SFA-ES

**Código SIORG**

14

**Síntese da Providência Adotada**

Em regularização

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Em regularização

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A	B	C	D	E
<b>1</b>	<b>Quadro A.9.2.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercício</b>			
<b>2</b>	<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>3</b>	<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>4</b>	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>5</b>	<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>6</b>	<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>7</b>	<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>8</b>		201109065	6.1.12	
<b>9</b>	<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>10</b>	Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>11</b>	<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>12</b>	Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores de matrícula siape n. 0004426, 0026090, 0025529, 1114082 e 0032545, bem como à pensionista de matrícula siape 02540487, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/90.			
<b>13</b>	<b>Providências Adotadas</b>			
<b>14</b>	<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>15</b>	SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>16</b>	<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>17</b>	<p>1) <b><u>Matricula Siape 0004426 – Instituidor Bruno Theodoro Filho</u></b>  Pensionista: Ruth dos Santos Theodoro.  <b>Situação atual:</b> A pensionista entrou com recurso através de advogado, processo nº 21018.008170/2012-65, que foi encaminhado à CGAP/MAPA o qual foi indeferido. Foi comunicado a parte interessada e a reposição ao erário será implementada a <u>partir de abril/2013</u>.  <b>Foi providencia o desconto ao erário a partir de abril/2013. ( doc. Ficha financeira))</b></p> <p>2) <b><u>Matricula Siape 0026090 – Instituidor Fernando Teixeira da Fonseca</u></b>  Pensionista: Yrani Ayres Farias da Fonseca e Fernanda Farias da Fonseca  <b>Situação Atual:</b> A decisão proferida nos autos concede parcialmente a antecipação de efeito de tutela para determinar a ré (MAPA) que se abstenha de efetuar quaisquer desconto sobre o valor da pensão, especificamente a título de reposição ao erário.  <b>Não se efetuou o desconto ao erário, pagamento mantido através de decisão judicial, - processo nº 70007850-28.402.5001 (2012.5001.0078.50.0).</b></p> <p>3) <b><u>Matricula Siape 0025529 – Instituidor Walter Lopes</u></b>  Pensionista: Dilma Rodrigues Lopes  <b>Situação Atual:</b> A decisão proferida nos autos concede parcialmente a antecipação de efeito de tutela para determinar a ré (MAPA) que se abstenha de efetuar quaisquer desconto sobre o valor da pensão, especificamente a título de reposição ao erário.</p> <p><b>Em função da decisão, Conforme Sentença (Processo nº 0007848-58.2012.4.02.5001) foi sobrestado o desconto ao erário, assim manteve-se o o pagamento integral, ate a decisão ser transitada e julgada.</b></p> <p>4) <b><u>Matricula Siape 1114082 – Instituidor Geraldo Browner Ribeiro</u></b>  Pensionista: Rosimeyre Andrade  <b>Situação Atual:</b> O processo 21018.001199/2010-54 foi encaminhado à CGAP/MAPA para fins de atendimento à diligencia da CGU desde 29/01/2012. A CGAP /MAPA orientou o seguimento do processo registrando que os servidores oriundos da extinta EMBRATER anistiados neste ministério pela Lei 8.878/94 foram transposto para o regime jurídico único de que trata a lei 8.112/90.  <b>A CGAP/MAPA deu favorável ao instituidor, cujo processo 21018.001199/2010-54 se encontra na CGU/ES desde 16/05/2013.</b></p> <p><b><u>Matricula Siape 0032545 - Instituidor Jose Job Laurett França</u></b>  Pensionista: Maria Angélica Malta Varejão  <b>Situação Atual:</b> A pensionista tem valores para repor ao erário que seria implementado a partir de janeiro de 2013. Entretanto, face a inundação ocorrente de vazamento no andar imediatamente superior, houve danos a muitos documentos deste processo dificultando a implementação prevista. Assim a reposição será implementada no próximo mês de abril de 2013.  <b>Providenciado em abril de 2013 o desconto ao erário, conforme comprovante em anexo.</b>  <b><u>Matricula Siape 02540487 – Instituidor Manoel Vasconcellos</u></b></p>			

	<b>Pensionista: Miriam Thomy de Vasconcelos</b> <b>Situação Atual: A reposição ao erário foi implementada a partir de Março de 2013.</b>
<b>18</b>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>19</b>	Não implementação plena da Recomendação
<b>20</b>	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO E. SANTO			14
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	2012	1	Ofício 523/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo SFA/ES			14
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>1. Corrigir o pagamento da VPNI das Rubricas SIAPE 82601, paga aos aposentados de matriculas SIAPE N° 0004329, 0021050, 0004254, 0004328,0004252, 00004334, 0004351, 0004353, 0004394,0004348, 0004356, 0004322, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão dos prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p> <p>2. Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, nos termo do artigo 46 da Lei n° 8.112/1990, aplicando a prescrição quinquenal prevista no Decreto n° 20.910/1932 quando necessário.</p> <p>3. Implementar novos controles internos, ou fortalecer os controles já existentes, visando absorver os valores pagos por meio da rubrica SIAPE n° 82601 - VPNI-IRRED.REM.ART.37-XV CF/AP na mesma proporção dos aumentos de proventos obtidos pelos interessados com as novas tabelas de vencimento básico ou de gratificações funcionais estabelecidas para o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, criado pela Lei n° 11.357/2006.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
O assunto foi submetido a CGAP/MAPA, que sob recomendação do MPOG está providenciado a regularização a nível nacional.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SGP/SAD/SFA-ES			14
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Assunto sendo tratado pela CGAP/MAPA			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Assunto sendo tratado pela CGAP/MAPA			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### 9.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA EXTERNA - NÃO TEMOS

#### 9.4 - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N° 8.730/93

##### 9.4.1 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

<b>1</b>	<b>Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>
----------	--

2	Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
			3	Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função
4	Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	04
5		Entregaram a DBR	0	0	04
6		Não cumpriram a obrigação	0	0	-0-
7	Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
8		Entregaram a DBR	0	0	0
9		Não cumpriram a obrigação	0	0	0
10	Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	
11		Entregaram a DBR	0	0	0
12		Não cumpriram a obrigação	0	0	0
13	Fonte:SGP/SAD				

#### 9.4.2 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Todos os servidores e empregados públicos lotados na SFA-ES obrigados a entregar a DBR, conforme estabelece a Lei 8.730/93, § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429/92, bem como o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483/2005, assinaram a autorização de acesso às Declarações Anuais apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com respectivas retificações.

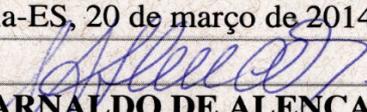
Anualmente, o SGP/SAD/SFA-ES, convalida as informações, que ficam arquivadas no assentamento funcional do servidor ou empregado, permitindo ao TCU e /ou Órgão de controle interno consultar as declarações.

#### 9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERARIO

**Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
03	03	0	0	0	0	0	0	0

#### 9.6 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

1	<b>Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV</b>
2	<b>DECLARAÇÃO</b>
3	Eu, JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR, CPF nº 073.659.423-04, Superintendente, exercido na Superintendência da Agricultura no Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
4	
5	Vitória-ES, 20 de março de 2014.
6	
7	<b><u>JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR</u></b>
8	<b>CPF Nº 073.659.423-04</b>
9	<b>Superintendente da SFA-ES</b>

**10 – PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013**

**10 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

**10.1** – O único canal de acesso ao cidadão para reclamações, denúncias e ou sugestões é o servidor representante da Ouvidoria/MAPA lotado nesta UJ.

**11 - PARTE A, ITEM 11 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013**

**11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**11.1 –MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.**

Toda atividade contábil é feita pela Setorial Contábil do MAPA em Brasília.

**11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**11.2.1 – DECLARAÇÃO PLENA**

**11.2.2 - DECLARAÇÃO COM RESSALVA**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDENCIA FED. DE AGRIC. PEC.A E ABASTECIMENTO – SFA/ES			130060
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) – Saldo Contábil do Almox. Não Confere com o RMA;</p> <p>b) – Saldo Contábil de Bens Moveis não Confere com o RMB.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>ALBERTO JERONIMO PEREIRA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>006624/T-8</b>



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Coordenação Geral de Administração  
de Pessoas

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D  
ANEXO 1º ANDAR ALA A  
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção  
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA

*Carlos Antônio Portugal de Assunção*  
Confere com o Original  
Data: 12/02/14

**11.3 – DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTA NA LEI Nº 4.320**

**11.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTA NA LEI Nº 6.304/76**

**11.5 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS**

**11.5.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA**

**11.5.2 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA**

**11.6 – RELATORIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE**

**12 – PARTE A, ITEM 12, DA DN TCU Nº 127/2013**

**12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

**12.1 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES**

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES, no exercício de 2013, executou tarefas/trabalhos de forma participativa e transparente para o desempenho de suas competências regimentais e institucionais e no fortalecimento da consolidação da Gestão Estratégica. Foi dada uma atenção especial aos setores e serviços técnico-administrativos, com relação à Gestão Operacional e Relatório de Gestão, com orientações na elaboração e na conclusão dos mesmos, assim como esclarecimento de dúvidas aos chefes envolvidos nos assuntos em questão.

#### **ELEMENTOS DO PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA**

O MAPA, buscando se alinhar às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de um modelo de gestão de, ao mesmo tempo, estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em Resultados mensuráveis, que possibilitem gerir a sua implementação.

Essa metodologia é o **Balanced Scorecard – BSC**, desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumida na seguinte equação:

**Resultado = Descrição da Estratégia + Mensuração da Estratégia + Gestão de Estratégia.**

A estratégia da organização MAPA foi desenhada a partir de sua Missão, foi também estabelecido um horizonte de tempo preestabelecido (2006-2015), onde a organização pretende chegar, isto é sua Visão de Futuro.

Foi estabelecido o Mapa Estratégico, composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e de Indicadores de Desempenho e Metas associadas a estes objetivos.

- **MISSÃO: Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.**

- **VISÃO: Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.**

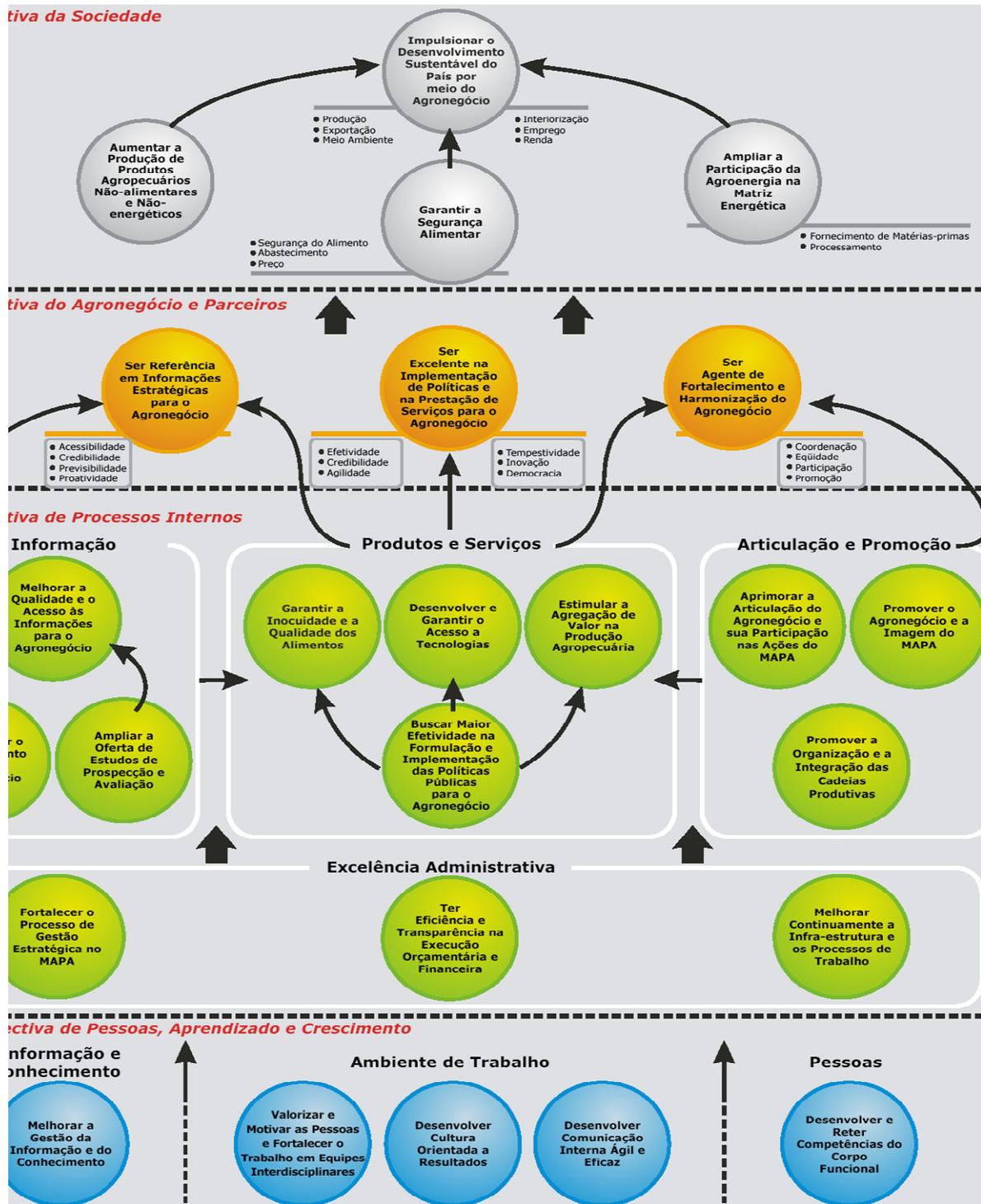
**MAPA ESTRATÉGICO: instrumento de gestão elaborado a partir das tendências globais e do agronegócio, da Missão e Visão de Futuro do MAPA e das necessidades dos interesses públicos.**

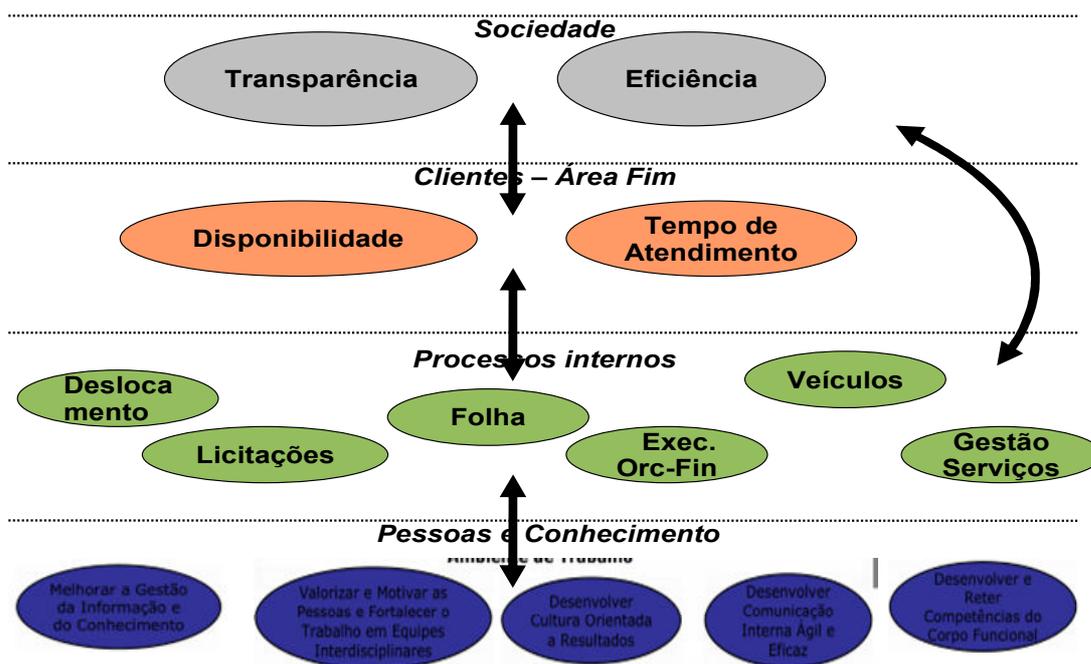
#### **MAPA ESTRATÉGICO**

O MAPA sintetizou sua estratégia em um **Mapa Estratégico**, em forma de representação **gráfica** do conjunto de desafios ou **Objetivos Estratégicos**, conforme se apresenta, a seguir:

Foi dividido em quatro objetivos, que são:

1. – Perspectivas de Pessoas Aprendizado e Crescimento;
2. – Perspectivas Processos Internos
3. – Perspectivas do Agronegócios e Parceiros
4. – Perspectivas da Sociedade





## PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

### Transparência

- Número de Ressalvas na Prestação de Contas à CGU
- Número de PAD abertos

### Eficiência

- Execução Orçamentário-Financeira (custeio)
- Servidores da Área Administrativa/ Servidores Totais
- Custeio Área Administrativa / Custeio Total da SFA
- Custeio Área Administrativa / Processos Área Técnica



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



## PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

### Recursos Humanos

- .Índice de Produtividade do SRH
- .Índices de Afastamento de Servidores
- .Índice de Concessão de Aposentadorias em 30 dias

### Transporte

- .Custo Médio de Manutenção de Veículos
- .Consumo Médio de Combustível

### Gestão de Serviços (Energia, Telefone, Correio, Vigilância, Limpeza, etc)

- .Realizado em relação ao Programado por serviço



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



## PERSPECTIVA DA ÁREA FIM

**Disponibilidade e Tempo de Atendimento** - Materiais, Veículos, Espaço Físico, Serviços (energia, telefone, reprografia, etc), Diárias, Suprimentos, Aquisição de Bens, Vencimentos e Benefícios Funcionais (RH)

- . *Pesquisa com a Área Técnica sobre os serviços prestados pela Área Administrativa*



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



## PERSPECTIVA DAS PESSOAS E DO CONHECIMENTO

### Desenvolver e Reter Competências

- Servidores Administrativos que receberam treinamento / Servidores Administrativos

### Valorizar e Motivar as Pessoas e Promover o Desenvolvimento da Equipe

- Reuniões com a Equipe

### Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

- Reunião Nacional
- Reunião Regional



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



### Critério dos Faróis de Desempenho dos Indicadores

#### Critérios dos Faróis

- Maior ou igual a 90% de Consecução da Meta
- Entre 60% e 90% de Consecução da Meta
- Menor que 60% de Consecução da Meta
- Indicador não disponível

Obs.: Em complementação aos resultados dos indicadores estratégicos - item 2.1 parte A deste Relatório. A mensuração dos resultados da gestão estratégica do MAPA a nível macro, para cada perspectiva, é feita pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA –AGE/SE/MAPA.

É o Relatório.

Vitória, 30 Março de 2014

**JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR**  
Superintendente da SFA-ES  
Portaria de Nomeação nº 909 de 25/09/2008  
Publicada no DOU 26/09/2008  
CPF 073.659.423-04